

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Impactos da Rede e Contexto Social para uma decisão de qualidade – o voto correto.

Brasília – DF
2015
André Bello

Impactos da Rede e Contexto Social para uma decisão de qualidade – o voto correto.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, sob orientação do Prof. Dr. Lucio Rennó.

Orientador: Prof. Dr. Lucio Rennó

Brasília – DF
Fevereiro de 2015

Autor: André Bello

Orientador: Lucio Rennó

Título: Impactos da Rede e Contexto Social para uma decisão de qualidade – o voto correto.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, na área de concentração “Política e Instituições”, sob a orientação do Prof. Dr. Lucio Rennó.

Aprovado pela Banca Examinadora em _____/_____/_____

Prof. Dr. Lucio Rennó
Orientador

Prof. Dr. André Borges

Prof. Dr. Wladimir Gramacho

Agradecimentos

Em primeiro lugar e acima de tudo, agradeço a minha família pelo apoio e incentivo, de maneira bem especial a minha avó, Neá Bello de Sá, e a minha esposa, Fernanda Vieira Bello. Elas sempre acreditaram nesse sonho. Outras pessoas também tiveram um papel fundamental neste projeto, às quais gostaria de agradecer nominalmente:

Ao meu orientador, Lucio Rennó, que sempre me incentivou, jogou luz nos caminhos e exigiu mais de mim, acreditando que eu pudesse oferecer um pouco mais.

Ao professor Mathieu Turgeon e Marcelo Medeiros, os primeiros a ensinarem-me o caminho da ciência política empírica.

Ao meu primo, Ney de Barros Bello, a primeira pessoa a dizer-me que eu deveria fazer um mestrado em ciência política na UNB.

Aos meus irmãos, Leandro, Nathália e Patricia Bello, peças fundamentais na minha criação e na pessoa que sou hoje.

Ao meu amigo Peter Black que sempre deu “dicas” valiosas.

Aos outros amigos que me apoiaram e estiveram comigo nas situações mais difíceis e nas boas também.

À todos os professores que contribuíram na minha formação acadêmica.

Dedico este trabalho para três pessoas que, de forma muito profunda, modificaram a minha vida e o meu olhar sobre o mundo: meu avô Raimundo de Sá (*in memoriam*) e aos meus filhos Mateus Matos Vieira Bello (*in memoriam*) e Pedro Matos Vieira Bello, a minha maior alegria e para quem dedico, ao lado de Fernanda, todo o meu amor e carinho.

Resumo

Esta dissertação trata do papel das interações sociais sobre o voto correto na perspectiva de avaliar a qualidade da democracia no Brasil. Apoiado nos trabalhos de Lau e Redlawsk (1997; 2006; 2008), amplio o conceito do voto correto ao analisá-lo em uma eleição proporcional, definida por um contexto eleitoral complexo (CECs). Analiso também os determinantes do aprendizado político e proponho que as interações sociais são um canal de oportunidade para obter informação. Argumento, principalmente, que os atributos das interações sociais devem ser desagregados e testados de forma independente sobre o voto correto presidencial, o voto correto proporcional e o aprendizado político. Argumento, também, que é importante introduzir a categoria dos contextos sociais, que moldam as interações sociais, nos estudos empíricos sobre o voto correto. Por fim, argumento que o voto correto pode ser um elo de representação política e responsividade pública, fato que pode aumentar a qualidade das democracias.

Palavras-chave: redes sociais; contexto social; voto correto; informação qualidade da democracia.

Abstract

This dissertation considers the role of social interactions on the correct vote in view of evaluating the quality of democracy in Brazil. Supported by the work of Lau and Redlawsk (1997, 2006, 2008), I extend the concept of correct vote to analyze it in a proportional election, defined as a Complex Electoral Context (CECs). I also analyze the determinants of political learning and I propose that social interactions are an opportunity to obtain political information. I mainly argue that the category of social contexts should be introduced in the empirical studies about the correct vote. Finally, I discuss that the correct vote can be a bond to political representation and public responsiveness, which both may assure the quality of democracies.

Keywords: social network, social context, correct vote, political information, quality of democracies.

Sumário

1. Introdução.....	8
1.2 Voto Correto.....	12
1.2.1 Avaliação da Competência Eleitoral.....	18
1.2.2 Atalhos Cognitivos e Informação Completa.....	19
1.3 Voto Correto Proporcional.....	22
1.4 Contextos Eleitorais Complexos (CECs).....	24
1.5 Aprendizado Político.....	27
2. A lógica social para o comportamento político.....	32
2.1 Origem e Estrutura das Redes Sociais e do Contexto Social.....	33
2.2 Os atributos de Redes Sociais e Contexto Social.....	36
2.3 Os determinantes dos atributos de Redes Sociais e Contexto Social.....	40
2.3.1 Tolerância e Participação Política.....	41
2.3.2 Informação e Conhecimento.....	43
2.3.3 Comparecimento as Urnas e o Voto Correto.....	47
2.4 Brasil como um caso Ideal.....	48
2.5 Hipóteses.....	49
2.5.1 Voto Correto Presidencial (1º e 2º turno).....	50
2.5.2 Voto Correto Proporcional.....	51
2.5.3 Aprendizado Político.....	52
3. Desenho de Pesquisa, Dados e Método.....	53
3.1 Operacionalização do Voto Correto no Brasil.....	57
3.2 Operacionalização do Voto Correto Proporcional.....	61
3.3 Operacionalização do Aprendizado Político.....	63
4. Resultados.....	65
4.1 Voto Correto Presidencial, primeiro turno.....	66
4.1.1 Voto Correto Presidencial, segundo turno.....	70
4.2 Voto Correto Proporcional.....	72
4.3 Aprendizado Político.....	74
5. Discussão.....	79
Notas.....	84
Referências.....	85
Anexo I – Perguntas das variáveis independentes e dependentes.....	94
Anexo II - Tabela Descritiva das Variáveis.....	98
Anexo III - Descrição dos comandos STATA.....	99

1. Introdução

O estudo em curso foca na eleição presidencial e de deputado federal e desenvolve-se com base nos conceitos do *correct voting* e do *social network*, provenientes de um longo debate na Ciência Política sobre sofisticação política e o efeito do uso da informação para as preferências dos eleitores.

Esta dissertação tem dois principais eixos: 1) a qualidade das novas democracias, medida pelo voto correto para presidente e para deputado federal; 2) e o efeito das redes sociais sobre o aprendizado político e o voto correto. Os eixos centrais desdobram-se em objetivos específicos, os quais, em primeiro lugar, é definir o índice do voto correto

presidencial e proporcional no Brasil. O segundo objetivo específico é desagregar a variável redes sociais e testar os efeitos dos distintos atributos das redes sociais sobre o aprendizado político e o voto correto. O terceiro objetivo específico é reintroduzir na discussão do comportamento político a ideia de examinar a distribuição da opinião pública pelo contexto social em que os indivíduos estão localizados (Huckfeldt, 1979; Putnam 1966; McKuen e Brown, 1987). Nesses termos, é dada a contribuição de discutir sobre a qualidade da democracia brasileira em uma perspectiva combinada entre redes sociais e o voto correto.

O primeiro eixo refere-se à qualidade da democracia. A universalização democrática se confirmou (Huntington, 1994), de tal modo que os interesses dos estudiosos da área voltam-se não mais às transições e consolidações do sistema político. O foco é definitivamente a qualidade das jovens democracias, em especial dos países da América Latina. Uma forma de especificar a qualidade democrática é através do “*correct voting*” (voto correto) – o eleitor escolhe o candidato que melhor o representa e que irá fornecer os maiores benefícios (Lau e Redlawsk, 2006). Por definição, o voto correto demanda que os eleitores estejam minimamente informados sobre as ações dos governantes e dos oponentes e também aptos para reconhecer e assimilar os próprios valores e interesses políticos. Nesse sentido, o voto correto liga-se intimamente com a informação e o processo de adquirir informação torna-se fundamental para a qualidade da escolha eleitoral.

O segundo eixo centra-se exatamente na questão de como os eleitores obtêm informação e como o processamento de informação afeta o aprendizado político e o voto correto. A comunicação política é dominada por dois tipos de canal informativo: a mídia tradicional, incluindo a internet, e as redes interpessoais – amigos, familiares, vizinhos e até desconhecidos. Para a finalidade dessa dissertação, somente as redes interpessoais serão analisadas. A ideia por trás da informação mediada por contatos pessoais é que os indivíduos estão inseridos em estruturais sociais específicas, as quais determinam o fluxo informacional. As redes sociais e o contexto político condicionam a disponibilidade de informação e a variação de informação de um indivíduo a outro. Em outras palavras, esses aspectos das interações sociais podem incentivar ou restringir o aprendizado político e a condição de realizar uma escolha “correta”.

Assim, coloca-se a questão: as interações individuais são instrumentos que facilitam o aprendizado político e o “voto correto” do eleitor ou, ao contrário, criam empecilhos e obstáculos para atingir esse fim? Já que informação é importante para o voto correto e redes sociais são mecanismos de disseminação de informações, mesmo que contaminadas pelas preferências daqueles que compõem essas redes, cabe investigar como a rede afeta as escolhas individuais. Cabe destacar que isso pode ocorrer através de dois mecanismos: o informacional, já mencionado acima, e o ideológico, no qual as preferências combinadas dos membros da rede passam a afetar diretamente as escolhas individuais (Baker et al. 2006).

O problema levantado por este trabalho tenta, pela primeira vez, conectar o conceito do voto correto com o de redes sociais em uma mesma pesquisa desenvolvida na América Latina, mais precisamente no Brasil. Os estudos que tentam interligar esses dois conceitos

ainda são raros e quando existem são restritos às eleições norte-americanas (Richey, 2008, McClurg & Sokhey, 2009; Ryan, 2009). Além disso, esses estudos não exploraram todos os níveis da comunicação interpessoal, por isso provavelmente os resultados empíricos são falhos no que diz respeito ao voto correto. O conjunto desses estudos, em síntese, aponta que a identificação partidária apresenta um peso maior do que as conversas interpessoais. Existem diferenças institucionais e culturais entre os Estados Unidos e o Brasil, o que facilmente pode alterar o comportamento político dos indivíduos. Faz-se, nesse sentido, a necessidade de um estudo comparativo sobre os efeitos das redes sociais para o voto correto.

O argumento central dessa dissertação defende que os cidadãos, situados em diferentes ambientes políticos e culturais e regidos por diferentes sistemas políticos, organizam-se e adquirem informações de forma díspar. Em razão da baixa identidade partidária no Brasil, o voto correto aqui existe por meio das interações individuais. Ou seja, existe uma lógica social para o voto correto.

O modelo da lógica social aqui empregado separa as medidas de redes sociais e de contexto político, transformando-as em dois fatores independentes. Há diferenças conceituais entre esses dois termos que, a meu ver, não foram mensuradas apropriadamente nos trabalhos anteriores sobre redes sociais e voto correto. O contexto político condiciona as oportunidades de interação social, logo a qualidade e o fluxo de informação. Assim, estudos dessa natureza não podem negligenciar os efeitos do ambiente em que as pessoas estão inseridas. Ao passo que redes e contexto social são conceitualmente e metodologicamente dois fatores independentes, o segundo passo é desagregar os seus respectivos atributos e analisá-los de forma separada. Portanto, os efeitos dos atributos de redes e de contexto social serão verificados de maneira disjunta sobre o aprendizado político e o voto correto.

Os atributos analisados aqui se referem à diversidade e ao conflito, tanto para redes sociais como para o contexto social. O atributo diversidade reflete um cenário rico de opiniões ou informações, onde os indivíduos dialogam entre si e delibaram suas preferências políticas. Ou seja, a diversidade tende a favorecer o voto correto. Por outro lado, o atributo conflito tende a mostrar uma associação negativa com o voto correto, pois um ambiente com essa característica reduz a sociabilidade social, gera ambivalências e incertezas nos indivíduos e, por fim, a informação não é tão clara, o que pode confundir o eleitor.

Esse estudo, por entender que as conversas interpessoais afetam o voto correto, baseia-se na ideia concebida pela Escola de Columbia, conhecida como abordagem sociológica. Em 1944, Lazarsfeld et al. publicou a obra que viria a ser um marco, *The People's Choice*, e cujos resultados deram origem ao modelo de dois estágios de comunicação (*two-step flow of communication*). A noção das redes interpessoais emerge com a constatação que existe uma mediação entre os veículos de massa e os cidadãos, desempenhada por membros da comunidade que exercem o papel de líderes de opinião (Katz, 1957; Katz e Lazarsfeld, 1955; Lazarsfeld et al., 1944).

Ao mesmo tempo, esse estudo versa com a teoria da escolha racional (Downs, 1957). Diante de um cenário institucional político não consolidado totalmente e com características que determinam uma escassez de informação – multipartidarismo e identificação partidária fraca -, os eleitores buscam atalhos informativos com baixo custo e alto nível de confiança. Os eleitores comportam-se dessa maneira porque querem fazer boas escolhas eleitorais, não desperdiçando o voto. Para a realidade social e cultural do Brasil, uma opção razoável é usar os contatos interpessoais como atalhos cognitivos. Portanto, o foco sobre redes e contexto social é também de ligar aspectos da sociologia com a racionalidade do voto. É um esforço de unir duas vertentes teóricas, de forma a torná-las complementares. Além disso, essas análises são realizadas por uma abordagem comparativa.

Para tal, usaremos um banco de dados de opinião pública que permite avaliar o voto correto no Brasil em perspectiva comparada entre as eleições majoritária e proporcional. Os dados foram coletados em Juiz de Fora (MG) e Caxias do Sul (RS) nas eleições de 2002, por isso as informações contidas nessa pesquisa ajudam a ampliar o conhecimento do comportamento político a nível local. Como há variações entre essas duas cidades, o contexto social torna-se uma boa medida de análise também. Os dados aqui trabalhados são oriundos de uma pesquisa de opinião pública do tipo painel com seis ondas, no entanto, fiz uma observação transversal das três primeiras ondas e isso desconsidera as características do painel.

Os resultados indicam que existe o voto correto no Brasil, tanto para a eleição presidencial como para a eleição proporcional, significando que a qualidade da democracia aqui está ajustada. Ademais, encontrou-se efeitos robustos dos atributos de redes e contexto social sobre o voto correto. Esse resultado, portanto, corrobora com a tese de que é apropriado desagregar as variáveis das interações sociais. Outro resultado importante é que o aprendizado político sofre uma influência social, isto é, as interações sociais que favorecem a amplitude do diálogo tende a aumentar o conhecimento político dos cidadãos.

Na próxima secção, eu defino com detalhes o conceito do voto correto, apresento os principais resultados, incluindo os trabalhos empíricos comparativos, e discuto como o voto correto pode ser considerado um elo de representatividade e como se relaciona com a informação. Ademais, trato do voto correto proporcional que é uma extensão do conceito original do voto correto e explico a sua aplicabilidade em cenários eleitorais complexos (CECs). Por fim, abordo a variável dependente do aprendizado político para ilustrar a importância da informação para a escolha “correta” do voto. No capítulo dois, faço a discussão teórica sobre redes e contextos sociais e os seus potenciais impactos, diferenciando-os conceitualmente, mostrando os seus atributos e sem perder de vista os possíveis efeitos para o aprendizado político e o voto correto. No capítulo três, descrevo a parte metodológica do trabalho. Apresento o banco de dados e a operacionalização das variáveis usadas. No capítulo quatro, é a parte das análises do trabalho, no qual os testes e resultados serão apresentados. Por fim, no capítulo 5, é a parte destinada para a discussão

final do trabalho e onde indicarei as limitações verificadas e a agenda futura. O estudo está baseado, portanto, em discussão teórica, hipóteses, método, resultados e conclusão.

1.2 Voto Correto

A qualidade democrática exige um governo responsivo com as demandas dos cidadãos (Diamond e Morlino, 2005; Rennó, 2010; Rennó et al., 2011) e o voto correto tem potencial de gerar esse elo de responsabilização entre representantes e representados, um requisito mínimo para o funcionamento da democracia (Dahl, 1989; Dahl et al., 1997; Berelson, 1952). Isso porque se espera que os cidadãos que votam corretamente estejam mais atentos e controladores das ações políticas. Ao que tange o outro lado do procedimento democrático, os governos possuem mais probabilidade de satisfazer as expectativas da população, isto é, de identificar o que a sociedade deseja e produzir políticas públicas em consonância com esses interesses e preferências. Nesse sentido, o conceito do voto correto é alçado a um micro fundamento da qualidade democrática. Mais precisamente, considera-se o voto correto como uma atitude racional na qual legitima o governo e produz efeitos inclusive para a responsividade. Em suma, o ato de votar corretamente é uma pré-condição para uma adequada representação política.

A qualidade da democracia incide essencialmente pela qualidade das eleições e o voto correto acentua esse fato, pois se trata de uma tomada de decisão eleitoral. Algumas pistas da condição eleitoral no Brasil foram dadas por Ames et al. (2008). Apesar da crença que os brasileiros votam mal e são poucos interessados em política, os autores descobriram que os brasileiros cada vez mais se apoiam em programas governamentais, e menos nas trocas clientelísticas para decidir o voto. A tônica das eleições reflete eleitores atentos com as decisões dos governantes e preocupados em tomar decisões racionais. Por essa análise, há um salto de qualidade na democracia brasileira, embora ainda persistam traços arcaicos. O estudo sobre o voto correto no Brasil insere-se nesse espaço de pensamento a fim de avaliar a qualidade da democracia, especialmente a qualidade das eleições brasileiras.

Como visto, a democracia requer o mínimo de representação e permite que os indivíduos escolham aquele candidato que melhor represente suas preferências e desejos pela via eleitoral. Nesse contexto, o voto correto é um indicador da representatividade, isto é, do cumprimento dos valores democráticos. Trata-se de uma medida binária e como tal assume-se o seguinte axioma: se os cidadãos escolhem o candidato baseado nos seus valores e interesses, o eleitor votou corretamente. Do contrário, o eleitor votou incorretamente.

A partir dessa definição, o voto correto corresponde aos valores, crenças e preferências dos eleitores em termos de políticas públicas e do candidato. Dito de outra forma ocorre quando o voto dado a certo candidato corresponde ao que seria esperado dadas as preferências políticas e valorativas desse eleitor (Lau e Redlawsk, 1997). Adicionalmente, os autores vinculam a atitude de votar corretamente aos atalhos

informativos, quando definem o voto correto como uma escolha que teria sido feita por meio de condições de informações completas (*fully informed*). É a probabilidade de o eleitor votar em um candidato caso estivesse totalmente informado sobre esse mesmo candidato (Lau e Redlawsk, 2008, p. 396).

Os primeiros estudos do voto correto foram realizados nos Estados Unidos, no final da década de 1990 (Lau e Redlawsk, 1997; Lau Redlawsk, 2006; Lau, Andersen e Redlawsk, 2008). Usando a combinação de um experimento e dados da American National Election Studies (ANES) entre os anos de 1972 e 2004, Lau e Redlawsk (1997; 2006) indicaram positivamente a existência do voto correto entre os eleitores norte-americanos. Para dados do *survey*, a média do voto correto foi na ordem de 75%, enquanto no experimento esse índice atingiu 70%. A fim de refinar esses resultados, Lau e Redlawsk (2008) testaram quatro variáveis como pressupostos do voto correto: motivação política, conhecimento político, o uso de heurísticas e o volume da campanha política. Os resultados apontaram que todos esses pressupostos foram estatisticamente positivos sobre o voto correto. Especificamente, a identificação partidária (usada como heurística) aumentou a probabilidade do voto correto em 22%.

Conforme os autores preconizaram, o ato de votar corretamente é independente do nível de informação dos eleitores. Lau e Redlask (1997; 2008) argumentam que a informação é importante para a decisão do eleitor, porém este mesmo eleitor pode votar corretamente mesmo se não for totalmente informado. Os atalhos informativos, mais precisamente a identificação partidária, ajudam o eleitor a tomar a atitude mais “correta” em consonância com os valores e preferências políticas.

A formulação metodológica do voto correto segue pelo padrão experimental e por dados de opinião pública com perguntas fechadas. Os autores organizaram três grandes eixos que permitem estimar se o cidadão americano votou corretamente para presidente: 1) medidas de preferências do eleitor; 2) o quanto o eleitor se preocupa com cada uma das questões sobre preferências políticas; 3) medidas acerca do posicionamento de cada candidato sobre os temas políticos. Por esse esquema, os autores estão interessados na combinação das preferências dos eleitores com o posicionamento político dos candidatos, oferecendo pesos diferentes para cada questão. Quando há a combinação perfeita, assume-se que o eleitor votou corretamente e ao final cria-se um sumário de avaliação. Cada item da avaliação individual é recodificado e somado, depois então multiplicado pelo peso de importância e, por fim, calcula-se a média. O voto, se correto, deve ir para o candidato que receber as maiores notas. A variável dependente é dicotômica, definida como voto correto para o candidato A ou voto correto para o candidato B em todas as campanhas medidas de 1972 a 2004. Em resumo, em caso de convergência e o voto dado ter sido para o candidato com o maior número de pontos, assume-se então o voto correto.

As pesquisas sobre o voto correto fora do território americano são escassas, com raras exceções voltadas para o trabalho de Walgrave et al. (2009), na Bélgica, e o trabalho comparativo de eleições presidenciais de Lau e seus co-autores (2013) que é realizado em

33 países, entre eles o Brasil. Esforços desse tipo são válidos uma vez que reforçam o novo escopo analítico acerca da qualidade e legitimidade das democracias. Portanto, pesquisas realizadas entre países com diferentes estruturas socioeconômicas, institucionais e culturais robustecem o padrão do voto correto.

O trabalho de Walgrave et al. utilizou dados da Bélgica, país com problemas institucionais históricos, sistema multipartidário e baixa identificação partidária. Diferentemente dos Estados Unidos, o voto é obrigatório na Bélgica. Além disso, a Bélgica é um emaranhado linguístico o que divide o país em duas regiões basicamente (Flandres, da língua holandesa; Francófonas, da língua francesa). Esse cenário impõe indiscutivelmente dificuldades para que os eleitores belgas alcancem o voto correto em contraste com o cenário institucional dos eleitores norte-americanos.

Os resultados encontrados pelo autor corroboram essa dificuldade, sendo diametralmente opostos dos achados de Lau e Redlawsk (2006) acerca dos Estados Unidos. O voto dado na Bélgica é extremamente incorreto, apenas 26% do eleitorado vota corretamente. Existe possivelmente um problema de mensuração do voto correto, no entanto. Walgrave e os coautores calcularam a intenção de voto, capturado na véspera da eleição, e não o voto dado propriamente. Essa medida pode superestimar o índice de voto incorreto, uma vez que os eleitores tendem na reta final da eleição a mudar de opinião. Na esteira dessa mudança de voto, os belgas podem alinhar-se corretamente com os seus candidatos e dessa forma o trabalho de Walgrave não consegue computar o voto correto de forma precisa.

Com um contorno mais otimista, ainda que o índice de voto correto seja baixo, Lau et al. (2014) indicaram que 55% dos eleitores belgas votaram corretamente na eleição de 2003. Os autores registraram o maior índice de voto correto na Romênia (89,9%), no Chile (89,5%) e nos Estados Unidos (88,4%), enquanto os menores índices registrados são na Polônia (44%) e na Holanda (50,3%). Ainda segundo Lau et al. (2014), o voto correto no Brasil é de 67% no primeiro turno e de 75,5% no segundo turno. Neste trabalho comparativo, os autores também estão interessados nas causas do voto correto, assim eles criaram hipóteses para atributos individuais e mecanismos institucionais.

Nesse sentido, Lau et al. (2014) assumem que a probabilidade do voto correto aumenta quando os eleitores são mais sofisticados politicamente, são mais experientes e mais motivados. Em outras palavras, os determinantes individuais do voto correto referem-se a um somatório de habilidades: conhecimento, nível educacional, relevantes informações armazenadas, familiaridade com as regras do jogo, a experiência de vivenciar eleições e, finalmente, a vontade de fazer boas escolhas.

Ao que concerne os determinantes institucionais, o pressuposto é que alguns arcabouços institucionais turvam as escolhas eleitorais e, assim, diminuem as chances do voto correto. Os autores encontraram que o sistema político que promove o voto personalista, e não o partidário, reduz a probabilidade do voto correto. Igualmente, o aumento de alternativas eleitorais - alto número de partidos/candidatos como opção de voto -

diminui a possibilidade do voto correto. Em contraste, os autores também encontraram que a distinção ideológica entre esses partidos/candidatos ajuda a mitigar o efeito da quantidade de alternativas eleitorais. Por fim, o aumento da previsão do voto correto é condicionado com a disponibilidade de informação política. Quanto mais informações disponíveis, mais chances do sujeito votar corretamente.

É possível extrair do conjunto desses trabalhos, em síntese, que as instituições importam para o voto correto, assim como a informação política. Os primeiros trabalhos de Lau e os seus colegas indicaram que a identificação partidária exerce nos Estados Unidos uma força muito grande, independente do nível informativo dos eleitores, pois atuam como atalhos cognitivos. Como chave para a teorização do voto correto, eleitores com baixo nível de informação votam de forma similar daqueles totalmente informados. Usando heurísticas, como o partido político, eleitores não precisam estar totalmente informados. Eles podem tomar decisões sensatas e eficazes, mesmo com limitações informativas, usando atalhos cognitivos. Lau e os seus colegas usaram a identificação partidária para apontar o caminho do voto correto estadunidense.

Alguns estudiosos norte-americanos iniciaram o processo de especificar as possíveis causas para o voto correto a partir de variáveis independentes relacionadas com a comunicação interpessoal. Poucos estudos e totalmente restritos aos Estados Unidos seguem essa abordagem. (Richey, 2008, McClurg & Sokhey, 2009; Ryan, 2009). Richey (2008) concluiu que as discussões políticas com os líderes de opinião são significativas em relação ao voto correto. McClurg e Sokhey (2009) confirmaram os primeiros trabalhos de Lau, existe um predomínio da identificação partidária no ato de votar corretamente. Por fim, Ryan (2011) concluiu que os eleitores sem vínculos partidários são os mais beneficiados pelas conversas entre amigos, familiares e vizinhos. Uma vez que não existem laços partidários desses eleitores, eles buscam outras fontes de informação. Nesse caso, os canais informativos mais próximos e menos custosos. Eu voltarei a discutir esses trabalhos no capítulo teórico sobre redes sociais, apresentando mais detalhes.

Algumas limitações acerca do conceito do voto correto surgem e ainda continuam sem resposta. Por exemplo, a média do voto incorreto nas pesquisas de Lau e Redlawsk (1997; 2006; 2008) é em torno de 30%, índice que os autores defendem como um bom indicador para a saúde da democracia. De qualquer forma, um terço do eleitorado norte-americano vota incorretamente. Esse índice, de fato, não prejudica o bom funcionamento da democracia? Os atalhos cognitivos não funcionam para essa parte do eleitorado? Lau e Redlawsk não analisam as consequências desse comportamento, traduzido conceitualmente como “ignorância política” (Bartels, 1996; Gilens, 2001). Ademais, os autores que tratam da relação do voto correto com a interação social, não desagregam a variável *redes sociais*. Como veremos no próximo capítulo, as redes sociais apresentam características diversificadas e esses atributos devem ser testados de forma independente. O fato de não desagregar as redes sociais pode estar subestimando o seu efeito sobre o voto correto. Na literatura do voto correto algumas questões ainda são inconclusivas, como se percebe.

Uma vez que já sabemos a definição conceitual do voto correto e que a ação de votar corretamente é condicionada a certos ambientes institucionais e ao processo informativo, cabe apontar aqui alguns entraves para alcançar o voto correto. No caso do Brasil e de outros países da América Latina, em razão do histórico social e político, algumas limitações são mais evidentes: 1) os eleitores variavelmente apresentam problemas na aquisição de informação, com uma distribuição enviesada da informação; 2) o sistema político é complexo, com fragmentação dos partidos e baixa identificação partidária; 3) em certas campanhas não existem distinção entre as propostas dos candidatos. Quando não há polarização entre as propostas torna-se mais difícil ao eleitor distinguir o que combina mais com o seu interesse eleitoral; 4) os recursos de campanha não são distribuídos de maneira equânime e, assim, certos candidatos têm mais chances de aparecer publicamente do que outros. 5) as eleições são sempre povoadas por muitos candidatos, limitando a aquisição de informações e conseqüentemente dificultando a decisão do voto.

Assim, proponho a substituição dos canais de informação institucionalizados pelos canais informais. As conversas interpessoais sobre política funcionam como atalhos informativos e cognitivos, substituindo os partidos políticos e outros mecanismos institucionais. Essas interações sociais contribuem para a aquisição de informação devido ao baixo custo, logo aumentam a probabilidade do voto correto no Brasil. Entretanto, os atalhos informativos não devem ser vistos como uma panaceia. O acesso às fontes de informação não é igualitário a todos os cidadãos, o que provoca desigualdade informacional e gera entraves para as decisões de qualidade (Carpini e Keeter, 1996). Por este motivo, deve existir uma diferença entre os mais informados e os menos informados em relação ao voto correto.

Esse é um ponto importante a ser testado neste trabalho, dando ênfase ao fato que informação política é importante para uma escolha política acertada, mas que o *background* dos eleitores também importa. A premissa aqui colocada é que o acúmulo de informação ajuda a melhorar a competência do cidadão, que passa a articular os interesses, preferências e valores com a decisão do voto de forma mais transparente e direta. Essa conexão entre voto e informação qualifica o resultado das eleições.

1.2.1 Avaliação da Competência Eleitoral

A explicação do voto correto deriva da evolução natural do debate teórico e empírico acerca da competência política dos cidadãos. Isso porque a desconfiança sobre a capacidade individual dos cidadãos é generalizada nas ciências sociais. Está presente, por exemplo, no debate clássico entre a teoria democrática pluralista (Pateman, 1992; Dahl, 1997) e a teoria democrática elitista (Shumpeter, 1942). Enquanto os pluralistas advogam a ampla participação popular, os elitistas defendem uma democracia procedimental, com o mínimo de participação, devido ao baixo nível de cognição política por parte dos cidadãos.

Essa discussão normativa recebeu suporte das pesquisas empíricas. A agenda do

empirismo, formulada a mais de meio século, amplamente aceita a ideia da qual os cidadãos médios são inábeis politicamente e ambivalentes (Converse, 1964). Ao descrever a estrutura ideológica e das crenças dos eleitores, Converse (1964) encontrou opiniões e atitudes inconsistentes e incoerentes. A maioria do eleitorado não apresenta atenção e conhecimento em relação à política, não sabem como o governo funciona e tampouco quem são os agentes políticos. Somente uma minoria usa categorias ideológicas para avaliar os candidatos, de forma que a identificação partidária é o único vínculo entre a massa e os representantes. Ainda assim, essa conexão é formada na infância e por laços familiares; não se trata de razões políticas (Campbell et al., 1960). Dada essa baixa sofisticação política, os eleitores tornam-se dependentes das mensagens persuasivas da mídia de massa, considerada fonte elitista (Zaller, 1992).

Ao longo dos anos, os pesquisadores buscaram explicações para responder a seguinte contradição: se os eleitores são desinteressados e mal informados, o que pode explicar as razoáveis tomadas de decisões e, portanto, o funcionamento da democracia? A resposta a essa pergunta centra-se no debate sobre atalhos cognitivos e de informação completa, sem ainda um consenso desses dois subcampos do comportamento político.

1.2.2 Atalhos Cognitivos e Informação Completa

Na esteira dessas colocações, uma nova geração de pesquisadores constituiu a hipótese dos atalhos cognitivos para resgatar a democracia. Centrado no desempenho cognitivo dos indivíduos e na necessidade de adquirir informação, os autores da Escola Heurística defendem o uso dos atalhos informativos para compensar o baixo nível de informação. Assim, os indivíduos empregam os atalhos informativos ou as heurísticas – de forma passiva ou intencional - a fim de identificar as preferências e votar consistente como se estivessem totalmente informados (Popkin, 1991; Lupia, 1994; Lau, 2003; Downs, 1957; Mondak, 1993).

Nesse sentido, as heurísticas são estruturais formais ou informais de ordenamento das incertezas do campo político por reduzirem o tempo e os esforços empreendidos na aquisição da informação. As heurísticas são canais que ajudam os sujeitos a realizarem julgamentos razoavelmente adequados. Teoricamente, portanto, as heurísticas são derivações da psicologia política e da escolha racional. Entende-se que os atalhos são esquemas cognitivos que organizam os pensamentos e ajudam o indivíduo a maximizar os benefícios e diminuir o custo eleitoral.

Para o uso das heurísticas, a clássica formulação é relativa à identificação partidária. O eleitor usa os rótulos partidários, conhecidos desde a infância, para se posicionar acerca da decisão do voto e das políticas públicas (Campbell et al., 1960; Rahn, 1993). Por seu turno, Popkin (1991) introduziu o conceito do “*low-information rationality*” que reforça a tese de que não faz sentido para o indivíduo racional se aprofundar em detalhes da política. Com

essa finalidade, os indivíduos utilizam os atalhos de representatividade, enquadramento da informação e cálculos de atalhos. O primeiro permite comparações entre novas informações com cenários e descrições já estabelecidos mentalmente. Por sua vez, o segundo estabelece pontos de referência que funcionam como uma balança de novas informações, baseada nos hábitos, atitudes e características próprias do indivíduo. Por último, o indivíduo também é apto a realizar cálculos que ponderam quais informações são mais adequadas para determinada decisão.

Sob o mesmo escopo, Lupia (1994) testa os grupos de interesse como atalhos cognitivos eficazes. De acordo com os achados do autor, bastou que os eleitores soubessem identificar a posição da indústria automobilística para que pudessem votar de acordo com os seus objetivos, isto é, contrariamente às propostas da indústria. Não houve a necessidade do conhecimento aprofundado de todas as propostas, mas sim de pedaços da mensagem mais sensíveis aos valores desses indivíduos. A heurística da aparência ou traços dos candidatos é vastamente utilizada pelos indivíduos. A imagem é um atributo bastante difundido, sobretudo na era moderna, o que coloca essa heurística como uma das mais importantes e acessíveis. Os resultados obtidos pelos estudiosos das heurísticas apontam para a eficiência dessa estratégia na realização de votos consistentes com os interesses dos eleitores. Ademais, atalhos são usados por todos os cidadãos, independente do nível de informação e do interesse.

O papel dos atalhos cognitivos para o voto, embora demonstrado como relevante por essas pesquisas empíricas, é colocado em dúvida por uma nova onda de pesquisas (Kuklinski, Quirk, 2000; Bartels, 1996; Rennó, 2007; Jerit et al., 2006; Kuklinski et al., 2001; Miller, 2009; Lau e Redlawsk, 2001; Althaus, 1998; Carpini e Keeter, 1996; Gilens, 2001; Luskin, Fishkin e Jowell, 2002)¹. Investigando empiricamente os impactos da ignorância política sobre seis eleições americanas para presidente, Bartels (1996) simula o comportamento de hipotéticos eleitores totalmente informados e compara com o voto dado. Os resultados dessa pesquisa indicaram que as pessoas votariam diferente se fossem totalmente informadas, assim a quantidade de informação processada pelos eleitores afeta as decisões eleitorais. Mais especificamente, o partido Democrata e os candidatos a reeleição seriam prejudicados caso os eleitores fossem mais bem informados.

Outrossim, Gilens (2001) investiga o efeito da falta de informação política específica, combinando elementos metodológicos do “*deliberative poll*” e do “*fully informed*”. Os resultados demonstraram que a falta de conhecimento específico é generalizada, mesmo entre as pessoas bem informadas. Em particular, o autor argumenta que os eleitores teriam atitudes e preferências políticas diferentes caso tivessem informações específicas sobre os assuntos políticos. Da mesma forma, Luskin et al. (2002) apresentam evidências de que os eleitores se comportam de forma diferente quando há novas informações disponíveis e quando há oportunidade deles deliberarem politicamente.

Em um esforço de estender o entendimento sobre os trabalhos da ignorância política, Althaus (1998) promoveu uma análise acerca da desigualdade distributiva da

informação política sobre a opinião pública coletiva. Em outras palavras, a desigualdade em termos de conhecimento político afeta coletivamente a atitude da sociedade. Althaus (1998) descobriu que a sociedade americana aparenta ser mais progressista em determinados assuntos e mais conservadora em outros assuntos. Quando, na verdade, esse cenário não condiz com a realidade se todos os cidadãos fossem igualmente bem informados. Há um viés ideológico sobre a percepção das preferências da sociedade (Althaus, 1998), assim como existe desníveis informacionais entre os grupos sociais (Carpini e Keeter, 1996; Rennó, 2006; 2007).

O primeiro problema e, talvez o mais importante, da falta de informação é o envio dos cidadãos de mensagens contraditórias para os políticos e formuladores de políticas públicas. Isso representa a possibilidade de implementações de políticas públicas em desacordo com as prioridades dos cidadãos, afetando diretamente a qualidade da democracia. Além disso, a desigualdade informacional afeta em larga medida aqueles cidadãos historicamente discriminados: mulheres, negros e pobres. (Carpini e Keeter, 1996; Rennó, 2007). Os indivíduos menos informados são também os menos hábeis de ter atitudes e escolhas consistentes com as predisposições políticas (Carpini e Keeter, 1996, capítulo 6).

Examinando essa questão no Brasil, Turgeon e Rennó (2010) encontraram resultados similares aos trabalhos estadunidenses, apontados acima. Dado que o indivíduo recebe mais informações, as atitudes e as preferências políticas são estruturadas de forma diferente. Por meio de um experimento, os autores encontraram que os cidadãos preferiram menos impostos e uma redução nos gastos públicos quando receberam informações sobre as despesas e as fontes de renda do governo federal.

Em síntese, esses estudiosos, que mantêm vínculos com a Escola Heurística, argumentam que os eleitores precisam de um mínimo de conhecimento político para uma tomada de decisão de qualidade, não obstante a eficácia dos atalhos cognitivos. Nesse contexto, portanto, argumento que o recurso às heurísticas é insuficiente para os eleitores menos informados emularem o comportamento com aqueles mais sofisticados politicamente. O voto correto no Brasil segue uma lógica social, baseado nas interações individuais em substituição a outros mecanismos institucionais. Não obstante, há uma diferença do voto correto correlacionada com o nível de informação. Aqueles sujeitos com mais informação votam corretamente mais do que outros com menos nível de informação política. Esse argumento é uma derivação de um achado de Smith (2010): os mais beneficiados com as discussões interpessoais são aqueles indivíduos mais sofisticados politicamente, logo a comunicação interpessoal não atenua a desigualdade de informação e de conhecimento entre os indivíduos.

Decerto, o voto correto articula-se com a informação e fatores institucionais. Sendo assim, na próxima seção apontarei que ambientes institucionais distintos afetam de forma diferente a aquisição de informação. Como resultado, o voto correto pode sofrer alteração de acordo com as características das eleições.

1.3 Voto Correto Proporcional

Lau et al. (2014) apontaram para alguns determinantes institucionais sobre o voto correto, como visto anteriormente. O mais sintomático para a realidade das eleições brasileiras proporcionais é a correlação entre o aumento de candidatos e a diminuição do voto correto. A realidade das eleições proporcionais no Brasil expõe uma enormidade de candidatos, com baixa exposição na mídia e, portanto, com fortes limitações para que os eleitores adquiram informações e conseqüentemente dificultando a decisão do voto. Esse é um forte indicativo de que o voto correto é mais fácil de que seja concretizada em eleições majoritárias do que nas eleições proporcionais.

O objetivo aqui é analisar o voto correto proporcional a fim de avaliar se o eleitorado, apesar dos obstáculos institucionais inerentes a esse contexto político, vota corretamente. Com essa finalidade, eu introduzo nessa dissertação a noção do voto correto proporcional, cujas perguntas centrais que norteiam essa parte do trabalho são as seguintes: os eleitores brasileiros votam corretamente para deputado federal? Existe uma diferença do voto correto entre as duas cidades analisadas, Caxias do Sul e Juiz de Fora? Quais são os determinantes para o voto correto proporcional? O voto correto proporcional reforça o entendimento acerca do bom funcionamento da democracia, mais especificamente sobre a qualidade e legitimidade da democracia, pois amplia o conceito do voto correto estudado nos Estados Unidos e restrito por ora as eleições presidenciais.

As eleições proporcionais no Brasil ocorrem em um cenário complexo, totalmente distinto das eleições norte-americanas, onde o voto é binário. O ambiente político no Brasil para as eleições proporcionais é tido como complexo em razão da quantidade de candidatos concorrendo a uma cadeira e o alto número de partidos políticos, o que aumenta significativamente os custos eleitorais e pode até induzir o eleitor à uma imobilidade política. Ou seja, o eleitor pode não tomar nenhuma decisão quando o custo de se informar é muito alto (Downs, 1957; Figueiredo, 2008). Dessa forma, as eleições para deputado federal no Brasil é um cenário perfeito para estender a análise sobre a competência política dos cidadãos por meio do voto correto.

Nesse caso, levo em consideração as diferenças dos sistemas políticos entre o Brasil e os Estados Unidos, os contextos sociais e políticos e a informação disponível. No Brasil, o voto é proporcional de lista aberta para os pleitos de deputados federais, estaduais e vereadores. Cada estado brasileiro é um distrito e elege um número determinado de representantes de acordo com a sua população, porém há demonstrações de defasagens a esse ordenamento institucional (Turgeon e Cavalcante, 2014). Essa regra eleitoral possibilita o aumento significativo de candidatos e estabelece o multipartidarismo. Nos Estados Unidos, por outro lado, o voto é distrital simples. Assim, o estado é dividido em vários distritos e cada distrito elege um deputado por maioria simples. Esse sistema é menos complexo, porém é fortemente criticado por produzir baixa representação política (Nicolau, 2000).

Em razão de um sistema político regido por regras díspares entre Brasil e Estados Unidos, os contextos políticos também são diferentes. As regras eleitorais moldam os contextos políticos e, assim, afetam também a disponibilidade de informações. Os Estados Unidos apresentam um quadro eleitoral mais simples em comparação com o Brasil, uma vez que as informações políticas são mais organizadas e a opção do voto é binária. Por outro lado, a maior parte dos países da América Latina oferece um sistema eleitoral mais complexo, sendo que inúmeros candidatos disputam votos em localidades específicas e a clivagem partidária e ideológica é menor. Em eleições proporcionais os atalhos informativos tendem a ser mais abstrusos, diminuindo assim a qualidade das informações.

A representação política, o último possível efeito nessa cadeia, também pode ser afetada se o voto correto proporcional não se concretizar. Uma eleição com mais candidato, não necessariamente produzirá uma política mais representativa, visto que o voto correto é uma pré-condição para a representação e a responsividade política. Uma vez que as eleições proporcionais no Brasil são realizadas em um ambiente complexo, com mais candidatos e menos informação cristalina, o voto correto tende a ser mais difícil. A informação passa a ser mais escassa e as opiniões contraditórias.

O Executivo e o Legislativo brasileiro são separados e independentes e, principalmente, a base eleitoral é própria de cada instituição. Assim, é fundamental estudar o voto correto de forma separada, tanto para as eleições presidenciais como para as eleições de deputados federais. Diferentemente dos Estados Unidos, as eleições proporcionais brasileiras ocorrem em Contextos Eleitorais Complexos (CECs).

1.3.1 Contextos Eleitorais Complexos (CECs)

O conceito de Contexto Eleitoral Complexo (CECs) foi introduzido por Rennó (2006; 2009) com o claro objetivo de analisar o impacto desses ambientes políticos, marcados pela complexidade e competitividade eleitoral, sobre o comportamento político. As eleições proporcionais brasileiras é um típico exemplo de um contexto eleitoral complexo devido as suas regras institucionais, levando a crer que afeta a aquisição de informação e obviamente a decisão do eleitor. Alguns estudos já trataram desse efeito sobre o fluxo informacional, mas ainda sabemos muito pouco a respeito do impacto desses contextos sobre as decisões do voto propriamente.

A discussão acerca da competência político dos cidadãos centra-se inicialmente na capacidade cognitiva dos eleitores, inaugurando a visão do sujeito minimalista. O sujeito sob essa condição apresenta baixa habilidade política e atitudes não estruturadas, dificultando a tomada de uma decisão sensata (Converse, 1964). Em um passo à frente, Sniderman (2000) condiciona a escolha do voto com as regras institucionais, deslocando o foco dos atributos individuais dos cidadãos para as características institucionais das escolhas. Em outras palavras, o autor argumenta que o sistema político norte-americano apresenta escolhas fixas ao eleitor. A escolha do voto é dada pelas alternativas disponíveis, moldadas pelos partidos

Republicano e Democrata, logo as opções são simplificadas, organizadas antecipadamente, dicotômicas e mutuamente exclusivas. Esse cenário é um tanto esquemático, por isso o próprio Sniderman propõe um estudo em países em que o sistema é multipartidário, as instituições são um caos e com enfraquecimento ideológico (2000, p. 83).

Em um esforço nessa direção, Lau e Redlask (2001) constroem um experimento para simular uma eleição primária com quatro candidatos. Os autores encontraram que o maior número de candidatos diminui o nível informacional e aumenta a demanda por atalhos cognitivos, dificultando assim a decisão do eleitor. Um contexto político com muitos concorrentes dificulta a aprendizagem política, portanto. Da mesma forma, Lupia e McCubbins (1998) observaram problemas quando o ambiente político não é institucionalizado e quando há muitos concorrentes em uma disputa eleitoral. Em primeiro lugar, a institucionalidade de um país produz partidos políticos fortes, de maneira que estes se transformam em eficientes atalhos cognitivos ao produzirem rótulos partidários pelos quais os cidadãos aprendem sobre a política. Em um segundo argumento, os autores alegam que a competição eleitoral com muitos candidatos engendra uma carga excessiva de informações disponíveis e esse fato também dificulta a ampliação do conhecimento político.

Como já mencionado anteriormente, o caso brasileiro é uma oportunidade autêntica para estudos dessa natureza. Um dos principais componentes do Contexto Eleitoral Complexo (CECs) é o alto índice de competição eleitoral em uma determinada localidade. Conforme Rennó (2006), o brasileiro vive o “dilema do rico” a cada eleição para o legislativo, ou seja, muitas opções de candidatos e apenas uma possível escolha a fazer. Em razão do multipartidarismo e do sistema de representação proporcional de lista aberta (RPLA), as eleições para deputado federal sempre apresentam uma enormidade de candidatos. Por exemplo, nas eleições de 2002 houve em média por bairro entre 1 e 6 candidatos viáveis em Caxias do Sul e entre 5 e 10 candidatos efetivos em Juiz de Fora (Rennó, 2004).

Ao estudar empiricamente o impacto da competição eleitoral sobre a aprendizagem política no Brasil, Rennó (2006) apontou para uma perda da capacidade de obter conhecimento político em cenários mais competitivos. Os resultados dessa análise assinalaram para uma relação negativa do número de candidatos sobre o nível de conhecimento do eleitor em relação à eleição da Câmara dos Deputados. Quanto mais candidatos, mais informações estarão disponíveis e esse fato afeta negativamente o nível de conhecimento dos indivíduos. Apesar desse resultado não ser estatisticamente significativo - talvez porque o autor não abrangeu todas as entrevistas disponíveis na amostra -, existe um indicativo que as eleições mais complexas têm impacto no nível de conhecimento dos eleitores.

Em outra análise, Rennó (2004) encontrou resultados mais robustos. O autor identificou que os ambientes políticos promovem oportunidade de aprendizado, assim como o processo da campanha eleitoral. Contudo, esse efeito é condicionado ao número de candidatos efetivos. Em um ambiente competitivo, com vários candidatos competindo em uma localidade específica, é menor a capacidade do eleitor de aprender. Tal ambiente exige

esforços cognitivos complexos que nem sempre são possíveis para certos eleitores. Portanto, eleitores inseridos em ambientes complexos aprendem menos do que aqueles expostos a ambientes mais simples.

Baseado nessas formulações, portanto, assume-se que os Contextos Eleitorais Complexos (CECs) provocam mudanças na estratégia de aquisição da informação. Assim, o papel dos atalhos cognitivos sofre alterações. Ao estudar o processo de informação e a decisão eleitoral para as eleições legislativas, Rennó (2009) mostrou uma eficiência dos atalhos informativos mesmo em CECs. O cidadão escolhe os candidatos baseado em heurísticas como apreço, identificação partidária (em especial com o PT) e pelo fato do candidato ser incumbente. Contudo, a intensidade do impacto é condicionada com o contexto político. Em ambientes políticos mais institucionalizados, os atalhos partidários e de apreço têm um efeito maior. Portanto, ambientes políticos distintos afetam de forma diferente o uso dos atalhos cognitivos.

Ambientes políticos diferentes que impactam a disponibilidade da informação indistintamente, também podem causar resultados diferentes para o voto correto. Nesse sentido é que se faz importante uma análise do voto correto entre Caxias do Sul e Juiz de fora, as duas cidades analisadas aqui. A política praticada em Juiz de Fora é personalista, embasada na figura de políticos líderes e os partidos são institucionalmente fragilizados. Por outro lado, a política de Caxias do Sul é fortemente estruturada por aspectos ideológicos. Historicamente, o cenário político de Caxias do Sul é polarizado pelo PT e o PMDB. Assim, acredita-se que a probabilidade do voto correto proporcional funcionar é maior em Caxias do Sul do que em Juiz de Fora. Uma análise do voto correto a nível municipal e comparativamente reforça a noção que diferentes ambientes políticos impactam na decisão do voto indistintamente.

Os estudos discutidos até o momento analisaram o papel dos CECs para a aquisição de informação e a aprendizagem política, não necessariamente para a decisão do voto. Ao incluir o voto correto nesse escopo, pretendo avaliar como que os CECs – ambientes políticos pouco institucionalizados, multipartidarismo e alto número de candidatos - afetam uma decisão de qualidade dos eleitores. Há poucos estudos que concatenam as características de um ambiente eleitoral competitivo com a decisão do voto. Psicólogos sociais utilizando técnicas de pesquisa que mostram que as decisões são de baixa qualidade quando os indivíduos enfrentam uma variedade grande de opções (Iyengar, Wells e Schwartz, 2006; Iyengar e Kamenica, 2010). Esses estudos, entretanto, não tratam diretamente do comportamento político, e sim de comportamentos psicológicos inseridos em outros contextos sociais.

O campo político envolve estratégias específicas e pressupõe ações e pressões diferentes de outros cenários. Nesse sentido, existe a necessidade de se analisar exclusivamente o efeito da quantidade de opções disponíveis sobre as decisões políticas. Os trabalhos dos quais tenho conhecimento é de Cunow (2014) e Lau et al. (2008), onde ambos tratam exatamente do voto correto. Na pesquisa de Cunow, realizada no Brasil por meio de

experimentos, o autor argumenta que o incremento de candidatos em disputa eleitoral não melhora necessariamente a representação política. Isso porque o indivíduo tende a votar incorretamente quando se confronta com o “dilema do rico”, isto é, quando existem muitos candidatos concorrendo a uma única vaga. Por sua vez, Lau e seus coautores (2008) encontraram que um grande número de proposições na cédula de votação pode distrair os eleitores e diminuir em 11% a probabilidade do voto correto.

No entanto, o estudo em uma eleição real e com candidatos que efetivamente estavam em disputa nunca foi realizado. As eleições presidenciais e para o legislativo dos Estados Unidos não oportunizam essa possibilidade, em contraste com o sistema político do Brasil, em especial as eleições para deputados federais.

A última pergunta acerca do voto correto proporcional é relativa aos seus determinantes. Na linha do que já fora discutido para o voto correto presidencial, as causas testadas sobre o voto correto proporcional são atinentes às interações sociais. Desagrega-se a rede e o contexto social e testa-os de forma distinta sobre a decisão do voto para deputados federais. Em resumo, há fortes evidências de que os CECs apresentam entraves para a aquisição de informação e, conseqüentemente, para o voto correto proporcional.

1.4 Aprendizado Político

A aquisição de informação, segundo Converse, é o principal meio de estruturação dos sistemas de crenças e ideologia (1964, p. 212). Nesse sentido, adquirir informação leva ao acúmulo de conhecimento que, por sua vez, é um elemento importante para o voto correto. Assim, colocam-se as seguintes questões: como os cidadãos aprendem sobre a política? Particularmente, os atributos das redes sociais e do contexto social favorecem ou prejudicam o aprendizado político? Essa parte da dissertação centra-se em explicar exatamente os efeitos dos canais informativos sobre o aprendizado político.

De acordo com Druckman e Lupia (2000), as preferências políticas e as atitudes formam-se das crenças e avaliações dos cidadãos, influenciadas pela experiência, percepção do mundo e a cognição. Esses mecanismos de formação de atitudes, por sua vez, não são estanques ao longo da vida, pois o ganho informacional as modifica. Esse dinamismo na formação das atitudes depende de fatores internos, como o armazenamento de informação na memória, a atualização das preferências de acordo com as novas informações recebidas (modelo on-line) ou, ainda, a combinação desses dois processos de informação – o modelo híbrido (Kim e Garret, 2011; Hayes e Turgeon, 2010; Lau e Redlawsk, 2006; Lodge, Steenbergen e Brau, 1995). Existe também uma dependência relativa aos fatores externos, concebida a partir das interações individuais com o ambiente. Portanto, o aprendizado político é influenciado por predisposições individuais e também pelo ambiente em que os indivíduos estão localizados.

Muito claramente essa discussão quanto aos fatores externos que influenciam o processamento de informação está ligado ao que Luskin (1990) chamou de oportunidade. O autor considera que para o cidadão se tornar sofisticado é necessário encontrar certa

quantidade de informação política, além, é claro, de estar motivado para consumir notícias e ter habilidade suficiente de organizá-las e usá-las quando necessário (fatores internos). Nessa perspectiva, o autor considera como oportunidade para o conhecimento a questão da comunicação de massa e eletrônica, além do local de trabalho – especialmente, os trabalhos envolvidos diretamente com política. O entendimento de Luskin (1990) para a variável oportunidade é direcionado para o acesso da informação.

Usando o mesmo modelo “habilidade-motivação-oportunidade”, porém com pequenas variações nos indicadores, Carpini e Keeter (1996) afirmam que o conhecimento político está centrado na informação factual da política. A vertente oportunidade é denominada por Carpini e Keeter (1996) como estrutural e compreende fatores como educação formal, renda e ocupação, refletindo sobre a motivação em adquirir conhecimento. Como se percebe, os autores utilizam a variável oportunidade voltada para aspectos individuais, e não para uma concepção mais ampla da oportunidade quanto ao aprendizado político.

O argumento formulado aqui, com base no modelo de Luskin (1990), é de que as interações sociais são oportunidades para a troca de informação, de maneira que os indivíduos aprendem sobre a política a partir dos contatos com os amigos, familiares e vizinhos. As redes e os contextos sociais, dentro dessa visão, funcionam como canais de informação, gerando aprendizado político. Mais especificamente, a variável oportunidade refere-se às características das redes sociais e dos ambientes políticos em que os indivíduos estão inseridos. Contudo, o incremento na aprendizagem política por meio da rede e do contexto social é condicionado aos seus atributos. Diferentes atributos da rede e do contexto social tendem a impactar o aprendizado político de forma diferente, estimulando ou reduzindo as oportunidades de obter conhecimento.

O papel do meio social sobre o aprendizado político foi negligenciado até pouco tempo atrás, quando Smith (2010) testou os efeitos das interações sociais usando como variáveis preditoras a frequências das conversas e o tamanho da rede social. A autora descobriu que manter uma constância nas conversas pessoais importa mais do que ter uma extensa rede social. Falta, entretanto, testar outros atributos das interações sociais sobre o conhecimento político, algo que proponho nesse espaço. Na mesma linha da discussão anterior sobre o voto correto, é necessário separar as medidas de redes sociais e do contexto político e depois tratar de forma distinta os atributos dessas duas variáveis. O foco da literatura definitivamente não é as interações sociais, tampouco os seus atributos, e sim questões voltadas para a educação formal e a comunicação de massa.

A literatura despende grande energia para explicar os efeitos dos fatores internos e das mídias sobre o aprendizado político. (Carpini e Keeter, 1996; Jerit et al., 2006; Fournier, 1997). Por exemplo, Carpini e Keeter (1996) afirmam que existe um efeito causal entre educação e o conhecimento político, pois os anos de estudo aumentam a motivação para aprender novas questões, desenvolvem habilidades políticas e promovem mais oportunidade de socialização e de aprendizagem. Em contrapartida, Luskin (1990) encontrou que a

educação formal não contribui para aumentar a sofisticação política. O interesse político e a inteligência sofrem efeitos da educação formal, no entanto. Segundo Highton (2009), o efeito da educação sobre o conhecimento político é espúrio, uma vez que não existe um controle sobre os determinantes que estão antes dos indivíduos entrarem na escola ou universidade. Propondo controlar esse efeito pelo histórico da família, engajamento político e a sofisticação antes da entrada na escola e universidade, Highton (2009) encontrou que o efeito da educação é reduzido quando esses novos elementos são introduzidos.

A respeito do papel da comunicação de massa sobre o conhecimento político, a literatura apresenta resultados conflitantes. Esse fato ocorre, muito provavelmente, pelas várias maneiras das quais a variável de conhecimento é tratada. Dados de survey demonstram correlação inexistente entre mídia e conhecimento (Mondak, 1995). Em compensação, as análises de experimento apresentam resultados robustos no sentido de que atenção à mídia afeta o conhecimento político (Gaines et al., 2007). Uma maneira alternativa para analisar essa associação faz-se ao introduzir a cobertura da mídia nas análises. Nesse aspecto, Jerit et al.(2006) relatam que quanto maior o nível de cobertura midiática, maior o impacto sobre o conhecimento. Contudo, esse ganho informacional é maior entre os mais instruídos. Baseado nesses trabalhos sobre mídia há o entendimento que os fatores socioeconômicos são os principais determinantes para o aprendizado político.

Essa visão transcorre, de acordo com Barabas e Jerit (2009), porque esses trabalhos apresentam limitações e não evitam alguns possíveis problemas metodológicos – baixa confiabilidade nas perguntas, erro de mensuração e variável omitida. Assim, os autores propõem a inclusão de medidas de conteúdo: volume, amplitude e destaque das notícias, além de extensas variáveis de controle. O resultado encontrado aponta que não somente o volume da cobertura, mas também a amplitude e o destaque das notícias apresentam alto coeficiente explicativo. Mais importante é que essa tríade demonstra mais força do que os fatores socioeconômicos e as características demográficas.

Os debates políticos, como extensão da campanha política, enfocam também em aspectos da obtenção de informação dos candidatos. De forma geral, os debates políticos importam para o conhecimento político, segundo os estudos estadunidenses assinalados a seguir. Analisando os debates políticos de 1976 a 1996, Holbrook (1999) aponta para duas nuances: 1) para a aquisição de informação, o primeiro debate sempre é o mais importante; 2) os eleitores absorvem informações mais dos candidatos menos conhecidos do que daqueles candidatos com altos índices de conhecimento. Contudo, os mais beneficiados com os debates políticos são aqueles sujeitos já com bom grau de conhecimento. Essas pessoas estão mais expostas a informação, uma vez que são mais interessadas e engajadas na política (Zaller, 1992). Por meio de um experimento, Druckman (2003) testa uma velha compreensão popular na qual Kennedy no debate contra Nixon foi favorecido pela sua *performance* (imagem) e, por isso, ganhou a eleição de 1960 que marcou o primeiro debate presidencial televisado. O resultado desse trabalho sugere que a imagem realmente importou para o aprendizado político e, portanto, Kennedy pode ter sido beneficiado naquele

debate presidencial.

Como demonstrado por essa rápida visita a literatura sobre conhecimento político, é evidente a lacuna teórica voltada para as interações sociais. O trabalho de Smith (2010) não aborda todos os possíveis atributos das redes sociais, algo que se mostra imprescindível de acordo com a ideia de que o mínimo de informação é necessário para o indivíduo votar corretamente. A discussão conceitual da rede e contexto social será vista no próximo capítulo, apresentando os atributos dessas variáveis e os seus efeitos empíricos sobre o comportamento político já examinados.

2. A lógica social para o comportamento político

As trocas de informações e de experiências, as deliberações políticas e as interações sociais modelam as escolhas e as decisões políticas dos indivíduos. O conjunto dessas ações pode ser visto explicitamente durante o processo eleitoral, assim a eleição segue por uma lógica social. Se a eleição é indispensável para a democracia e a escolha do

voto depende, de certa maneira, das redes sociais, pode-se dizer que a democracia é ancorada igualmente na lógica social (Dahl, 1989; Riker, 1982).

As eleições se enquadram nessa lógica social também por outra característica elementar da sua própria dinâmica: a persuasão política. As pessoas tentam se influenciar mutuamente para fazer algo que elas gostariam, demonstrando poder e liderança (Dahl, 1957; McClurg 2010). Para esses casos, a regra é que os indivíduos mais interessados exerçam uma grande influência sobre outras pessoas menos interessadas (Lazarsfeld e Sprague, 1995). A questão chave dessa dissertação, aqui dito novamente para reforçar, é se as relações interdependentes restringem ou ampliam as chances do cidadão de fazer escolhas eleitorais esclarecidas, que vão ao encontro das preferências políticas e ideológicas?

O capítulo anterior dedicou-se a explicar as variáveis dependentes dessa dissertação – voto correto presidencial, proporcional e o aprendizado político. Este capítulo destaca as variáveis independentes - redes e contexto social - e revisa a literatura existente a fim de propor uma nova formulação dos efeitos das interações sociais sobre o voto correto e o aprendizado político. O propósito desse capítulo é, em primeiro lugar, apontar a origem e conceituar redes sociais com a finalidade de estabelecer uma divisão entre redes e contexto social. O segundo passo é mostrar os mecanismos ou os atributos das redes e dos contextos sociais que afetam o comportamento político. A terceira seção analisa as variáveis afetadas por tais mecanismos: participação, tolerância, informação política, comparecimento às urnas e o voto correto. Por fim, apresento alguns estudos sobre esse tema fora do território norte-americano. Ao passo que certas contradições empíricas despontam, o argumento que visa desagregar a lógica social ganha fôlego próprio.

Por exemplo, os estudos mostram que a deliberação política aumenta a tolerância, a sofisticação política, o conhecimento e a participação política (Mutz, 2002a; Ames e Smith, 2010; Delli Carpini e Keeter, 1996; Klofstad, 2007 e 2009). Em contrapartida, outros estudos empíricos demonstram que redes sociais aumentam as chances de ambivalência e conseqüentemente diminui a participação política (Mutz 2002b; Mutz 2006). As conclusões divergentes para a mesma unidade de análise – influência social - pode ser originada pela forma com que os pesquisadores mensuram esta variável. Por isso, direciono esforços para analisar não somente a variável da interação social de forma agregada.

2.1 Origem e Estrutura das Redes Sociais e do Contexto Social

A raiz das pesquisas sobre redes sociais é multidisciplinar, sendo que surgiu a partir da psicologia social, sociologia, antropologia, estatística e teoria dos grafos. O psicoterapeuta Jacob Moreno desenvolveu de forma pioneira a técnica de sociogramas, representada por gráficos e diagramas, para entender as relações interpessoais e o bem-estar. Essa técnica, ainda na década de 30, permitiu visualizar a formação social das pessoas e identificar líderes e indivíduos isolados (Scott, 2012; Borgatti et al., 2009; Lazer,

2011). Na década de 70, um grupo de Harvard se formou sob o comando do sociólogo Harrison White, cuja principal contribuição foi introduzir modelos matemáticos nos estudos de redes sociais. Essa nova estratégia metodológica, adicionada ao desenvolvimento de programas computacionais, possibilitou avançar sobre os estudos da psicologia que eram limitados para interações de nível micro. A escola de Harvard articulou análises de nível micro com padrões de comportamento de nível macro (Scott, 2012; Lazer, 2011, Prell, 2012)².

Inspirado nessa nova proposição, Mark Granovetter lançou um dos mais proeminentes artigos desse campo, "*The Strength of Weak Ties*". Esse artigo popularizou os estudos de redes sociais ao combinar aspectos da sociologia e da economia. Granovetter (1973) advogou que as relações sociais (nível micro) apresentam uma eficácia para a difusão da informação e das oportunidades, de modo que têm impactos para os resultados econômicos como emprego e produtividade (nível macro). O argumento central defende que as informações mais novas e diferentes estão disponíveis com aqueles contatos menos frequentes, cuja relação não é direta. Para adquirir novas informações sobre oportunidade de emprego, as principais fontes são os chamados conhecidos – os amigos dos amigos – porque as relações não são coesas e a informação não é redundante. Na estrutura de redes, os laços fracos são o fenômeno mais importante, pois conectam os diferentes grupos sociais (Granovetter, 1973).

Em 1983, Granovetter revisitou os argumentos de dez anos antes, apontando o avanço empírico e conceitual em torno da tese dos laços fracos. Apesar de importantes progressos, o autor (1983) considerou que ainda faltavam subsídios empíricos para confirmar a sua proposição.

Essas implicações mais robustas surgiram com o trabalho de Burt (1992) – obviamente não somente este - no qual ele usa a competição empresarial e a metáfora do capital social, sob a influência direta de James Coleman (1988), para construir a própria tese chamada "buracos estruturais". O maior mérito de Burt foi, talvez, ter inserido o conceito de redes no arcabouço competitivo das empresas, criando uma rede social de negócios. Assim como a teoria de laços fracos, a noção de buracos estruturais indica que as redes sociais podem promover vantagem para o indivíduo melhor posicionado. Ou seja, esse novo modelo de estrutura de rede é uma oportunidade em termos de acesso e controle à informação. Mais especificamente, os buracos estruturais significam lacunas (*holes*) entre dois indivíduos centrais (*egos*) e a existência de um terceiro indivíduo central (*ego*) que conecta esses dois primeiros, sendo que os recursos, atributos e a informação não são redundantes entre eles. Nesse caso, esse terceiro indivíduo acumula mais vantagens porque a sua rede é maior e os contatos pessoais são mais diversos, o que facilita a aquisição de mais oportunidades e volume de informação. Essa pessoa é conhecida como o intermediário (*broker*). Há outra semelhança entre Burt e Granovetter, para ambos as redes sociais muito densas não são eficientes por produzirem informações redundantes.

A despeito dessas semelhanças, há uma distinção central nos conceitos de laços fracos e buracos estruturais. Segundo Burt, para o conceito de buracos estruturais não importa se a pessoa intermediária (*broker*) mantém laços fortes ou fracos com os contatos, e sim se o intermediário é uma ponte que liga aos diferentes subgrupos. Para Burt, o fenômeno de difusão de oportunidades ocorre independente do nível de intensidade das relações interpessoais. Nota-se, nesse sentido, que Burt amplia a perspectiva de redes sociais, pois substitui a importância de laços fracos por sujeitos com interações complementares ou não redundantes (1992, p. 75).

Os trabalhos de Granovetter (1973; 1983) e Burt (1992) essencialmente mostraram uma tendência de desdobrar o conceito de redes sociais, assinalando que as relações interdependentes podem ser diretas ou indiretas. Ao distinguir a estrutura das redes sociais, os autores estão na verdade preocupados com a oportunidade das pessoas de obterem informação. Em suma, esses estudos são os primeiros a apontar que as relações interdependentes não são exclusivamente fontes de informação, mas também canais de transmissão da informação. Os tipos de relações sociais condicionam esse fluxo de informação. Dado esse panorama inicial, pode-se definir os conceitos de redes e contextos sociais para demonstrar as suas diferenças e conseqüentemente a importância de incluí-los no modelo de forma separada.

As redes sociais são um conjunto de pessoas ou organizações (*nodes*) ligadas por um conjunto de laços (*ties*). Outra definição de redes sociais, esta mais ampliada, é imaginada pela figura central (*ego*) e por outras pessoas que estão ligadas diretamente com esta figura central (*alters*) (Knoke e Yang, 2008). A combinação entre os nós (*nodes e egos*) e os laços (*ties e alters*) forma as relações interpessoais. O mecanismo da relação pode ser direto (um ator é o emissor e ou outro é o receptor) ou indireto (relações recíprocas sem um ordenamento), determinando as variações no comportamento dos indivíduos (Wald et al., 2011; Easley e Kleinberg, 2010; Butts, 2009). Em contrapartida, contexto compreende um espaço geográfico (Huckfeldt e Sprague, 1995) ou uma estrutura institucional, sistema político ou organização política (Lupia e McCubbins, 1998). O contexto social é uma estrutura que transcende as relações interdependentes dos indivíduos.

Os estudiosos raramente separam esses dois conceitos, porém essa separação abriu portas para investigações de alta complexidade e de multi-nível que integram os cidadãos em seus vários ambientes de informação (Sokhey e Djupe, 2011, p. 55). As redes não são uma tradução direta dos contextos, embora estejam intimamente conectadas. Huckfeldt e Sprague (1995) afirmam que as redes são formadas pelas interações sociais entre os indivíduos que, por sua vez, estão localizados dentro de ambientes particulares. As características dos contextos sociais, políticos, tempo e espacial - podem ter impacto na formação das redes sociais, oferecendo oportunidades ou restrições de interações (Huckfeldt, 2007; Huckfeldt, 1983). Como conseqüência, a disponibilidade de informação também sofre alterações.

Na perspectiva da distribuição sistemática da informação e no impacto do nível de aprendizado, Huckfeldt e Sprague apontaram para o papel dos “fatores extraindividuais” (1995, p.10). Especificamente, os autores olharam para os efeitos dos ambientes em que os indivíduos estão inseridos. Esse ponto de vista propõe que não somente as relações interdependentes condicionam o nível de informação das pessoas, mas também o contexto político. Como o comportamento humano é ligado intrinsecamente a informação obtida, as distintas estruturas de redes dos contextos sociais afetam de forma diferente o comportamento político.

Os estudos sobre contexto são frequentemente análises desprovidas de detalhes conceituais da rede social e vice-versa. No entanto, os contextos sociais, políticos ou espaciais moldam a composição das redes sociais. Nesse sentido, argumento três pontos principais: 1) estudos de comportamento político, mais especificamente sobre voto correto, falham quando não incorporam esses dois conceitos nas análises; 2) a exemplo do que Granovetter e Burt fizeram, é necessário incluir nas análises os diferentes atributos que compõem as redes sociais; 3) Esse mesmo critério deve ser usado para a variável de contexto político. Esse enfoque teórico é necessariamente relacional.

2.2 Os atributos de Redes e Contexto Social

A discussão anterior, em especial de Granovetter e Burt, aponta alguns mecanismos das redes sociais, como laços fortes e fracos e interações complementares ou não redundantes. Existem outros mecanismos, explorados, sobretudo no campo da ciência política, a fim de examinar o comportamento dos indivíduos.

Um importante atributo das redes sociais é o de conflito (*disagreement*), determinado pelas interações interpessoais com base em opiniões conflitantes. Outro atributo é o de heterogeneidade, cujas características são parecidas com a noção de laços fracos. Nesse campo existe uma diversidade de informações, sem necessariamente o conflito de opiniões. Baseado na teoria da escolha racional (Downs, 1957), estudos mais recentes apontam para o papel dos especialistas como importantes canais informativos (Ahn et al.,2009; Huckfeldt, 2001). Outros atributos das redes sociais dizem respeito à frequência das conversas entre os parceiros sociais e o tamanho da rede (Smith, 2010).

Existe, contudo, pelo menos duas visões quanto ao estado de conflito no âmbito das interações sociais. Mutz e Manin (2001) assinalam que existe baixo conflito nas sociedades contemporâneas porque a tendência dos cidadãos é cultivar relações homogêneas, evitando a exposição de opiniões conflituosas e a desarmonia nos relacionamentos. Assim, o nível de deliberação nas sociedades contemporâneas é decrescente (Mutz, 2006; Putnam, 2000). Conseqüentemente, a comunicação de massa³ assume o papel de conectar os cidadãos com as visões mais amplas acerca das questões públicas da sociedade, aumentando a responsividade sobre os agentes políticos. As relações interpessoais têm uma influência

paroquial e uniforme, enquanto a mídia fornece informações mais estruturadas e com distintos pontos de vista, embora muitas vezes enviesadas (Mutz, 1998).

Em contraste com essa afirmação, estudos afirmam que a própria dinâmica eleitoral e a estrutura social geram conflito, de maneira que somente poucos indivíduos podem viver em ambientes homogêneos e protegidos das opiniões divergentes. A diversidade é resultante do sistema complexo e uma condição sustentável em um longo prazo, persistindo mesmo entre os parceiros que são próximos (Huckfeldt et al., 2002, 2004a, 2005; Johnson e Kuckfeldt, 2005). A interação entre indivíduos de opiniões divergentes é inerente à democracia e ao convívio social, pois não é possível ter controle irrestrito sobre o fluxo informacional e dos parceiros sociais (Huckfeldt e Sprague, 1995).

Uma rápida excursão pela literatura demonstra que as deliberações públicas ou interações sociais são uma faca de dois gumes. As conclusões são divergentes, obrigando os estudiosos a se debruçarem detalhadamente sobre esta questão. Para resolver esse quebra-cabeça, os estudiosos sugeriram desagregar as redes sociais. Contudo, não há ainda uma padronização no uso das terminologias e dos métodos utilizados.

A hipótese de “*cross-pressure*” é a primeira tentativa de explicar os efeitos de um ambiente inconsistente e conflituoso (Lazarsfeld et al., 1948, cap. 6; Berelson et al., 1954, cap. 7), porém é um atributo agregado. Nir (2005) recategoriza o conceito de “*cross-pressure*” como uma estrutura ambivalente, calculada separadamente pelo nível individual e pelo nível estrutural da rede social. O objetivo é jogar luz sob os efeitos internos e externos dessa variável. O nível individual de ambivalência é calculado por um conjunto de medidas que captura as atitudes e as opiniões (intensidade e disparidade) intraindivíduo. Já o nível estrutural de ambivalência tem um caráter macro e é medido pelo grau de percepção dos principais respondentes acerca dos conflitos de opiniões com os parceiros sociais.

Em outro momento, Nir (2011) propõe distinguir o efeito de “*cross-pressure*” entre concorrência e oposição levando em consideração três grupos dentro das redes sociais: apoiadores, opositores e um terceiro grupo combinado entre apoiadores e opositores. A noção de concorrência refere-se a uma combinação de opiniões divergentes (apoiadores e opositores na mesma rede social). Já a terminologia oposição denota um conflito entre a preferência do entrevistado principal (*ego*) e todos os outros debatedores de uma determinada rede (*alters*).

Na mesma linha de argumentação, Brader et al.(2014) apresenta uma nova abordagem de mensuração de “*cross-pressure*”. Os autores constroem uma medida de pressão cruzada entre o apeço partidário e a identificação do indivíduo com diferentes grupos sociais e testam em um sistema multipartidário. Um indivíduo pertence frequentemente a diferentes grupos sociais (Lazarsfeld et al. 1948; Brader et al., 2014), por isso ele recebe naturalmente pressões diversificadas que afetam o comportamento político.

Por sua vez, Eveland et al.(2009) separa o conceito de heterogeneidade em três partes: “discussões perigosas”, “discussões seguras” e “diversidade das discussões”. A primeira ocorre quando o indivíduo dialoga politicamente com outras pessoas de opiniões

diferentes, enquanto a segunda acontece quando, ao contrário, o indivíduo e os seus parceiros sociais possuem opiniões similares. A diversidade de discussões é composta por uma combinação de discussões seguras e perigosas.

No caso brasileiro de um sistema partidário fragmentado, Baker et al. (2006) trabalham com os indicadores de conflito e de heterogeneidade para as categorias de redes sociais e bairro, reafirmando que esses mecanismos são fenômenos distintos. Esse dado reitera o potencial de influência social em novas democracias, além de apontar consequências reais para a mudança da intenção de voto durante a campanha eleitoral.

O conjunto desses estudos, em suma, chega a implicações parecidas: a forma de desagregar as redes sociais produz diferentes atitudes. As discussões e deliberações políticas apresentam diferentes aspectos sociais e estruturais, de maneira que essa distinção determina, conceitualmente e metodologicamente, os efeitos sobre o comportamento político. Ademais, esses estudos corroboram com a estratégia de adotar multi-níveis para redes sociais acerca do voto correto.

Adoto, doravante, com base nesses estudos mencionados acima, dois atributos para redes e contextos sociais: diversidade e conflito de opiniões. Por diversidade, entende-se um ambiente divergente em termos de opinião, sem necessariamente apresentar conflito. Já conflito representa visões e opiniões diferentes, em lados opostos. Metodologicamente, o ponto de partida da variável diversidade é a opinião de todos os membros da rede social. Calcula-se a quantidade de candidatos endossados pelos diversos integrantes da rede social. A variável *conflito* é construída a partir das opiniões entre o principal ator (*ego*) e os outros indivíduos da mesma rede social (*alters*). Diversidade, por exemplo, é conceitualmente próxima do termo concorrência (Nir, 2011) ou de heterogeneidade (Baker et al., 2006). Já conflito é, conceitualmente, semelhante a formulação de discussões perigosas (Eveland., 2009).

A respeito do contexto social, adoto também as mesmas medidas: desagrego o contexto, mensurado por bairro, em termos de diversidade e conflito de opiniões. A lógica metodológica é semelhante, usa-se a quantidade de candidatos apoiados no bairro para obter-se a variável diversidade por bairro e compara-se a intenção de voto do principal respondente (*ego*) com os demais moradores do bairro para medir a variável *conflito* por bairro.

Os contextos sociais desempenham um relevante papel em explicar o comportamento dos cidadãos. Até o final da década de 1980, muitos trabalhos surgiram com base nesse raciocínio. Putnam (1966) sugere que a comunidade, então intermediada pela socialização dos membros de grupos, modela as atitudes para a identificação partidária. Do mesmo modo, Huckfeldt (1979) encontra evidências de participação política através do bairro, outra medida de contexto social. Usando medidas de comunidade e de bairro, McKuen e Brown (1987) descobrem implicações robustas sobre a mudança de intenção de voto. O impacto do contexto opera através de uma “comunicação quente” entre vizinhos e amigos.

Embora esses resultados tenham fortes evidências, a literatura recente confere pouca atenção ao impacto do contexto social. Ao analisar os motivos do declínio dos níveis de participação, confiança e cooperação na sociedade estadunidense, Putnam (2000) aponta para a expansão urbana e a falta de socialização nos bairros uma das possíveis causas. Por trás dessa visão se encontra o entendimento que os cidadãos são átomos isolados. O avanço tecnológico e das comunicações, principalmente o advento da internet, reforçaram a impressão de falta de conectividade social entre as pessoas. Ademais, existe a sensação de insegurança que inibe as relações sociais e a realidade de migração habitacional na qual os indivíduos moram cada vez mais longe do centro das cidades devido ao alto custo.

Há duas visões, uma corrente que imagina os indivíduos isolados socialmente e outra visão da qual o comportamento dos indivíduos é influenciado pelo ambiente social ou espaço geográfico em que vivem. Usando dados da década de 1980, quando muitos desses fenômenos apontados por Putnam ainda eram embrionários, McClurg e BayBeck (2005) reavaliam as consequências do contexto social para o comportamento político. Os resultados vão ao encontro da corrente que argumenta positivamente para o efeito geográfico sobre as atitudes humanas.

Igualmente, Baker et al. (2006) testam a ideia de contexto, desagregada entre conflito e heterogeneidade, e medida por bairro, para a volatilidade eleitoral. Os resultados apontaram que as discussões de conflito e a heterogeneidade dentro dos bairros aumentaram a probabilidade de volatilidade do voto. Uso emprestado essa formulação do contexto social em dois níveis, medido pelo bairro em que as pessoas vivem, para saber se o indivíduo é impactado ao tentar conectar suas preferências políticas e ideológicas com a decisão do voto. Ou seja, se o contexto social impacta de alguma forma no voto correto.

Com base nessas premissas conceituais que envolvem os atributos de rede e contexto social, acredita-se que o ambiente com diversidade aumenta a probabilidade do voto correto. O atributo de diversidade, tanto para rede como o contexto social, reflete uma variedade de informações não redundante, gerando mais deliberação pública e diálogo entre os indivíduos. Em contraste, o atributo de conflito para rede e contexto social deve engendrar uma associação negativa com o voto correto, uma vez que esse atributo inibe as conversas interpessoais e produz dúvidas e ambivalências. Dentro de um ambiente de conflito torna-se mais difícil conectar o voto com as preferências e os valores políticos.

2.3 Os Impactos dos atributos de Redes e Contexto Social

Decerto, os mecanismos das redes e dos contextos sociais são utilizados pelos estudiosos com a finalidade de determinar empiricamente os seus efeitos sobre aspectos do comportamento político. Como já dito, os resultados comumente são contraditórios, gerando muita confusão e dúvidas normativas e metodológicas. Dividi a discussão dos trabalhos empíricos pelas variáveis dependentes mais comuns nos estudos dessa literatura: participação política, informação e conhecimento, comparecimento às urnas e voto correto.

São as discussões mais ricas e, ao mesmo tempo, particularmente, informação e voto correto interessa diretamente para esse trabalho.

2.3.1 Tolerância e Participação Política

Sob a terminologia de “*cross-cutting*”, Mutz (2002a) encontra que a exposição a pontos de vista dissimilares impacta na aceitação e legitimidade de opiniões dissonantes e conseqüentemente aumenta a tolerância política. O ambiente de trabalho é o local no qual as opiniões de conflito mais prosperam (Mutz e Mondak, 2006; Huckfeldt e Sprague, 1995). As pessoas geralmente não escolhem aonde irão trabalhar, tampouco escolhem os colegas de trabalho e passam o maior tempo de suas vidas trabalhando. Esses fatores provocam alta oportunidade de encontrar opiniões conflitantes. Nesse sentido, o local de trabalho pode ser um território fértil para a tolerância política (Mutz e Mondak, 2006).

Essa exposição de visões contraditórias e opiniões conflitantes, por outro lado, gera ambivalência e ansiedade, dois componentes psicológicos que são prejudiciais para a participação política (Mutz, 2002b). Esses achados sugerem que o atributo de conflito pode aumentar a deliberação pública, mas não a participação, portanto, são resultados contraditórios do ponto de vista da teoria deliberativa.

Como resolver esse dilema então? Considerado um componente explicativo para medir a qualidade cívica da sociedade, a participação política foi inicialmente pesquisada por aspectos individuais. A educação e o status socioeconômico são historicamente a referência mais comum para os estudos sobre participação (Milbrath, 1965). Aos poucos, as características individuais foram combinadas com a noção do contexto social. Huckfeldt (1979) afirmou, de forma pioneira, que viver em um bairro cercado por vizinhos de alta posição social encoraja a participação política. Conforme demonstra Campbell (2013), propriedades individuais que explicam a participação, como a educação, religião, conhecimento político e até mesmo o senso de dever cívico, seguem por uma lógica social.

Na moderna literatura, há evidências claras da articulação entre as características individuais e a dimensão social para explicar o nível de participação (Lake e Huckfeldt, 1998; Klostad 2007, 2009; McClurg, 2003, 2006, Nickerson, 2008). Klostad (2007; 2009) assegura que os estudantes que discutem civicamente e sobre assuntos atuais com os companheiros de quarto são recrutados mais facilmente a participarem de atividades cívicas. Contudo, essa possibilidade é mitigada por falta de predisposições individuais de interesse e experiência em engajamento cívico. Da mesma forma, McClurg (2003) encontra que as interações sociais influenciam a participação acima das características individuais. Entre dois indivíduos com o mesmo perfil socioeconômico (baixa educação, renda e fraco interesse político), participa da política aquele com maior interação social. Deste modo, a participação política está condicionada com a quantidade de interações sociais de cada sujeito.

Esses trabalhos versam sobre a composição social, cuja importância já foi mencionada anteriormente. Para a participação política, Klostad (2007) e Mutz (2002b)

encontraram resultados díspares, como visto na discussão acima. De forma implícita, Klofstad (2007; 2009) considera em sua análise apenas o ambiente social imediato, o que seria então os laços fortes. Os estudantes da mesma universidade são similares em múltiplos aspectos, gerando uma homogeneidade na estrutura de opiniões e atitudes. Por outro lado, Mutz (2002b) investiga o local de trabalho, um ambiente heterogêneo e normalmente formado por opiniões de conflito. Para explicar esses resultados, deve-se levar em consideração a composição social em primeiro lugar. O ambiente de dormitório, usado por Klofstad (2007), tende a ser homogêneo, enquanto Mutz (2002b) investiga o local de trabalho, um ambiente heterogêneo e normalmente formado por opiniões de conflito.

Adicionalmente, essa discrepância dos resultados do contexto social sobre a participação política recebe outra explicação, de caráter mais metodológico, e centrada especialmente nas obras de Mutz (2006) e Huckfeldt et al (2004). Segundo Klofstad et al.(2013) diferentes medidas do atributo de conflito apresentam distintos efeitos. O argumento central refere-se ao problema de mensuração do atributo de conflito, além de problemas sobre viés de seleção, causa espúria e endogeneidade. Os autores apontaram que Huckfeldt e seus coautores optam na obra "*Political Disagreement*" por mensurar o atributo de conflito pelo grau de discordância da preferência eleitoral entre o principal respondente (*ego*) e os demais membros da rede social (*alters*). Com uma abordagem diferente, Mutz avalia a percepção do nível de conflito entre os parceiros sociais na obra "*Hearing the other side*". Enquanto Mutz cria um índice de conflito, valendo-se de uma combinação de dados de opinião pública sobre percepção, Huckfeldt e os seus colegas usam a estratégia ancorada nas preferências do voto presidencial. Como resultado, Mutz (2006) tende a encontrar fortes níveis de conflito na rede social e, por outro lado, Huckfeldt et al.(2004) deparam-se com baixas condições de conflito, conforme revela Klofstad et al.(2011).

A última consideração a respeito dessas discrepâncias empíricas diz respeito a um fator externo a composição social, que é o sujeito especialista dentro da rede social (McClurg, 2006, 2009). Em outras palavras, o especialista é um atalho que fornece informações ordenadas e claras, diminui a ambivalência e aumenta a habilidade e sofisticação política dos parceiros sociais. Como resultado, os cidadãos sentem-se mais seguros para participar politicamente mesmo em um ambiente de conflito.

Portanto, há pelos menos três explicações para as contradições dos efeitos do meio social sobre a participação política: diferentes contextos sociais são considerados, sem uma explicação prévia e conceitual; há várias estratégias de mensurar as opiniões de conflito, com carga diferente, que podem ser a percepção de conflito ou a própria intenção de voto; existe um fator externo, o especialista, que não era considerado nas análises e atua como atenuante do ambiente de conflito. Os especialistas fortalecem o canal de informação, passando confiança para que as pessoas participem da política.

2.3.2 Informação e Conhecimento

Além da participação política, a informação e o conhecimento prosperam como importantes indicadores da qualidade da democracia. A deliberação política propaga informação e conhecimento político (Carpini e Keeter, 1996), mas como as deliberações em termos especificamente das redes sociais disseminam a informação pública e conhecimento? Inicialmente, as atenções se fixaram exclusivamente para o fluxo da informação através do líder de opinião e das relações sociais estreitas ou coesas. Em um segundo momento, visto que as primeiras formulações tornaram-se menos avançadas, as atenções se voltaram para a justaposição das teorias. As teorias do líder de opinião e dos grupos sociais homogêneos foram aplicadas aos novos interesses de pesquisa: a informação enviesada, a assimetria informacional e as consequências do ambiente de conflito para a disseminação informacional.

As primeiras descrições do fluxo informacional surgem com Lazarsfeld e os seus colaboradores, no cerne das pesquisas de Columbia, quando esses pensadores teorizaram acerca da informação de duas etapas (*two-step-flow of communication*). Por comunicação de duas etapas, entende-se quando o líder de opinião intermedia a informação entre a mídia de massa e o restante do público menos interessado nos eventos políticos (Katz e Lazarsfeld, 1955; Katz, 1957). O líder de opinião contém informações corretas e uma ampla rede social, características que exerce grande influência social (Berelson et al., 1954). Outra vertente formulada quanto ao fluxo informacional está centrada nas proposições de Downs (1957). Mais importante, o autor sugere que o eleitor racional busca informação a partir dos sujeitos especialistas e os quais detêm orientações políticas similares. Dessa maneira, as explicações iniciais quanto ao fluxo informacional centram-se no líder de opinião especialista e no estado de homogeneização do ambiente social.

Na década de 80, um importante avanço ocorreu nos estudos sobre fluxo de informação com o trabalho de Huckfeldt e Sprague (1987). Este trabalho até certo ponto é inspirado nos preceitos downssianos, centrados na ideia da homogeneização social: o indivíduo escolhe o parceiro com quem conversa sobre políticas, reinterpreta as informações dissonantes e pode deturpar deliberadamente suas preferências, a fim de torná-las mais agradáveis. O autor testa essas afirmativas e o resultado é intrigante: 1) os relacionamentos sociais não são exclusivamente construídos em ambientes homogêneos, existe algum nível de heterogeneidade e conflito entre os parceiros sociais; 2) os grupos de preferência minoritária dentro do contexto social tendem a perceber corretamente as informações dissonantes, enquanto os grupos majoritários ignoram esse tipo de informação. Portanto, existe tanto congruência quanto divergência dentro do mesmo grupo social e esse padrão de comportamento gera uma assimetria na aquisição de informação, afetando as atitudes e as escolhas eleitorais dos grupos minoritários⁵ (Huckfeldt e Sprague, 1987).

O segundo contraponto à visão de homogeneização social é articulada a partir do entendimento do qual o indivíduo racional é capaz de aprender sobre questões políticas mesmo em ambientes heterogêneos, dada as chances de identificar os vieses da informação

(Calvet, 1985). Essas constatações alinharam-se com as postulações concernentes ao grupo social coeso e laços fracos (Burt, 1987, 2002; Granovetter, 1973). Grupos coesos são formados por pessoas com intimidade, confiança e intensidade, de forma que a mensagem é facilmente aceita por todos os integrantes dessa rede social. Contudo, a informação não se expande além desse grupo fechado, tornando-a redundante a médio prazo. Somente com a noção de laços fracos que a informação pode ser disseminada de forma abrangente, além do grupo primário coeso.

Usando essas “normas” teóricas, a literatura mais recente investigou profundamente a influência da família, considerada socialmente um grupo coeso. O cônjuge ajuda a formar as opiniões públicas do parceiro, reforçando e modificando as atitudes e as crenças (Huckfeldt e Sprague, 1995; Stoker e Jennings, 2005; Verba et al.,2005). Observa-se que a preocupação central é nos efeitos do ambiente social imediato. Havia, no entanto, a necessidade de investigar os outros mecanismos além da intimidade, densidade e confiança (Huckfeldt e Sprague, 1995). Nesse contexto, a literatura moderna combina os argumentos do líder de opinião com o padrão de comunicação que ocorre dentro e fora das redes sociais usando, sobretudo, experimentos como método. O objetivo ainda é de identificar o fluxo informacional, embora em um cenário social mais complexo e dinâmico (Ahn et al.2009; Huckfeldt, 2001; Ahn et a.,2010).

Diante dessa nova perspectiva, descobre-se que o indivíduo dialoga com o outro quando ele o percebe como um sujeito bem informado, independentemente se as mensagens forem dissonantes e enviesadas. Quando existe a oportunidade, o sujeito sempre prefere uma informação mais qualificada (Calvet,1985; Huckfeldt, 2001; Ahn et al., 2009). O líder de opinião especialista exerce uma grande influência, sobrepondo-se ao ambiente homogêneo, onde existe uma escassez de especialistas.

O dado negativo é referente a assimetria de informação a respeito dos especialistas. Os especialistas tendem a ser mais engajados politicamente e por esta razão são os especialistas. Como resultado, os mais informados, educados e sofisticados reconhecem os outros especialistas, em contraste com os indivíduos de baixo conhecimento e educação (Huckfeldt, 2001; Ahn et al.,2010). Essa dinâmica gera desigualdade informacional. O grupo social desfavorecido tem dupla desvantagem: primeiro, eles não têm acesso fácil à informação mais qualificada oriunda dos especialistas e depois estão mais susceptíveis a receber e aceitar informações enviesadas.

A partir do momento em que os indivíduos buscam informações além dos seus grupos coesos a fim de obter uma informação mais cristalina, essas pessoas estão mais expostas e susceptíveis aos ruídos da informação. Os cidadãos atuam em um complexo ambiente político, formado por incertezas e informações enviesadas. Novamente, nesse ponto, existe uma desvantagem para os que não são especialistas. Os especialistas possuem opiniões prévias estruturadas e são hábeis para descartar as mensagens divergentes quando defrontados com elas. Na outra ponta estão os não especialistas, que sem um estoque de informações pré-existentes, são dependentes das novas informações.

Sob a influência dos especialistas, que empacotam as mensagens de acordo com os seus interesses, essas informações são aceitas pelos grupos menos informados. Quase sempre essas informações são divergentes, provocando decisões não estruturadas (Ahn et al., 2010; Huckfeldt, Pietryka, Reilly, 2013)⁶.

Conforme os estudos demonstram, os especialistas têm uma função determinante no padrão de comunicação. Essa afirmação está exagerada, apontam estudos mais recentes (Richey, 2008). Existe uma força regressiva na influência social do líder de opinião, assim como existe para a teoria dos contatos homogêneos (Huckfeldt et al., 2004). Significa que a influência do líder especialista tem uma força reduzida quando os outros membros da rede social apresentam um bom estoque de informação também.

Um persistente interesse dessa área é relativo às implicações do ambiente de conflito para o fluxo de informação. Usando um experimento, McClurg et al. (2011) indicam que o ambiente de conflito estimula uma extensiva busca por informações (quase sempre de maneira desordenada) e pode também clarear uma decisão quando usada como atalho cognitivo. Outrossim, Huckfeldt e Mendez (2008) conseguem atenuar a tensão entre o ambiente de conflito e a discussão política. Os efeitos do ambiente de conflito não inibem as discussões políticas, como previsto pelas formulações iniciais. Na verdade, existe uma simetria entre as deliberações políticas e o ambiente de conflito. Assume-se de forma indireta que as discussões políticas não cessam, mesmo quando existem mensagens conflitantes nas redes sociais. Portanto, o potencial de aprendizado político não é reduzido.

Salvo o trabalho de Huckfeldt e Mendez (2008) e de Smith (2010), os estudos que relacionam redes sociais e informação não estão interessados no aprendizado político propriamente. Mas sim no fluxo de informação. Smith não trata diretamente dos atributos do contexto social, mas exclusivamente dos efeitos do tamanho da rede e da frequência das conversas. Segundo Smith (2010), as conversas estáveis e frequentes ajudam a aumentar o nível de conhecimento político. Nesse sentido, existe ainda a clara necessidade de investigar as implicações do meio social sobre o aprendizado político. Particularmente, seria importante uma investigação sobre a eficiência dos atributos de rede e contexto social sobre o aprendizado político, da forma como foi mencionada anteriormente.

2.3.3 Comparecimento as Urnas e o Voto Correto

Outro tipo de sofisticação política, além do ganho de conhecimento, é relativo ao número de pessoas que votam em uma eleição (*turnout*). Essa é uma agenda permanente nos Estados Unidos, onde o voto não é obrigatório, sobre a qual os pesquisadores se interessam em saber o efeito das interações sociais. Mais especificamente, o aspecto fundamental é centrado na família. Por exemplo, Huckfeldt e Sprague declararam que o

comparecimento a urna aumenta quando o cônjuge exerce um papel de influência. O cônjuge tem três vezes mais influência do que os outros tipos de relacionamentos (1995, p.169). Igualmente, Nickerson (2008) encontra que o comparecimento às urnas é um mecanismo de contágio dentro das famílias. Usando dados reais de discussão política interpessoal, Fowler (2005) estende essa visão preliminar do contágio social para a hipótese do efeito cascata ao comparecimento as urnas. Assim, o autor confirma que existe uma reação em cadeia da decisão de ir votar por meio das interações sociais dentro da família.

Em um campo de pesquisa paralelo, concernente também à competência eleitoral dos cidadãos, alguns estudiosos norte-americanos iniciaram o processo de especificar as possíveis causas para o voto correto. Para lembrar, essa dimensão do voto é compreendida quando o cidadão seleciona o candidato que apropriadamente representa os seus interesses, crenças e preferências (Lau & Redlawsk 2006). Com efeito, os autores exploram as consequências das interações sociais e as suas nuances sobre o voto correto.

Richey (2008) concluiu que as discussões políticas com os líderes de opinião são significativas em relação ao voto correto. O autor sugere que esse tipo de discussão mais especializada ajuda os eleitores a obter mais informações (Huckfeldt, 2001) e, principalmente, os conduzem a uma decisão racional de alta qualidade – o voto correto. Por outro lado, muito provavelmente devido a construção das variáveis, McClurg e Sokhey (2009) encontraram que os especialistas apresentam um efeito marginalmente positivo. Mais importante, no entanto, é o achado referente a um efeito negativo de redes sociais sobre o voto correto. O efeito das redes sociais é bem menor do que a identificação partidária nos Estados Unidos, sugerindo que em países com níveis baixos de partidarismo o efeito das interações sociais seja mais significativo.

Ryan (2011) conseguiu refinar os resultados de McClurg e Sokhey, utilizando experimentos para obtenção dos dados. Os indivíduos independentes desinformados são os mais beneficiados com as conversas interpessoais, enquanto que os indivíduos informados e com fortes identificações partidárias são constantemente prejudicados pelas conversas interpessoais. Isso ocorre porque os mais informados já possuem um acúmulo de informação, de maneira que qualquer informação extra tem mais probabilidade de ser divergente. O autor, portanto, analisa de forma conjunta a identificação partidária e as conversas interpessoais, e encontra nuances importantes para o estudo na América Latina. Esses resultados abrem uma perspectiva interessante de pesquisa para os países latinos americanos, particularmente no Brasil, onde as instituições não são completamente consolidadas e existe a cultura do não isolamento social.

2.4 Brasil como um caso ideal

Em poucas palavras, os estudos discutidos previamente tratam do comportamento políticos dos cidadãos norte-americanos, logo surge a dúvida quanto a validação desses efeitos para outros países ao redor do mundo. Essa incerteza ganha força a partir dos

resultados que apontam que os japoneses estão expostos a um baixo nível de conflito (Huckfeldt, Ikeda, Pappi, 2005), visto que os americanos estão sujeitos a constantes opiniões de conflito (Huckfeldt et al. 2004). Em face da constatação de que níveis culturais distintos impactam diferentemente o comportamento das pessoas, algumas pesquisas começaram a surgir em outros países, em especial na Europa e na Ásia.

Na Inglaterra, estudiosos encontraram associação positiva entre as deliberações públicas de caráter interpessoal com a decisão do voto e a identificação partidária, por exemplo (Bello e Rolfe, 2011; Zuckerman, 2005). Pesquisas similares têm sido desenvolvidas também na Ásia. As interações sociais impactam a participação política e a tolerância no Japão (Ikeda 2010; Ikeda & Richey 2009).

Em um tour pela literatura da América Latina é evidente a escassez de estudos sobre redes sociais e comportamento político nessa região. Essa dificuldade é devida a coleta de dados em grande parte, pois requer um esforço hercúleo e grande volumes de recursos financeiros. No Brasil, em particular, os interesses dos estudiosos não são conectados com os estudos de redes sociais. Os estudos centram-se, sobretudo, em assuntos do campo social (Castro et al., 1992; Weffort, 1978, Cintra, 1968), econômico (Rennó et al., 2006; Nicolau, 2014), bem como a identificação partidária e a ideologia (Carreirão, 2002; 2007). Mais recentemente, inaugurou-se um debate em torno do “lulismo” e do programa Bolsa Família (Cabello e Rennó, 2010; Peixoto e Rennó, 2011; Samuels, 2004, Singer, 2009). Portanto, há também uma motivação menor em pesquisar assuntos referentes a redes sociais.

Contudo, existem na literatura nacional algumas exceções. Essa agenda incipiente aponta que as conversas interpessoais afetam o comportamento político dos brasileiros, inclusive sobre fatores relativos à sofisticação política: participação política, a estrutura ideológica e o conhecimento (Baker et al., 2006; Ames e Smith, 2010). Ao passo que esses resultados são compatíveis com a imagem do Brasil de sociabilidade social, o papel do meio social continua inexplorado em grande medida.

Conforme demonstrado, os estudos de rede e contexto social se expandiram largamente na esteira do desenvolvimento da ciência política, de forma conceitual e metodológica, e com claras referências à teoria deliberativa. Há espaço para mais avanços, demandas que requerem uma atenção especial para fora dos Estados Unidos. A lógica social não é uniforme nem mesmo dentro do mesmo país, tampouco entre padrões culturais e institucionais diferentes.

Essa proposta insere-se dentro da agenda de pesquisa conhecida como sofisticação política e estende-se para uma análise comparativa dos efeitos das redes e contextos sociais sobre o aprendizado político e o voto correto. Diante de tantas contradições nos resultados demonstrados é importante o contínuo avanços dessas pesquisas e, em especial, em cenários culturais e institucionais diferentes dos Estados Unidos. Ademais, em meio à discussão acerca da qualidade das novas democracias, como é o caso brasileiro, torna-se importante investigar alguns microfundamentos da qualidade democrática. Nesse caso, é

central para essa dissertação responder tais perguntas: como os efeitos das conversas interpessoais importam para o aprendizado político? E qual o papel dessas interações sociais para o voto correto?

2.5 Hipóteses

2.5.1 Voto Correto Presidencial (1º e 2º turno)

Ao tocante as relações empíricas entre o voto correto presidencial, redes e contexto social, estabelecem-se seis hipóteses. A primeira hipótese é uma referência à importância da informação para o voto correto, porém não tem caráter de causalidade. Da mesma forma, a segunda hipótese não tem efeito causal e é um indicador de que o número de candidatos importa para o voto correto. As demais hipóteses tratam especificamente dos atributos da comunicação interpessoal e são combinadas para o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais no Brasil.

H1: Há um efeito significativo na diferença entre os informados e não informados sobre o voto correto. Assim, os eleitores mais informados votam corretamente mais do que os eleitores menos informados.

H2: A chance de ocorrência do voto correto é maior no segundo turno do que no primeiro, porque há menos candidatos e a diferença entre eles tende a ficar mais clara.

H3: O atributo de conflito deve gerar uma relação negativa com o voto correto. Isso porque o conflito de opiniões dentro da rede social produz ambivalências, incertezas e turvam as escolhas certas.

H4: O atributo de diversidade deve produzir uma relação positiva com o voto correto. A divergência de preferências políticas não inibe as discussões políticas, assim os indivíduos deliberam mais entre si o que favorece para que votem corretamente.

H5: A medida Bairro Conflito deve estabelecer uma relação negativa com o voto correto por sua capacidade de expor os moradores à visões políticas conflituosas.

H6: A medida Bairro Diversidade deve produzir uma relação positiva com o voto correto. A diversidade de opiniões dentro do bairro pode ser usada como atalhos informativos, estabelecendo uma direção positiva com o voto correto.

2.5.2 Voto Correto Proporcional

O voto correto proporcional, como já dito, é outra importante medida para avaliar a qualidade da democracia no Brasil. Busca-se, inicialmente, aferir o índice de voto correto proporcional diante da perspectiva que ambientes eleitorais complexos dificultam o fluxo de informação. A comparação entre Caxias do Sul e Juiz de Fora ajuda a compreender melhor o efeito de diferentes contextos para uma decisão eleitoral de qualidade, uma vez que essas cidades são diferentes politicamente e institucionalmente. Mais detalhes dessa questão serão abordados no capítulo metodológico. As demais hipóteses relacionam-se com os mecanismos da interação interpessoal sobre o voto correto proporcional, a exemplo do voto correto presidencial. Sugiro as seguintes hipóteses:

H1: O índice do voto correto é baixo em contextos eleitorais complexos (CECs) devido ao grande número de candidatos;

H1.1: O índice do voto correto proporcional é maior em Caxias do Sul do que em Juiz de Fora porque a primeira cidade apresenta uma estruturação política mais sólida e institucional

H2: O atributo de conflito deve gerar uma relação negativa com o voto correto. Isso porque o conflito de opiniões dentro da rede social produz ambivalências, incertezas e turvam as escolhas certas.

H3: O atributo de diversidade deve produzir uma relação positiva com o voto correto. A divergência de preferências políticas não inibe as discussões políticas, assim os indivíduos deliberam mais entre si o que favorece para que votem corretamente.

H4: A medida Bairro Conflito deve estabelecer uma relação negativa com o voto correto por sua capacidade de expor os moradores às visões políticas conflituosas.

H5: A medida Bairro Diversidade deve produzir uma relação positiva com o voto correto. A diversidade de opiniões dentro do bairro pode ser usada como atalhos informativos, estabelecendo uma direção positiva com o voto correto.

2.5.3 Aprendizado Político

Com base na discussão teórica acerca do aprendizado político pelo meio social, há quatro hipóteses que ainda não foram testadas pela academia, referentes a desagregação de redes e contexto social. Assim, sugiro as seguintes hipóteses:

H1: O atributo de conflito deve gerar uma relação negativa com o conhecimento político. Isso porque o conflito de opiniões dentro da rede social produz ambivalências, incertezas, turvam as informações e geram menos disposição para o diálogo.

H2: O atributo de diversidade deve produzir uma relação positiva com o conhecimento político. Os indivíduos deliberam mais entre si, o que favorece o aumento da disponibilidade de informação e, por extensão, o conhecimento.

H3: A medida Bairro Conflito deve estabelecer uma relação negativa com o conhecimento político, pois a informação conflitante inibe a disposição de conversas interpessoais.

H4: A medida Bairro Diversidade deve produzir uma relação positiva com o conhecimento político, pois as informações são novas e em grande escala.

3. Desenho de Pesquisa, Dados e Método

A inspiração para esse trabalho empírico derivou dos estudos de Carpini e Keeter (1996), Huckfeldt e Sprague (1995) e, mais recentemente, do trabalho de Baker et al. (2006). Os dois últimos trabalhos originaram do mesmo corpo conceitual e desenho metodológico, ambos estão interessados nos efeitos do contexto social e foram estruturados a nível municipal. Contudo, o trabalho de Baker e seus coautores criaram uma medida comparativa de variação municipal, pois a pesquisa de opinião pública ocorreu em duas cidades de médio porte. Já o trabalho de Carpini e Keeter (1996) tem um carácter voltado estritamente para o nível de conhecimento através da informação factual, um tipo específico de informação que se baseia nos acontecimentos dado a realidade.

Outra característica desse trabalho é o uso de dados de opinião pública caracterizados pelo tempo e o espaço, o que compreende perfeitamente as necessidades desse trabalho, como a discussão teórica e as hipóteses formuladas demonstram. Faço uma observação transversal nos dados oriundos de um estudo de painel para três momentos distintos da campanha eleitoral de 2002 e para duas cidades brasileiras que apresentam alguns aspectos similares e outros diferentes. Esses dados têm a vantagem de captar com melhor precisão a dinâmica das mudanças nas variáveis, tornando possível controlar os efeitos das variáveis não observáveis (Bartels, 1999).

Nesse sentido, um aspecto singular desse conjunto de dados diz respeito à disponibilidade das variáveis de controle, como: exposição à mídia, ideologia, identificação partidária e dados demográficos. Outra vantagem é a possibilidade de analisar o ganho informacional do indivíduo ao longo do tempo, isto é, durante o ano eleitoral. Talvez a principal vantagem e o motivo pelo qual se adotou esse banco de dados diz respeito da chance de encontrar informações acerca das variáveis independentes: rede social e contexto social. E, claro, por se tratar do Brasil porque é a chance de testar o conceito do voto correto em um cenário eleitoral complexo (CECs), totalmente distinto do cenário político estadunidense, de maneira que a proposta conceitual do voto correto proporcional ganha amparo metodológico.

Esse estudo usa dados primários de opinião pública, cujos dados foram coletados em duas cidades brasileiras, Juiz de Fora (MG) e Caxias do Sul (RS). Essas duas cidades brasileiras de médio porte favorecem um exame mais detalhado do comportamento do que uma amostra nacional convencional. Juiz de Fora e Caxias do Sul apresentam diferenças de ideologia e organização partidária. Por outro lado, as duas cidades apresentam similaridades por raça, gênero, educação e tamanho do eleitorado. Ao passo que em Caxias do Sul existe uma forte polarização entre o PT e o PMDB e uma tendência a favor do PSDB em termos nacionais, em Juiz de Fora os partidos tendem a ser organizados de forma frágil e os eleitores apoiaram fortemente Lula em 2002 e 2006.

A cidade de Caxias do Sul tem partidos mais coesos, um ambiente político mais organizado e demonstrações de ativismo político. Além disso, na campanha de 2002 era bastante evidente a polarização ideológica entre o PMDB e o PT. A institucionalidade da política de Caxias do Sul descreve um contexto eleitoral mais simples, logo lembra os ambientes políticos dos Estados Unidos. Ainda assim, há diferenças em termos de quantidade de candidatos concorrentes na eleição proporcional. Cabe lembrar que nessa campanha especificamente houve uma média de 1 a 6 candidatos viáveis por bairro nessa cidade. Já a cidade de Juiz de Fora exerce uma política mais personalista já que as clivagens partidárias são mais rasas. A proliferação de candidatos é maior e o processo de informação torna-se mais complexo em comparação a Caxias do Sul. Cabe lembrar que em Juiz de Fora houve uma média de 5 a 10 candidatos viáveis por bairro, disputando uma vaga de deputado federal. Essa cidade representa, portanto, um Contexto Eleitoral Complexo (CECs) puro. Esse desenho de pesquisa favorece a análise de comparar o peso de

contextos políticos diferentes para a decisão do voto correto, algo que uma amostra nacional não permitiria de forma tão detalhada (Baker et al., 2006; Renno, 2006 e 2009; Smith, 2010).

Para a finalidade desse projeto, trabalharemos somente com os quatro principais candidatos da eleição de 2002 – Serra, Lula, Ciro Gomes e Garotinho⁷- e as três primeiras ondas de entrevistas que ocorreram durante esse processo eleitoral⁸. A primeira onda de entrevistas foi realizada em abril a fim de obter um ponto de referência de informação dos entrevistados. O segundo ciclo de entrevistas foi realizado em agosto, quando iniciou o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Por fim, o terceiro ciclo se deu em outubro de 2002, entre o primeiro e o segundo turno das eleições. O estudo entrevistou 6.970 pessoas, divididas igualmente entre Juiz de Fora e Caxias do Sul (Smith, 2009).

Os entrevistados foram selecionados por meio da técnica de amostragem em múltiplos estágios, com seleção aleatória em cada um dos quatro estágios: bairro, setor censitário, domicílios e respondentes. Para as duas cidades, 20 bairros foram aleatoriamente selecionados. Dentro de cada bairro, cerca de 10 censos foram selecionados de forma aleatória sendo que cada censo tinha aproximadamente 200 domicílios. Os respondentes, por sua vez, foram selecionados a cada seis residências de acordo com a proximidade do aniversário. Para obter as substituições dos entrevistados para as ondas dois e três, decidiu voltar a última residência da onda anterior e recomeçar então o procedimento das entrevistas a cada seis casas (Smith, 2009; Baker et al., 2006).

Quanto à construção da variável independente de redes sociais, a série de entrevistas incluíram perguntas de como os eleitores discutem a política com vizinhos, amigos e familiares. Assim, os entrevistados foram solicitados que indicassem três parceiros sociais com quem tinham conversado normalmente sobre política: Você poderia indicar o nome de três de pessoas com quem você mais conversa sobre política? Depois de responder essa pergunta, os entrevistados foram perguntados sobre o telefone dessas pessoas mencionadas e o endereço, caracterizando o processo de *snowball*. Perguntou-se também quanto à frequência dessas conversas interpessoais e o tipo de relacionamento entre os parceiros (esposa/marido, parente, amigo ou conhecido), além da percepção de opiniões conflitantes, representada pela intenção de voto. Os três componentes citados acima - nominar os parceiros sociais, frequência e a relação social dos atores – são exigências mínimas para uma análise de redes interpessoais (Knoke e Yang, 2008). Dessa forma, portanto, o desenho da pesquisa corresponde aos preceitos que compõem a formação das redes sociais.

As redes sociais apresentam certos atributos, como demonstrado na discussão teórica. Metodologicamente, usou-se apenas a terceira onda (outubro) para construir as variáveis independentes por considerar que a proximidade da eleição potencializa esses atributos, tanto para redes como contexto social. O atributo de conflito, que visa entender os efeitos de opiniões conflitantes dentro da própria rede, foi constituído pela comparação da intenção de voto do principal entrevistado (*ego*) com as intenções de voto dos demais debatedores sociais (de 0 a 3). Por sua vez, o atributo de diversidade, medido pela

heterogeneidade das opiniões, foi composto pela quantidade de diferentes candidatos presidenciais (de 0 a 3) que receberam o apoio dentro da rede social em outubro.

Para a variável do contexto social, uma medida de bairro foi utilizada a exemplo do que fez o Huckfeldt (1979) e Baket et al. (2006). Essa medida, em termos de desagregação dos atributos, é bastante similar com a medida de redes sociais. Para a variável *bairro* conflito, mediu-se pela parcela dos residentes no bairro que apresentaram opinião conflituosa com o principal respondente (*ego*). Já a variável bairro diversidade é medida pela preferência do voto de cada principal respondente dos bairros. Quanto mais candidatos apoiados, maior o índice de diversidade.

A respeito da variável dependente do voto correto presidencial é bom que se diga que os dados não foram coletados com o objetivo específico de aferir o voto correto. Por esta razão houve a necessidade de realizar algumas adaptações quanto ao procedimento original. Nesse caso, a variável dependente é formada pelas perguntas atinentes às preferências políticas (reforma agrária, gastos sociais, ideologia e privatizações), identificação com os grupos sociais (Central Única dos Trabalhadores, Movimento Sem Terra, Empresários e Evangélicos), identificação partidária e a imagem dos candidatos. Os entrevistados eram solicitados a dizerem quão favoráveis ou contrários eram sobre as questões de privatização, gastos sociais e reforma agrária e aos grupos sociais em destaque, por exemplo. Em seguida, os entrevistados avaliavam, de acordo com as percepções individuais, a posição política dos candidatos referentes a essas mesmas perguntas. Em caso de convergência e o voto dado ter sido para o candidato com o maior número de pontos, assume-se o voto correto.

O modelo probit⁹ – conhecido como um modelo de probabilidade – foi o método utilizado para analisar as chances de ocorrência do voto correto (variável binária) a partir das variáveis independentes dessa amostra. Em modelos de probabilidades é comum o uso do efeito marginal, funções não-lineares das estimativas dos parâmetros, previsto para a associação das mudanças da variável dependente sobre as variáveis preditoras (Lima, 1996). Ademais, o modelo inclui duas hipóteses para redes sociais e duas para contexto social, testadas juntas no mesmo modelo e de forma separada. Todas as hipóteses são direcionais e o teste unicaudal é o mais apropriado. Em testes preliminares, a homocedasticidade foi rejeitada e “*outliers*” foram excluídos da amostra.

3.1 Operacionalização do Voto Correto no Brasil

Esta seção trata diretamente do modelo do voto correto, primeiro o construído por Lau e Redlawsk (1996; 2007) e depois apresento o modelo construído para esse trabalho especificamente, levando em conta as informações disponíveis no banco de dados e a realidade das eleições brasileiras.

Usando dados de experimento e do *American National Election Studies* (ANES), os autores organizaram três grandes eixos que permitem estimar se o cidadão americano votou corretamente para presidente: 1) medidas de preferências do eleitor; 2) o quanto o eleitor se preocupa com cada uma das questões sobre preferências políticas; 3) medidas acerca do posicionamento de cada candidato sobre os temas políticos. O modelo do voto correto revisitado aqui pretende clarear alguns procedimentos adotados por Lau e Redlawsk nas três obras sobre o tema (1997; 2006; 2008), de modo que possamos implementá-los na pesquisa em curso.

O eixo 1 (preferências políticas) é formado por cinco tipos de perguntas: identificação partidária, questões políticas, identificação com os grupos sociais, personalidades dos candidatos e a avaliação da performance do presidente. Essas questões tratam de valores e preferências dos eleitores sobre diferentes assuntos e facilmente os candidatos podem ser distinguidos. A seguir, a descrição de cada variável que forma esse primeiro eixo:

Identificação Partidária: A escala padrão de sete pontos da identificação partidária foi recodificada para variar entre -1 (*strong Democrat*) e +1 (*strong Republican*).

Questões Políticas: Esse item é relativo à convergência das posições políticas dos eleitores e dos candidatos. Assim, os respondentes foram solicitados para que se autopoicionassem e que julgassem também a posição dos candidatos diante dos diferentes temas políticos pertinentes durante a eleição. Operacionalmente, os autores criaram uma escala de conhecimento político da posição dos candidatos, incluindo somente as respostas corretas. A média dessas opiniões corretas foi colocada sobre a mediana da escala de conhecimento político. Os autores usaram o modelo de Rabinowitz e MacDonald (1989), do qual versa sobre a direção da opinião, para calcular a posição do candidato e do eleitor. A fórmula da “teoria direcional” é da seguinte maneira, levando em consideração que as perguntas sobre temas políticos geralmente são apresentadas em uma escala de sete pontos: (posição do candidato – ponto neutro) X (posição do eleitor – ponto neutro). Cada item foi recodificado entre -1 e +1 e, em seguida, adicionado para a avaliação de cada candidato.

Conexões com grupos sociais/políticos: Os respondentes foram perguntados quão próximos se sentem de 11 diferentes grupos sociais. Os autores executaram uma medida simples de *crosstab* entre a resposta de proximidade e o voto dado para um dos candidatos. Para todo resultado significativo, criou-se o item de conexão grupo-candidato, codificando 0 para as respostas de baixa proximidade e 1 para as respostas de alta proximidade com os grupos. Cada item, posteriormente, foi adicionado à avaliação final do candidato.

Personalidade do Candidato: Esse item é medido pela avaliação de cada traço da personalidade do candidato. Resposta máxima (*very well*) dentro da escala significa +1, enquanto a resposta mais negativa (*not at all*) representa -1.

Avaliação da *performance* do presidente: Os entrevistados são perguntados se aprovam ou desaprovam a forma com que o presidente governa. Mais uma vez, as respostas foram recodificadas para variar entre -1 e +1.

Por sua vez, o eixo 2 (importância de peso) trata de medidas pelas quais os eleitores avaliam que a questão é mais ou menos importante. A opinião dada é exclusivamente pessoal, por isso os autores teorizam que é uma medida considerável para o cálculo da decisão eleitoral. Nas questões consideradas importantes, os eleitores despenderiam mais tempo para pensar na melhor decisão. Durante a campanha política, por exemplo, os aposentados mais do que os universitários buscariam informações sobre o que pensam os candidatos em relação à previdência social. Em uma escala de 0 a 1, os temas bem avaliados receberam o peso específico por questão. Contudo, essa foi uma medida difícil de ser encontrada nos dados ANES e os autores precisaram criar medidas indiretas. A *proxy* escolhida foi a vontade dos entrevistados de responderem as questões sobre os candidatos. Essa medida, por outro lado, foi facilmente construída no modelo de experimento.

Por fim, o eixo 3 (informações do posicionamento dos candidatos) é uma “medida de determinação semi-objetiva” da percepção dos respondentes sobre a posição política dos candidatos, segundo Lau e Redlawsk (2008, p.409). Para fazer essa estimativa, os autores criaram uma escala de conhecimento (somente das respostas corretas) da qual a média das respostas foi comparada com a mediana da dimensão política da a) posição dos candidatos em relação as questões/temas políticos, b) dos grupos sociais ligados a cada candidato, c) quão bem cada traço de personalidade descreve os candidatos e d) quão bem o presidente em exercício executa o seu trabalho. Os autores utilizaram a “teoria direcional” de Rabinowitz e MacDonald (1898), cujo objetivo era determinar a atitude política dos candidatos e dos eleitores. Desse modo, se o respondente estivesse no mesmo lado do candidato a variação era +1, do contrário era -1.

No que tange a estimação do voto correto, é criado um sumário de avaliações. Primeiro cada item recodificado de avaliação individual foi somado e então multiplicado pelo peso de importância e, por fim, a média foi calculada. O voto, se correto, deveria ir para aquele candidato melhor avaliado. A variável dependente é dicotômica, definida como voto correto para o candidato A ou voto correto para o candidato B em todas as campanhas medidas, de 1972 a 2004.

O procedimento adotado para o voto correto no Brasil segue, sempre que possível, as técnicas originais de Lau e Redlawsk. Entretanto, o projeto *Two-City Panel Study* (Smith, 2009), realizado em Juiz de Fora e Caxias do Sul, não foi idealizado para medir o voto correto. Logo existe a necessidade de fazer alguns ajustes. No questionário brasileiro não há perguntas direcionadas ao eixo 2, isto é, que meçam o grau de importância dos temas políticos sob o ponto de vista pessoal dos respondentes. Não é possível, também, encontrar uma *proxy* para essa categoria como Lau e Redlawsk fizeram. Dessa maneira, a única opção

é retirar esse eixo 2 das nossas análises. Em resumo, o desenho da pesquisa será reduzido a dois eixos: a) as preferências políticas dos eleitores; b) a posição política dos candidatos. Além disso, cabe dizer que o critério de avaliação da *performance* do candidato fica comprometido nas eleições brasileiras com mais de dois candidatos. Esse item também foi retirado da operacionalização do voto correto presidencial no Brasil para que todos os candidatos tenham a possibilidade de pontuar de forma igual.

O eixo 1 (preferências políticas dos eleitores) é definido pelas seguintes categorias: identificação partidária, questões políticas, identificação com os grupos sociais e personalidade dos candidatos. Em razão de ligeira diferença na forma da pergunta e da unidade de análise é importante descrever cada item que forma esse eixo:

Identificação/Simpatia Partidária: A pergunta sobre esse tema refere-se a simpatia, e não a identificação como no caso norte-americano. A cada combinação positiva entre a resposta do entrevistado e o partido dos candidatos considerou-se +1 e para as demais situações -1. Como sabemos a filiação dos políticos, essa variável não existe para o eixo 2, assim é simplesmente uma contagem direta entre a resposta do respondente e a realidade.

Questões Políticas: Os temas tratados foram privatização, gastos sociais, ideologia e reforma agrária e perguntou-se quanto ao autopoicionamento dos entrevistados e suas percepções quanto à posição dos candidatos a presidente. A estimativa dessa variável é dada pela comparação entre a posição dos candidatos e dos eleitores. Quando candidato e eleitor estiverem no mesmo lado político atribui-se + 1 e nas demais situações -1. Cada pergunta equivale a um item no sumário final de avaliação.

Conexões com grupos sociais/políticos: Em uma escala de 0 a 10 - em que 0 quer dizer que a pessoa não gosta nada do grupo e a nota 10 indica que a pessoa gosta muito do grupo -, os entrevistados responderam quão bem se sentem em relação a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Movimento dos Sem Terra (MST), aos evangélicos, empresários e negros. Para todas as respostas acima da média (5) considerou-se 1 e abaixo da média 0. Após essa primeira codificação, não aplicou-se o *crosstab* entre a resposta positiva e a preferência do voto como os autores norte-americanos fizeram. Nesse caso, testou-se a correlação tetracórica por ser mais fácil de visualizar a direção das opiniões com mais de duas opções. Para cada combinação significativa, classificou-se como +1; do contrário -1. Sabe-se claramente que a CUT e o MST têm ligações com o PT, enquanto os evangélicos têm conexões políticas com o Garotinho.

Personalidade do Candidato: Esse item é medido da mesma forma como previsto no modelo de Lau e Redlaswk, assim a resposta máxima dentro da escala significa +1, enquanto a resposta mais negativa representa -1. As características incluídas são inteligência, honestidade, solidariedade e determinação.

Por sua vez, o eixo 2 (informações do posicionamento dos candidatos) é um item que tenta capturar a opinião dos respondentes a respeito da posição política dos candidatos. As perguntas que compõem esse eixo referem-se à privatização, gastos com os programas sociais, reforma agrária e de sentimentos em relação aos candidatos. Nota-se também que existem perguntas de autoposicionamento sobre esses temas, o que favorece saber se os candidatos e os eleitores compartilham de pensamentos políticos similares. Se ambos estiverem no mesmo lado político a variação é de +1 e se não estiverem a variação é de -1. Cada item é um valor que se soma no sumário final da avaliação dos candidatos.

Para o sumário final de avaliação, somou todos os scores de cada candidato, os empates foram eliminados e tirou-se a média. O empate é quando mais de um candidato recebeu a mesma pontuação, algo que aconteceu para o caso Brasil por tratar com quatro candidatos na base de dados. O candidato com a maior avaliação, ou pontuação, deveria ter sido o escolhido pelo respondente/eleitor, assim como no modelo de Lau e Redlawsk, para caracterizar o voto correto. A avaliação do voto correto no Brasil é, em síntese, a comparação das preferências políticas dos eleitores com as posições dos candidatos. Em caso de convergência, o voto correto é computado.

3.2 Operacionalização do Voto Correto Proporcional

O processo de estimação do voto correto proporcional não pode ser idêntico ao modelo de estimação do voto correto para presidente porque as variáveis quanto às posições políticas dos candidatos a deputado federal não existem. Contudo, a lógica é a mesma. O objetivo é, na medida do possível, comparar as preferências políticas dos eleitores com a dos candidatos. Quando isso não for possível, a estratégia é observar e analisar outros parâmetros, como o sentimento em relação aos apoiadores e o voto dado. Em razão desses novos parâmetros, os dados locais ganham um novo destaque. Seria impossível fazer uma avaliação do voto correto proporcional se a pesquisa fosse a nível nacional.

Por razões metodológicas, o estudo centra-se somente nos dois candidatos mais votados na disputada para deputado federal em cada cidade. Não há perguntas realizadas, que compõem a variável do voto correto proporcional, para os demais candidatos a deputado federal. A análise, portanto, restringiu-se aos candidatos Paulo Delgado (PT) e Custódio Mattos (PSDB) em Juiz de Fora e Ana Corso (PT) e José Ivo Sartori (PMDB) em Caxias do Sul. Juntos esses candidatos obtiveram 58% dos votos declarados em Caxias do Sul e 47% em Juiz de Fora (Rennó, 2009).

As variáveis utilizadas nesse processo para medir o voto correto proporcional são a identificação partidária, avaliação retrospectiva da economia e apreço aos apoiadores políticos. Apesar de certas limitações, é importante esse esforço inaugural de avaliar o impacto dos ambientes eleitorais complexos para o voto correto. Assim, esse estudo propõe

um novo método de mensuração do voto correto, pelo qual acreditamos ser mais factível para os sistemas políticos da América Latina. Em especial para o voto correto proporcional uma vez que articula variáveis com caráter personalista, por exemplo, o apreço aos apoiadores políticos. O item de sentimento partidário é o primeiro componente para a construção do voto correto proporcional.

Identificação Partidária: essa variável é composta por três fatores. O sentimento a um partido em uma escala de termômetro de 0 a 10, onde 0 significa sentimentos frios e 10 significa sentimentos fortes; a própria auto-identificação a um partido político; por fim, o conhecimento do partido em que o candidato concorreu as eleições. Assume-se o voto correto quando existe uma combinação perfeita entre essas variáveis. Dito de forma diferente, o voto correto é computado se o eleitor tem simpatia pelo mesmo partido em que o candidato que ele votou disputou as eleições. Além disso, o eleitor precisa saber o partido do candidato em que ele votou para deputado federal.

Apreço aos apoiadores políticos: essa variável trata diretamente das avaliações do sentimento a respeito dos políticos que apoiaram estes candidatos a deputado federal. Mede-se o apreço por uma escala de termômetro de 0 a 10 em relação aos seguintes políticos: Lula, Aécio Neves, Olívio Dutra, Pepe Vargas e Germano Rigotto. Cabe dizer que em Caxias do Sul, Lula (candidato a presidente), Olívio Dutra (governador) e Pepe Vargas (prefeito da cidade) apoiaram Ana Corso. Já Germano Rigotto (candidato eleito ao governo) apoiou Sartori em Caxias do Sul. Em Juiz de Fora, o prefeito era adversário dos dois candidatos e não tem sentido analisar o seu apoio aqui. Lula apoiou Paulo Delgado, enquanto Aécio Neves (candidato ao governo) apoiou Custódio Mattos. Valores acima de 5 indicam uma simpatia alta e valores abaixo de 5 indicam baixa estima. Por fim, afere-se o apreço dos eleitores para os próprios candidatos a deputado federal através da escala de termômetro. O voto correto só se materializa quando houver a combinação de alto apreço aos apoiadores dos candidatos, alto apreço do próprio candidato a deputado federal e o voto neste mesmo candidato. A combinação perfeita recebe +1 e em outros casos -1.

Avaliação retrospectiva da economia: esta é uma medida local, pois a disputa para o cargo a deputado federal ocorre, muitas vezes, em regiões e bairros específicos. Perguntou-se aos entrevistados a respeito do nível de satisfação econômica e de sentimento de segurança do bairro em que moram. Ademais, perguntou-se quanto à situação econômica pessoal e da cidade nos últimos 12 meses. Os que responderam que estão satisfeitos e melhorou (muito ou pouco) e que votaram no incumbente recebem +1; outras situações recebem -1. Em Juiz de Fora, os dois candidatos Paulo Delgado e Custódio Mattos concorreram a reeleição. Já em Caxias do Sul, Ana Corso era suplente de deputada federal, mas era vereadora em exercício e casada com o prefeito da cidade, Pepe Vargas. Nessa situação, Ana Corso pode ser avaliada como incumbente. Sartori era deputado estadual concorrendo pela primeira vez ao

cargo de deputado federal, porém já tinha sido candidato a prefeito de Caxias do Sul e era altamente conhecido na cidade. Como Sartori fazia oposição a Pepe Vargas, então as repostas de baixa satisfação (piorou muito e pouco) foram computadas favoravelmente a este candidato.

A última etapa é criar um sumário de avaliação para estimar o voto correto proporcional. A lógica é a mesma do voto correto para presidente, criado por Lau e Redlawsk (1997). Assim, cada item recodificado de avaliação individual sobre o candidato foi somado - desconsiderando os votantes de outros candidatos - os empates foram eliminados e depois a média foi calculada. O candidato com a maior “votação”, isto é, com a maior média, foi o escolhido pelo eleitor. Se o eleitor, no final das contas, votou nesse candidato então o voto correto pode ser confirmado. Dessa forma, foi possível obter o voto correto proporcional por cada cidade e em sua totalidade.

3.3 Operacionalização do Aprendizado Político

Como dito antes, a construção da variável de aprendizado político seguiu a estratégia metodológica do estudo de Carpini e Keeter (1996). Assim, optou-se por avaliar o nível de conhecimento através da informação factual. As perguntas tratam de uma grande variedade de temas políticos, baseados em fatos reais. Os temas consistem em questões sobre partidos, regras políticas e cargos ocupados, desde identificar um país que é membro do Mercosul até identificar o presidente da Câmara dos Deputados e o partido do presidente da República. O principal objetivo em comum entre este trabalho e o de Carpini e Keeter é investigar o volume de informação dos cidadãos, ou melhor, o quão bem os cidadãos estão informados.

Os dados obtidos quanto ao nível de informação dos indivíduos baseiam-se nas três ondas, já apresentadas antes, de abril a outubro. A bateria de perguntas caracteriza-se como um verdadeiro “*quiz*”, sendo que diferentes questões foram perguntadas para cada onda. O nível de conhecimento é o somatório total de respostas certas ao longo das três etapas desse “*quiz*”, produzindo uma variável escalar de 0 (nenhum acerto) a 100 (total de acerto). Em um segundo momento, a fim de melhor visualizar o ganho informacional por parte dos participantes, a variável de conhecimento escalar foi transformada em uma variável ordinal, dividida em percentil de 25, 50, 75 e 100.

Os dados longitudinais maximizam a visualização do ganho de informação ao longo do tempo. Pode-se, dessa maneira, saber a quantidade de informação adquirida em percentual da primeira à terceira onda. Além disso, os dados longitudinais podem controlar eficientemente os efeitos das variáveis socioeconômicas e demográficas, fatores que apresentam historicamente grande efeito sobre o nível de conhecimento.

4. Resultados

Os resultados serão apresentados de acordo com as variáveis dependentes, na seguinte ordem: voto correto presidencial para o primeiro e segundo turno; voto correto proporcional; aprendizagem política. Contudo, antes de mostrar os resultados causais, pertinentes às hipóteses constituídas nesse trabalho, apresento as análises descritivas das variáveis independentes em um breve relato.

A variável diversidade, como é mostrada na tabela 1, tem quase três mil observações, dividida pela variação de opiniões heterogêneas que vai de 0 a 3. A grande maioria dos indivíduos pertence a uma rede social com apenas uma opinião diversificada (49,65%) e a minoria está inserida em uma rede social com ampla diversidade de opiniões (1,88%). A hipótese para diversidade declara que o aumento de opiniões diversificadas dentro da rede social amplia as chances do voto correto.

Tabela 1. Descrição da variável independente “diversidade”

Diversidade	Frequência	%
0	807	27,07
1	1.480	49,65
2	638	21,4
3	53	1,88
Total	2.981	100

A variável independente *conflito*, como mostra a tabela 2, apresenta aproximadamente duas mil e trezentos observações, dividida pela variação de opiniões divergentes que vai de 0 a 3. Dentro da rede social dos principais entrevistados (*ego*), o não-conflito predomina (64,58%). Apenas 3,42% dos principais respondentes se encontram em uma rede social com alto índice de conflito, determinado por três opiniões divergentes. A hipótese para conflito declara que o aumento de conflito dentro da rede social restringe as chances do voto correto.

Tabela 2. Descrição da variável independente “conflito”

Conflito	Frequência	%
0	1.473	64,58
1	489	21,44
2	241	10,57
3	78	3,42
Total	2.281	100

A variável independente diversidade bairro é escalar e contém mais de seis mil observações. Essa variável é representada pelo número efetivo de candidatos a presidente endossada por cada principal respondente, por bairro. A segunda variável independente referente ao contexto social é a variável *conflito bairro*, também escalar, medida pelo grau em que as opiniões dos residentes dos bairros são conflitantes com a opinião do principal respondente. Essa variável contém mais de quatro mil observações. Em razão do tamanho dessas duas variáveis, não seria lógica apresentá-las aqui na forma de tabela.

Cabe ainda repetir que todas as variáveis independentes foram medidas para a última onda, em outubro, logo após o primeiro turno. Acredita-se que, dessa maneira, em razão da proximidade da eleição e visando ainda o segundo turno, os atributos de redes e contexto social estão mais intensos. As eleições ganham, pouco a pouco, contornos dramáticos e esse fato potencializa as conversas interpessoais e, assim, os atributos de diversidade e de conflito tendem a se manifestar de forma mais sensível.

4.1 Voto Correto Presidencial, primeiro turno

A tabela 3 mostra o índice de voto correto para o primeiro e segundo turno das eleições brasileiras de 2002, lembrando que os quatro principais concorrentes eram Lula (PT), Serra (PSDB), Ciro (PPS) e Garotinho (PMDB). No segundo turno, os candidatos em disputa eram Lula e Serra. Como esperado, o voto correto é maior no segundo turno do que no primeiro turno. O motivo muito provavelmente está relacionado com a quantidade de candidatos e, por extensão, com a clareza e a disponibilidade da informação. A construção do voto correto no Brasil não seguiu exatamente os mesmos critérios do modelo de Lau e Redlaskw. Apesar dessa diferença metodológica, nós chegamos a resultados praticamente iguais para o voto correto do primeiro turno, cerca de 67%.

Tabela 3. Índice de voto correto para o primeiro e segundo turno das eleições brasileiras de 2002

Eleição	% Voto Correto
1º Turno	67,66%
2º Turno	80,44%

A tabela 4, por sua vez, mostra o índice de voto correto para o primeiro e segundo turno por cidade. Chama a atenção o fato do voto correto ser maior, para os dois turnos, em Juiz de Fora do que em Caxias do Sul, cidade mais organizada e institucionalizada politicamente.

Tabela 4. Índice de voto correto para o primeiro e segundo turno das eleições brasileiras de 2002, por cidade

Cidade	Eleição	% Voto Correto
Juiz de Fora	1º Turno	68,74%
Caxias do Sul	1º Turno	66,44%
Juiz de Fora	2º Turno	81,03%
Caxias do Sul	2º Turno	79,75%

Um dos objetivos específicos desse trabalho, firmado pelas hipóteses, é testar se há diferença entre os mais informados e os menos informados quanto ao voto correto. Para essa análise, usamos o teste não-paramétrico Wilcoxon rank-sum, correspondente ao famoso teste t (Field, 2009). Esse teste é usado quando a variável dependente não apresenta uma distribuição normal, como é o caso aqui. A lógica por trás do teste Wilcoxon rank-sum é que não existe diferença entre os grupos quando são encontrados valores iguais para as categorias de cada grupo. Conforme esperado, porém, o resultado encontrado sugere que existe significância estatística para a diferença dos grupos ($z = -3.426$, $p = 0,0006$). Os mais informados votam corretamente mais do que os menos informados, o que pode ser confirmado quando comparamos os valores do “*rank sum*” (menos informado = 2020120,5; mais informado = 4537510,5). A soma dos valores para os mais informados é maior do que a soma dos valores para os menos informados.

Tabela 5. Teste Wilcoxon rank-sum. A diferença entre grupos para o voto correto

	Observação	Rank Sum	Esperado
Menos Informados	1171	2020120,5	2120681
Mais Informados	2450	4537510,5	4436950
Combinado	3621	6557631	6557631

A tabela 6 apresenta os resultados preditos pelo modelo probit, usado para variáveis binárias, como é o caso da variável do voto correto, e frequentemente estimado pelo efeito marginal a fim de explicar a probabilidade de ocorrência. O modelo inclui duas hipóteses para redes sociais e duas para contexto social, cujos atributos são de diversidade e de conflito. Os testes foram feitos da seguinte maneira: no modelo 1, todas as variáveis foram testadas juntas. No modelo dois, o teste foi feito somente com as variáveis independentes de redes sociais. As variáveis de contexto foram retiradas do modelo.

Para o modelo 1, as hipóteses sobre os atributos das redes sociais são confirmadas parcialmente. Ao passo que a variável de diversidade social não é estatisticamente significativa, a variável de conflito de opiniões apresentou um efeito significativo, porém marginal. À medida que a divergência de opiniões aumenta dentro da rede social, gerando conflito de opiniões a respeito do voto, menor a expectativa do voto correto. As hipóteses acerca do contexto social, referentes a diversidade e conflito de opiniões dentro do bairro, apresentam confirmação mais robusta. A diversidade de opinião e de conflito dentro do bairro apresentam efeitos significativos e, principalmente, na direção preconizada. A diversidade de opiniões no bairro aumenta as chances do voto correto, enquanto o conflito de opiniões dentro do bairro reduz as chances do indivíduo de votar corretamente.

Em relação à probabilidade de ocorrência do voto correto por estas variáveis independentes, o resultado é o seguinte: o conflito de opiniões dentro da rede social reduz em 3,7% as chances do cidadão de votar corretamente. Isso implica em dizer que quanto maior a divergência de opiniões entre o principal respondente e os demais parceiros sociais, o voto correto tem aproximadamente três vezes menos chances de ocorrer. Da mesma forma, o conflito de opinião dentro do bairro reduz a possibilidade do voto correto em 41,5%. Por outro lado, a diversidade de opiniões dentro do bairro aumenta em 7,7% a probabilidade do voto correto. A diversidade de opinião para redes sociais, que se esperava encontrar um efeito positivo sobre a variável dependente, não opera significativamente.

Algumas variáveis de controle apresentaram efeitos significativos, como: informação político, mulher e evangélico. Conforme a lógica aponta, a informação política ajuda o cidadão em escolher o candidato correto de acordo com os valores e interesses políticos dados. Assim, a informação aumenta em 10,6% as chances do voto correto. A religião também foi aferida nesse modelo. O voto evangélico é 12,8% mais provável de ser correto do que o voto dos católicos, dos não religiosos e de outras religiões. Por fim, ser mulher aumenta a probabilidade de votar corretamente em quase 8%. Esse é um resultado bastante importante para a discussão de gênero e merece uma atenção especial no futuro.

No modelo 2, no qual as variáveis de contexto são retiradas, o coeficiente da variável de conflito aumenta. Assim, o conflito de opinião dentro da rede social passa a reduzir a probabilidade de ocorrência do voto correto em 24% aproximadamente. Outro dado que merece uma menção diz respeito ao atributo de diversidade, embora não apresente um efeito significativo. A direção do sinal, como é possível observar, muda quando as variáveis

de contexto são retiradas do modelo. As variáveis de contexto estavam atenuando o efeito de redes sociais. As demais variáveis não tem mudanças representativas, salvo a variável de religião que perde o efeito no modelo 2.

Tabela 6. Modelo de probit robusto para avaliar o voto correto do primeiro turno na eleição de 2002, por redes sociais e contexto social

<i>Variáveis Independentes</i>	<i>Modelo 1 (preferido)</i>		<i>Modelo 2</i>	
	<i>Coef</i>	<i>Prob</i>	<i>Coef</i>	<i>Prob</i>
Redes Sociais				
Diversidade de opiniões	-0,027 (0,066)	-0,010	0,031 (0,065)	0,011
Conflito de Opiniões	-0,100+ (0,060)	-0,037	-0,243*** (0,055)	-0,090
Contexto Social				
Bairro - Diversidade de opiniões	0,210* (0,097)	0,077		
Bairro - Conflito de opiniões	-1,120*** (0,097)	-0,415		
Controle				
Informação Política	0,288+ (0,159)	0,106	0,264+ (0,158)	0,098
Atenção a Campanha Política	0,012 (0,033)	0,004	0,021 (0,033)	0,007
Atenção a Televisão	-0,082 (0,122)	-0,030	-0,087 (0,121)	-0,032
Atenção ao Jornal	-0,059 (0,112)	-0,022	-0,053 (0,109)	-0,019
Mulher	0,212** (0,077)	0,079	0,197** (0,076)	-0,073
Branco	-0,071 (0,079)	-0,026	-0,088 (0,077)	-0,032
Educação	0,050 (0,046)	0,018	0,052 (0,046)	0,019
Renda	0,000 (0,000)	-0,000	0,000 (0,000)	0,000
Idade	0,000 (0,002)	-0,000	-0,001 (0,002)	-0,000
Evangélico	0,370** (0,116)	0,128	0,176 (0,112)	0,063
Constant	0,227		0,177	

	(0,290)	(0,194)
Pseudo R2	0,048	0,025
McFadden's R2	0,049	0,025
N	1.327	1.327

+p<.10, *p < 0,05, **p < 0,01, ***p < 0,001

Note: Os valores da tabela são resultados de uma regressão probit robusta. Entre parênteses estão os erros padrões. Na última coluna são os resultados probabilísticos do efeito marginal das variáveis independentes sobre o voto correto.

4.1.1 Voto Correto Presidencial, segundo turno

Para o modelo do voto correto do segundo turno, optou-se também por uma regressão probit e o efeito marginal para relatar os resultados encontrados. As hipóteses testadas são as mesmas, não há razão teórica para mudar a direção delas. Como se observa na tabela 7, especificamente para o modelo 1, os resultados indicam que somente a variável de conflito bairro opera estatisticamente sobre o voto correto. As chances de ocorrência de o indivíduo votar corretamente são reduzidas em aproximadamente 27% quando há opiniões divergentes dentro do bairro. Encontrou-se, também, um efeito marginal da variável cor sobre o voto correto. Os brancos têm 4,7% mais chances de votar corretamente do que os não-brancos.

O modelo 2, quando retira-se as variáveis independentes de contexto social, evidencia os efeitos das variáveis de rede social. A diversidade de opinião aumenta em 3,8% a probabilidade de ocorrência do voto correto, enquanto o conflito de opiniões restringe as chances do voto correto em 6,6%. Esses dois atributos de redes sociais apresentam os seus efeitos na direção preconizada pelas hipóteses. Ademais, o efeito de ser evangélico opera negativamente sobre o voto correto do segundo turno, reduzindo as chances do voto correto em quase 7%. Os candidatos Lula e Serra não receberam apoio político desse grupo social.

Tabela 7. Modelo de probit robusto para avaliar o voto correto do segundo turno na eleição de 2002, por redes sociais e contexto social

<i>Variáveis Independentes</i>	<i>Modelo 1 (preferido)</i>		<i>Modelo 2</i>	
	<i>Coef</i>	<i>Prob</i>	<i>Coef</i>	<i>Prob</i>
Redes Sociais				
Diversidade de opiniões	0,093 (0,079)	0,024	0,144+ (0,077)	0,038
Conflito de Opiniões	-0,114 (0,072)	-0,029	-0,251*** (0,064)	-0,066
Contexto Social				
Bairro - Diversidade de opiniões	0,147 (0,114)	0,038		

Bairro - Conflito de opiniões	-1,030*** (0,209)	-0,269		
Controle				
Informação Política	0,078 (0,188)	0,020	0,060 (0,186)	0,015
Atenção a Campanha Política	0,022 (0,040)	0,005	0,029 (0,040)	0,007
Atenção a Televisão	0,165 (0,147)	0,043	0,177 (0,145)	0,047
Atenção ao Jornal	0,037 (0,138)	0,009	0,022 (0,109)	0,005
Mulher	0,097 (0,093)	0,025	0,072 (0,091)	0,019
Branco	0,177+ (0,096)	0,047	0,153+ (0,077)	0,041
Educação	0,026 (0,057)	0,006	0,037 (0,057)	0,009
Renda	-0,000 (0,000)	-0,000	-0,000 (0,000)	-0,000
Idade	-0,000 (0,003)	-0,000	-0,001 (0,002)	-0,000
Evangélico	-0,076 (0,133)	-0,020	-0,241+ (0,127)	-0,069
Constant	0,756* (0,343)		0,575* (0,230)	
Pseudo R2	0,050		0,027	
McFadden's R2	0,049		0,027	
N	1.147		1.151	

+p < .10, *p < 0,05, **p < 0,01, ***p < 0,001

Note: Os valores da tabela são resultados de uma regressão probit robusta. Entre parênteses estão os erros padrões. Na última coluna são os resultados probabilísticos do efeito marginal das variáveis independentes sobre o voto correto.

4.2 Voto Correto Proporcional

O índice do voto correto proporcional para a eleição brasileira de 2002, como demonstra a tabela 8, foi de 75,22%, o que contradiz a hipótese. Esperava-se uma taxa baixa, pois o contexto eleitoral de campanha proporcional é bastante complexo, com uma grande quantidade de candidatos e baixa disponibilidade de informação. As possíveis explicações para esse resultado da taxa do voto correto proporcional serão discutidas no próximo capítulo, destinado à conclusão do trabalho.

Em relação ao voto correto proporcional nas duas cidades pesquisadas, Juiz de Fora e Caxias do Sul, encontrou-se resultados condizentes com a hipótese. Como se observa no gráfico 1, o índice do voto correto proporcional foi de 93,67% em Caxias do Sul e de 58,58% em Juiz de Fora. Como dito antes, Caxias do Sul apresenta um cenário político menos complexo e mais institucionalizado, o que facilita o fluxo de informação e o consequente voto correto.

Tabela 8. Índice do voto correto proporcional

Varável	Freq.	%
Voto Incorreto	1,436	24,78
Voto Correto	4,360	75,22
Total	5,796	100

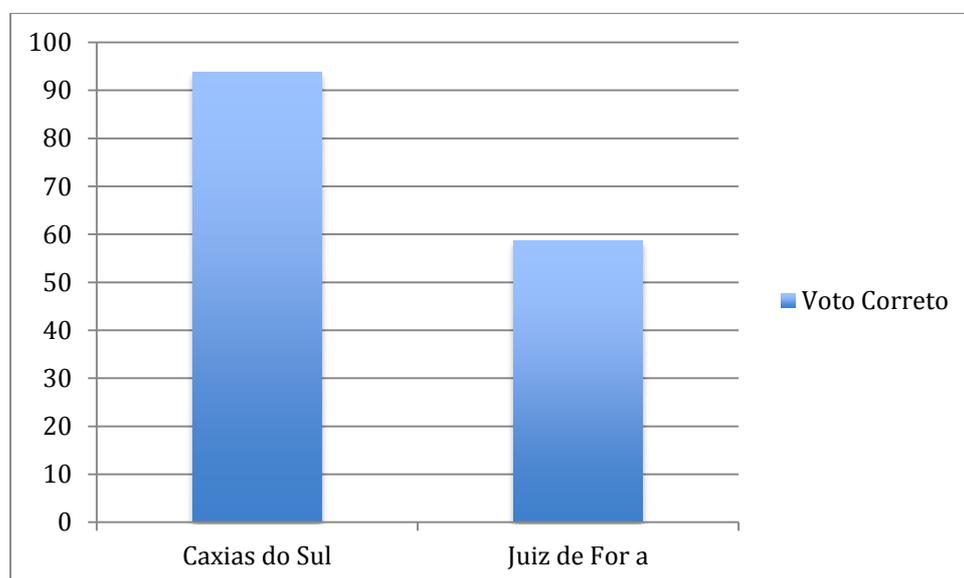


Gráfico 1. Voto Correto Proporcional, por cidade

Outras quatro hipóteses, referentes a discussão acerca dos atributos de redes e contexto social, foram construídas teoricamente. Os coeficientes foram estimados utilizando o modelo probit e usou-se o efeito marginal a fim de explicar a probabilidade de ocorrência do voto correto proporcional. Para o teste do voto correto proporcional, não houve mudança estatística sobre as variáveis independentes de redes sociais quando foram retiradas as variáveis de contexto social. Assim, a tabela 9 apresenta apenas o modelo 1, que representa o teste com todas as variáveis independentes juntas.

Nessa perspectiva, os resultados apontam para um efeito estatístico significativo para o atributo de conflito dentro das redes sociais, assim como para os atributos de diversidade e conflito dentro do bairro. Condizente com a hipótese, o atributo de conflito para redes sociais gerou uma relação negativa com o voto correto. Em termos de probabilidade, o indivíduo que se depara com as opiniões divergentes dentro do seu círculo social tem menos

0,4% de chances de votar corretamente.

Os resultados dos atributos de contexto social mostraram-se estatisticamente significativos, porém a direção do efeito para conflito bairro está trocado. Esperava-se uma correlação negativa com o voto correto; no entanto, o efeito é positivo. O atributo de conflito bairro, contrariando os preceitos teóricos apresentados aqui e a hipótese formulada, aumenta as chances de sucesso do voto correto proporcional em cerca de 34%. Inobstante a esse resultado, a diversidade bairro apresenta um aumento na probabilidade de ocorrência do voto correto proporcional em 44%.

Há igualmente um efeito positivo de informação política sobre o voto correto proporcional. O ganho de informação, no curso da campanha eleitoral, amplia a possibilidade do indivíduo escolher corretamente o deputado federal em 14,4%.

Tabela 9. Modelo de probit robusto para avaliar o voto correto proporcional na eleição de 2002, por redes sociais e contexto social

<i>Variáveis Independentes</i>	<i>Coef</i>	<i>Prob</i>
Redes Sociais		
Diversidade de opiniões	-0,014 (0,068)	-0,004
Conflito de Opiniões	-0,121* (0,061)	-0,042
Contexto Social		
Bairro - Diversidade de opiniões	1,249*** (0,111)	0,444
Bairro - Conflito de opiniões	0,958*** (0,176)	0,341
Controle		
Informação Política	0,405* (0,161)	0,144
Atenção a Campanha Política	-0,028 (0,038)	-0,010
Atenção a Televisão	0,065 (0,123)	0,023
Atenção ao Jornal	0,099 (0,117)	0,035
Mulher	0,109 (0,077)	0,039
Branco	0,007 (0,079)	0,002
Educação	-0,051 (0,048)	-0,018
Renda	-0,000	-0,000

	(0,000)	
Idade	0,002 (0,002)	0,000
Evangélico	-0,095 (0,115)	-0,034
Constant	-2,85*** (0,312)	
Pseudo R2	0,145	
McFadden's R2	0,145	
N	1.598	

+p < .10, *p < 0,05, **p < 0,01, ***p < 0,001

Note: Os valores da tabela são resultados de uma regressão probit robusta. Entre parênteses estão os erros padrões. Na última coluna são os resultados probabilísticos do efeito marginal das variáveis independentes sobre o voto correto.

4.3 Aprendizado Político

As análises preliminares da variável dependente aprendizagem política apontaram que houve um acréscimo de conhecimento por parte dos cidadãos. A tabela 10 mostra que o número de respostas corretas, que afere o nível de conhecimento das pessoas, aumentou ao longo da campanha eleitoral. Em abril, antes de a campanha eleitoral ter começado, o percentil 25 (até 25% de respostas corretas) era de 28%, enquanto que esse número para outubro é de apenas 6,39%. Na outra ponta, observa-se que o percentil 100 (até 100% de respostas corretas) era de 23% em abril e pulou para quase 50% em outubro, quando a campanha chega ao seu ápice.

Tabela 10. Conhecimento político: número de respostas corretas, por percentil

	Abril	Agosto	Outubro
Percentil 25	28,03%	26,74%	6,39%
percentil 50	25,82%	22,87%	10,78%
percentil 75	22,83%	22,67%	34,70%
percentil 100	23,33%	27,70%	48,14%

A visualização do ganho informação fica mais clara a partir do somatório de todas as respostas corretas para as três ondas, traduzidas na variável ordinal por percentil. O gráfico 2 mostra, comparando o percentil 25 e 100, que os indivíduos acertaram mais respostas ao final do teste de conhecimento político. Houve, portanto, ao longo da campanha, um nítido ganho informacional.

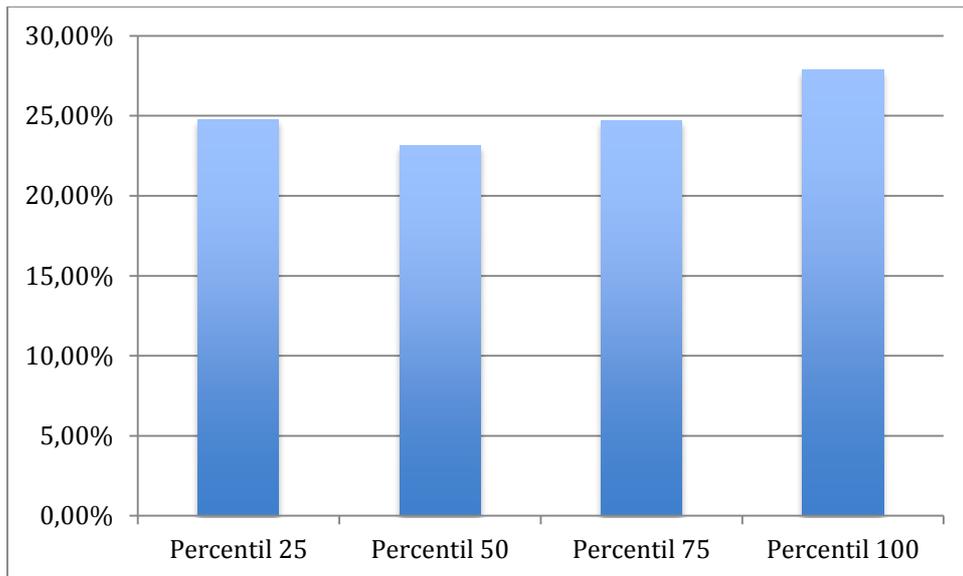


Gráfico 2. A soma de conhecimento pelo percentil da variável ordinal

Uma vez que houve aprendizado político no curso da campanha e de forma gradual, o próximo passo é encontrar os possíveis efeitos para essa ocorrência. Postulou-se que existe uma lógica social, representada pelos atributos de redes e contextos sociais, para o ganho de conhecimento. Outras variáveis, relativas a mídia e a certas características individuais, fartamente já exploradas pela literatura, também foram incluídas no modelo. Optou-se pelo modelo ordinal logístico para realizar os testes estatísticos, pois a variável dependente de aprendizado político é uma ordinal, com quatro faixas diferentes de nível de conhecimento (25%;50%;75%;100%). Ou seja, a variável dependente possui uma ordenação. Neste artigo, os coeficientes obtidos com os modelos propostos foram usados como estimativas das razões de chance (*odds ratios*) para cada uma das variáveis independentes.

Conforme a tabela 11 demonstra, há um efeito estatisticamente significativo do atributo de diversidade para redes sociais sobre o aprendizado político. O aumento na diversidade de opiniões dentro da rede social eleva em 1,2 vezes as chances de o indivíduo ganhar informação, controlando por todas as variáveis no modelo. As variáveis de controle, salvo o fato de ser evangélico, são estatisticamente significativas para o aprendizado político. Quanto mais exposição a mídia, como acompanhar a campanha eleitoral, ler jornais e assistir televisão, mais as chances do cidadão de ganhar informação. Os brancos têm 1,4 vezes mais chances de obter informação do que os negros, mantendo as demais variáveis constantes. Por outro lado, ser mulher diminui as oportunidades de ganhar informação 0,3 vezes em comparação com os homens. Os coeficientes estimados para educação e idade são estatisticamente significativos sobre o conhecimento político. Quanto mais educado o indivíduo, as chances para majorar o nível de informação são de 2,2. Da mesma forma, as chances do aumento de informação são maiores quando as pessoas tornam-se mais velhas.

Usando o modelo de Luskin (1990), entende-se que os indivíduos apresentam capacidade (variáveis demográficas), motivação (variáveis relativas à mídia) e oportunidade

(redes sociais) para aprender sobre política. A diversidade de opiniões dentro das redes sociais é um canal de oportunidade para o ganho de informação. As características pessoais, como as condições de riqueza, cor, idade e educação, aumentam a capacidade individual das pessoas de obter informação. Por fim, a motivação dos indivíduos em aprender sobre política é captada pelo interesse e atenção à campanha política e ao noticiário da televisão e dos jornais.

Tabela 11. Modelo ordinal logístico para avaliar o aprendizado político na eleição de 2002, por redes sociais e contexto social

Aprendizagem Política	Odds Ratio	Erro Padrão	Z	P> Z
Redes Sociais				
Diversidade de opiniões	1,216	0,109	2,18	0,030
Conflito de Opiniões	0,985	0,078	-0,19	0,851
Contexto Social				
Bairro - Diversidade de opiniões	0,841	0,108	-1,33	0,182
Bairro – Conflito de opiniões	1,069	0,257	0,28	0,782
Controle				
Atenção a Campanha Política	1,616	0,073	10,53	0,000
Atenção a Televisão	1,734	0,283	3,37	0,001
Atenção ao Jornal	2,31	0,347	5,57	0,000
Mulher	0,392	0,039	-9,36	0,000
Branco	1,467	0,156	3,61	0,000
Educação	2,282	0,141	13,33	0,000
Renda	1,000	0,000	1,89	0,059
Idade	1,022	0,002	7,89	0,000
Evangélico	0,845	0,128	-1,10	0,270
Cut 1	3,268	0,395		
Cut 2	4,938	0,408		
Cut 3	6,420	0,420		
LR chi2(13) = 876,22				
Prob > chi2 = 0.0000				
Pseudo R2= 0,1981				

Note: Os valores da tabela são resultados de uma regressão ordinal logística da razão de chance (Odds Ratio). O N é de 1.598 observações.

5. Discussão

As evidências indicam que as interações individuais determinam o voto correto no Brasil, corroborando com a hipótese central do estudo. O conjunto desses resultados fortalece a afirmação de que existe uma lógica social para o voto correto. Os entraves institucionais, como a fragmentação partidária, baixa identidade partidária, extensa lista de candidatos e a desigualdade informacional, não são obstáculos intransponíveis. Apesar das instituições “disfuncionais” (Ames, 2002), os brasileiros encontraram, através das conversas interpessoais, um caminho para votar corretamente. O voto correto para o primeiro turno no Brasil atingiu 67%, mais da metade dos brasileiros convergem o voto dado com os valores, interesses e preferências políticas. O voto correto no segundo turno se mostrou também viável e alcançou um índice ainda maior (80%), conforme preconizado pela hipótese. Com menos candidatos e já com um acúmulo de informação decorrido do primeiro turno, ampliam-se as chances do cidadão votar corretamente.

Esse trabalho demonstrou também a viabilidade de incluir a questão do contexto social na discussão empírica dos trabalhos sobre redes sociais e voto correto. O ato de votar

corretamente sofre uma influência do contexto em que as pessoas se encontram, no caso testado do bairro. Cabe também ressaltar que sem as variáveis de contexto social, alguns efeitos dos atributos de redes sociais surgiram ou, quando já houve certo efeito, o coeficiente aumentou. Além disso, desagregar as variáveis de redes e contexto social, usando os atributos de diversidade e de conflito, demonstrou ser uma estratégia apropriada já que resultados empíricos robustos foram encontrados. Assim, os estudos relacionados com as interações sociais e o voto correto devem, doravante, desagregar as variáveis de redes e contexto social e testar os respectivos atributos de forma separada sobre o voto correto. Nessa esteira, outros atributos devem ser incluídos também como, por exemplo, a frequência das conversas com os diversos segmentos sociais. Ainda há um campo totalmente inexplorado nessa direção. Diante desses fatos, espera-se que a discussão acerca do voto correto ganhe um novo contorno, demonstrando que é factível desagregar os atributos do meio social.

Os atributos de redes e contexto social testados foram de diversidade e de conflito. O primeiro implica no aumento das discussões políticas e da disponibilidade de informação, favorecendo o voto correto. Já o atributo de conflito provoca uma retração ao diálogo ou deliberação pública por parte dos indivíduos, pois no geral as pessoas evitam o embate social, reduzindo as chances do voto correto. Os resultados encontrados pelos testes probabilísticos confirmaram essas teses. Os efeitos do atributo de diversidade – independente se é para redes ou contexto social – são positivos em relação ao voto correto. Por sua vez, a relação é negativa entre o atributo de conflito e o voto correto, independente se é para a variável de redes ou de contexto social. Essas afirmações são válidas para o voto correto do primeiro e do segundo turno; no entanto, a direção do efeito do atributo de conflito para contexto social sobre o voto correto é positivo quando, na verdade, pela lógica da teoria, deveria ser negativo. Esse resultado merece um novo tratamento a posteriori. Está claro que os padrões de comunicação entre amigos, familiares e vizinhos impactam de forma diferente o comportamento político. As conversas interpessoais têm atributos diferentes e, igualmente, efeitos distintos sobre o voto correto.

Esse trabalho provocou um debate inicial para estender o conceito do voto correto, que ainda é muito restrito ao cenário político e institucional dos Estados Unidos e de alguns países da Europa. Testou-se a existência do voto correto em um cenário eleitoral complexo (CECs) que corresponde as eleições proporcionais do Brasil. Esse cenário, marcado pela complexidade e competitividade eleitoral, deveria reduzir as chances do voto correto. No entanto, conforme constatado, o voto correto proporcional no Brasil foi da ordem de 75% para a eleição de 2002, maior do que o voto correto presidencial do primeiro turno. As possíveis explicações para esse índice fora da expectativa estão situadas na parte conceitual e na parte metodológica.

Do ponto de vista conceitual, o eleitor sabe usar os atalhos cognitivos e informativos de forma eficiente, proporcionando-lhe encontrar o candidato correto de acordo com os seus valores, interesses e preferências. Por meio dos atalhos informativos, o eleitor vota como se

estivesse totalmente informado. Essa justificativa centra-se no achado de Rennó (2009) acerca do uso eficiente dos atalhos informativos em contexto eleitoral complexo (CECs). O voto correto proporcional foi construído baseado em dados como a identificação partidária, avaliação retrospectiva da economia e apreço aos apoiadores dos candidatos ao legislativo. Esses elementos são considerados atalhos informativos pela literatura. Nesse sentido, pode ser que os eleitores votaram corretamente usando tais atalhos, o que não deixa de ser um fator metodológico de aferição da variável dependente.

Metodologicamente, a mensuração do voto correto proporcional adotada nesse estudo não se mostrou a mais realística ou mais compatível com o processo de escolha dos eleitores em um sistema multipartidário. Ao optar, por limitações metodológicas, por avaliar apenas os dois candidatos mais votados nas duas cidades, mesmo que isso representasse quase que 50% dos votos, eliminam-se as chances de aferir o voto correto para os outros candidatos. Por outro lado, a variável dependente se tornaria não mais dicotômica, e sim com várias categorias. Essa análise torna-se muito complexa e com poucas chances de ter ganho substancial para o objetivo inicial do trabalho que é saber se existe o voto correto proporcional em contextos eleitorais complexos (CECs). Enfim, parece que a variável dependente construída com dois candidatos exclusivamente não condiz com a realidade de uma eleição proporcional no Brasil, onde existe uma grande quantidade de candidato concorrendo a uma vaga somente. Ao mesmo tempo, avaliar o voto correto por meio de uma variável que não é dicotômica mostra-se pouco factível.

Apesar dessa limitação inicial do ponto de vista metodológico, alguns resultados revelaram-se interessantes. Existe uma diferença de mais de 30% do voto correto proporcional entre Juiz de Fora e Caxias do Sul. Esse achado mostra-se coerente, uma vez que, como já foi dito anteriormente, Caxias do Sul tem uma tradição partidária e institucional muito mais forte. E esse cenário favorece o voto correto.

Por fim, como esperado pela teoria, a informação se mostrou um elemento indispensável para o voto correto. Em primeiro lugar, as evidências indicam que os eleitores com mais informação política são mais competentes, pois articulam corretamente o voto dado com as suas preferências e interesses políticos. Há uma diferença entre os mais informados e os menos informados em relação ao voto correto, sendo que os mais informados são os favorecidos. Portanto, a informação afeta distintamente as atitudes e as decisões políticas dos indivíduos. Cabe ainda ressaltar que se verificou um efeito da informação política para o voto correto do primeiro turno e, especialmente, para o voto correto proporcional. A informação política se apresentou como uma importante conexão entre as preferências dos cidadãos e o voto dado nos candidatos. Entender o quão os indivíduos são bem informados e se as atitudes são estruturas constituem os grandes questionamentos da literatura sobre comportamento político e opinião pública.

Com base nessa persecução teórica, buscou-se entender se as interações sociais representam alguma oportunidade de aprendizado político, usando como alicerce teórico o modelo de Luskin (1990) que é formado pelos eixos habilidade-oportunidade-motivação. O

meio social exerce o papel eficaz de aumentar as chances de obter informação. Mais especificamente, o atributo de diversidade de opiniões dentro da rede social aumenta a oportunidade do indivíduo de obter informação.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os fatores demográficos, como condições de riqueza, educação, gênero, raça e idade são fortes categorias para o aumento da habilidade do indivíduo em aprender sobre político. Da mesma forma, a atenção dos indivíduos na campanha política e nas notícias advindas da televisão e do rádio são fatores que afetam a motivação e, por consequente, o aprendizado político durante a campanha eleitoral.

Por trás do interesse em entender o impacto das interações sociais sobre o voto correto, encontra-se a qualidade das novas democracias como um elemento central nesse trabalho. Isso porque, conforme teorizado, o voto correto pode ser alçado a um micro-fundamento da qualidade democrática, já que pode significar um elo para a representação política e a responsividade pública. Em outras palavras, postula-se que o indivíduo que vota corretamente está mais apto a entender o jogo político e cobrar das autoridades públicas. Por outro lado, os políticos tem um entendimento mais amplo dos desejos da população e com isso podem implementar políticas públicas condizentes à essas preferências. Essa tese continua válida e ganhou vigor com o resultado de 67% (primeiro turno) e 80% (segundo turno) de voto correto aproximadamente no Brasil. Contudo, não se pode asseverar essa proposição com esses resultados aqui apresentados. Diante dessa limitação assertiva, pretende-se, em uma agenda futura, pesquisar o nível de convergência entre a opinião pública e as promessas dos governantes relativas às políticas públicas durante a eleição. Da mesma forma, pretende-se investigar o nível de convergência entre a opinião pública e as ações dos governantes durante o mandato. Para confirmar a existência da representação política e que o voto correto é um componente dessa engrenagem, é importante entender o comportamento dos políticos candidatos e dos eleitos diante das preferências públicas dos cidadãos. Investigar se os candidatos propõem políticas públicas em consonância com os anseios da sociedade demonstrados durante a eleição parece ser um bom caminho para avaliar a qualidade das novas democracias. Assim como, se as políticas “combinadas”, em uma espécie de contrato entre os candidatos e os eleitores, são executadas já durante o mandato eleitoral. Por ora, sabemos apenas que o voto correto, que inclui em sua formatação um índice sobre avaliação das políticas públicas, existe no Brasil em uma quantidade próxima de 70%.

Resta saber, contudo, se esses índices encontrados são o suficiente para o bom funcionamento da democracia brasileira. Essa é uma pergunta ainda sem resposta. Se os eleitores que votaram incorretamente tivessem mais informações e assim votassem corretamente, o resultado da eleição mudaria? Como elemento central dessa pergunta está a linha de pesquisa de Bartels (1996), Althaus (1998) e tantos outros, chamada de “ignorância política”. É necessário avançar sob esse aspecto, porém os dados aqui usados não são satisfatórios para responder essas indagações.

Essas formulações reforçariam os estudos sobre a qualidade das novas democracias e testariam se existe, de fato, uma evolução qualitativa no Brasil e em outros países da América Latina. Estender esse projeto para todo o país, analisando a representação política pelas campanhas presidenciais, de governador e de prefeito, e para a América Latina está no escopo dos futuros trabalhos. Este trabalho apenas pode afirmar que existe o voto correto no Brasil e esse dado pode ser uma condição para a qualidade da democracia, englobando a representação política.

Espera-se, por fim, que o conceito do voto correto e os seus determinantes oriundos das interações interdependentes entre na agenda empírica da América Latina partindo do entendimento, visto nessa dissertação, que a informação política é o maior insumo para as decisões de qualidade dos indivíduos.

Notas:

1. Para uma visão contrária, ver estudos de Christopher Wlezien e Soroka (2008; 2010) que utilizam a regra do “milagre da agregação”.
2. Para entender a história completa da origem de redes sociais, ver Scott (2013) e Prell (2012, capítulo I).
3. Não há, no entanto, um consenso nem mesmo sobre o desempenho da mídia. Para Putnam (1995), a televisão é a causa do declínio do capital social – confiança nas pessoas e o engajamento cívico. Norris (1996), por outro lado, atacou diametralmente essa afirmação.

4. O termo cross-cutting usado por Mutz foi primeiro usado por Glukman (1940) com os mesmos objetivos de encontrar conflitos de interesse dentro das redes sociais dos indivíduos (Prell, 2012).
5. A implicação política é que esses grupos minoritários tornam-se ainda mais fechados e isolados, evitando novas experiências sociais. De um lado, esse comportamento gera lealdade, reciprocidade e identidade grupal. De outro lado, cria-se grande antagonismo, escassez de oportunidade e informação (Putnam, 2000).
6. Os cidadãos preocupam-se com o volume de informação existente, por isso buscam preferencialmente os parceiros que eles reconhecem que têm preferências convergentes. Essa estratégia ajuda a minimizar o impacto das informações enviesadas. Eles também são céticos particularmente das novas informações oriundas dos não especialistas por não confiarem nos julgamentos dessas pessoas. Contudo, o especialista é um sujeito raro dentro das redes, o que obriga os cidadãos a procurarem informações além das redes primárias coesas.
7. Não há informação sobre os demais candidatos a president no banco de dados, dessa maneira a análise se restringiu somente aos quatro principais candidatos e aqueles eleitores que votaram em outros candidatos foram retirados da amostra.
8. O banco de dados foi transformado para o formato wide.
9. O modelo multinível, também conhecido como “modelo hierárquico linear”, poderia ser utilizado para trabalhar com esse banco de dados em razão da disposição das informações coletadas.

Referências

- Ahn, T. K., Huckfeldt, R., Mayer, A. K., & Ryan, J. B. (2009). Expertise and Bias in Political Communication.
- Ahn, T. K., Huckfeldt, R., & Ryan, J. B. (2010). Communication, influence, and informational asymmetries among voters. *Political Psychology*, 31(5), 763-787.
- Althaus, S. L. (1998). Information effects in collective preferences. *American Political Science Review*, 92(03), 545-558.
- Ames, B., Baker, A., & Renno, L. R. (2008). The Quality of elections in Brazil: policy, performance, pageantry, or pork. *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh.[Links].
- Ames, B., & Smith, A. E. (2010). Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006. *Journal of politics in latin america*, 2(3), 3-38.
- Baker, A., Ames, B., & Rennó, L. R. (2006). Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 Elections. *American Journal of*

Political Science, 50(2), 382-399.

Barabas, J., & Jerit, J. (2009). Estimating the Causal Effects of Media Coverage on Policy-Specific Knowledge. *American Journal of Political Science*, 53(1), 73-89.

Bartels, L. M. (1999). Panel Effects in the American National Election Studies. *Political Analysis*, 8(1), 1-20.

BARTELS, Larry M. Uninformed votes: Information effects in presidential elections. *American Journal of Political Science*, p. 194-230, 1996.

Baybeck, B., & McClurg, S. D. (2005). What do they know and how do they know it? An examination of citizen awareness of context. *American Politics Research*, 33(4), 492-520.

Bello, J., & Rolfe, M. (2014). Is influence mightier than selection? Forging agreement in political discussion networks during a campaign. *Social Networks*, 36, 134-146.

Berelson, B. (1952). Democratic theory and public opinion. *Public Opinion Quarterly*, 313-330.

Borgatti, S. P., Mehra, A., Brass, D. J., & Labianca, G. (2009). Network analysis in the social sciences. *science*, 323(5916), 892-895.

Brader, T., Tucker, J. A., & Theriault, A. (2014). Cross pressure scores: An individual-level measure of cumulative partisan pressures arising from social group memberships. *Political Behavior*, 36(1), 23-51.

Burt, R. S. (1987). Social contagion and innovation: Cohesion versus structural equivalence. *American journal of Sociology*, 1287-1335.

Burt, R. S. (2002). The social capital of structural holes. *The new economic sociology: Developments in an emerging field*, 148-190.

Butts, C. T. (2009). Revisiting the foundations of network analysis. *science*, 325(5939), 414.

Cabello, A. (2010). AS BASES dO LULISMO A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? Lúcio Rennó. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(74).

Calvert, R. L. (1985). The value of biased information: A rational choice model of political advice. *The Journal of Politics*, 47(02), 530-555.

Campbell, A. (1980). *The american voter*. University of Chicago Press.

Carreirão, Y. S(2002). *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. FGV Editora.

Carreirão, Y.S.(2007). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, 13(2), 307-339.

Carpini, D. Michael x., and Scott Keeter. 1996. *What Americans Know about Politics and Why It Matters*.

Castro, M. M. M., dos Santos, C. D. W. G., Figueiredo, M., & Palmeira, M. (1992). SUJEITO E ESTRUTURA NO COMPORTAMENTO ELEITORAL.

Cintra, A. O. (1968). Partidos políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado. *Dados*, (5).

Coleman, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American journal of sociology*, S95-S120.

- Converse, P. 1964. "The Nature of Belief Systems in Mass Public" In: *Ideology and Discontent*, ed. David E. Apter. Nova York, Free Press
- Cunow, S. (2014). More is Less (Representation): Choice Set Size, Information Acquisition, and Correct Voting in Multimember Districts.
- Dahl, R. A. (1957). The concept of power. *Behavioral science*, 2(3), 201-215.
- Dahl, R. (1989). Um Prefácio à Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Dahl, R. A., Limongi, F., & Paciornik, C. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. Edusp.
- Diamond, L. J., & Morlino, L. (Eds.). (2005). *Assessing the quality of democracy* (pp. ix-xliii). Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Druckman, J. N., & Lupia, A. (2000). Preference formation. *Annual Review of Political Science*, 3(1), 1-24.
- Druckman, J. N. (2003). The Power of Television Images: The First Kennedy- Nixon Debate Revisited. *Journal of Politics*, 65(2), 559-571.
- Eveland, W. P., & Hively, M. H. (2009). Political discussion frequency, network size, and "heterogeneity" of discussion as predictors of political knowledge and participation. *Journal of Communication*, 59(2), 205-224.
- Figueiredo, Marcus Faria. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Editora UFMG, 1991.
- Fournier, P. (1997). The impact of political campaigns on the effects of political sophistication. In *Comunicação apresentada na conferência "Capturing campaign effects"*, Green College, University of British Columbia.
- Gaines, B. J., Kuklinski, J. H., & Quirk, P. J. (2007). The logic of the survey experiment reexamined. *Political Analysis*, 15(1), 1-20.
- Gilens, M. (2001). Political ignorance and collective policy preferences. In: American Political Science Association. Cambridge University Press, 379-396.
- Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American journal of sociology*, 1360-1380.
- Granovetter, M. (1983). The strength of weak ties: A network theory revisited. *Sociological theory*, 1(1), 201-233.
- Hayes, D., & Turgeon, M. (2010). A Matter of Distinction Candidate Polarization and Information Processing in Election Campaigns. *American Politics Research*, 38(1), 165-192.
- Highton, B. (2009). Revisiting the relationship between educational attainment and political sophistication. *The Journal of Politics*, 71(04), 1564-1576.
- Huckfeldt, R. R. (1979). Political participation and the neighborhood social context. *American Journal of Political Science*, 579-592.
- Huckfeldt, R., & Sprague, J. (1987). Networks in context: The social flow of political information. *American Political Science Review*, 81(04), 1197-1216.
- Huckfeldt, R. R. (1995). *Citizens, politics and social communication: Information and influence in an election campaign*. Cambridge University Press.

- Huckfeldt, R. (2001). The social communication of political expertise. *American Journal of Political Science*, 425-438.
- Huckfeldt, R., Johnson, P. E., & Sprague, J. (2002). Political environments, political dynamics, and the survival of disagreement. *The Journal of Politics*, 64(01), 1-21.
- Huckfeldt, R. R., Johnson, P. E., & Sprague, J. D. (2004). *Political disagreement: The survival of diverse opinions within communication networks*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Huckfeldt, R., Mendez, J. M., & Osborn, T. (2004). Disagreement, ambivalence, and engagement: The political consequences of heterogeneous networks. *Political Psychology*, 25(1), 65-95.
- Huckfeldt, R., Ikeda, K. I., & Pappi, F. U. (2005). Patterns of disagreement in democratic politics: Comparing Germany, Japan, and the United States. *American Journal of Political Science*, 49(3), 497-514.
- Huckfeldt, R., & Mendez, J. M. (2008). Moths, flames, and political engagement: Managing disagreement within communication networks. *The Journal of Politics*, 70(01), 83-96.
- Huckfeldt, R. (2007). "Information, and Political Communication Networks" In Dalton, R. & Klingemann H., *The Oxford Handbook of Political Behavior*. OUP Oxford
- Huckfeldt, R., Pietryka, M. T., & Reilly, J. (2014). Noise, bias, and expertise in political communication networks. *Social Networks*, 36, 110-121.
- Huntington, S. P. (1994). *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. Ática.
- Holbrook, T. M. (1999). Political learning from presidential debates. *Political Behavior*, 21(1), 67-89.
- Ikeda, K. I., & Richey, S. (2009). The impact of diversity in informal social networks on tolerance in Japan. *British Journal of Political Science*, 39(03), 655-668.
- Ikeda, Ken'ichi. 2010. "Social Networks, Voting, and Campaign Participation in Japan: The Interpersonal Political Environment and the Autonomous Dimension of Social Networks." In *Political Discussion in Modern Democracies: A Comparative Perspective*, ed. M. R. Wolf, L. Morales and K. Ikeda. London: Routledge.
- Iyengar, S. S., Wells, R. E., & Schwartz, B. (2006). Doing better but feeling worse looking for the "best" job undermines satisfaction. *Psychological Science*, 17(2), 143-150.
- Iyengar, S. S., & Kamenica, E. (2010). Choice proliferation, simplicity seeking, and asset allocation. *Journal of Public Economics*, 94(7), 530-539.
- Jerit, J., Barabas, J., & Bolsen, T. (2006). Citizens, knowledge, and the information environment. *American Journal of Political Science*, 50(2), 266-282.
- La Due Lake, R., & Huckfeldt, R. (1998). Social capital, social networks, and political participation. *Political Psychology*, 19(3), 567-584.
- Katz, E. (1957). The two-step flow of communication: An up-to-date report on an hypothesis. *Public Opinion Quarterly*, 21(1), 61-78.
- Katz, E., & Lazarsfeld, P. F. (1955). *Personal influence: The part played by people in the flow of mass communications*. Transaction Pub.
- Kim, Y. M., & Garrett, K. (2012). On-line and memory-based: Revisiting the relationship between candidate evaluation processing models. *Political Behavior*, 34(2), 345-368.
- Klofstad, C. A. (2007). Talk leads to recruitment how discussions about politics and current events increase civic participation. *Political Research Quarterly*, 60(2), 180-191.

Klofstad, C. A. (2009). Civic Talk and Civic Participation The Moderating Effect of Individual Predispositions. *American Politics Research*, 37(5), 856-878.

Klofstad, C. A., Sokhey, A. E., & McClurg, S. D. (2013). Disagreeing about disagreement: How conflict in social networks affects political behavior. *American Journal of Political Science*, 57(1), 120-134.

Knoke, D., & Yang, S. (Eds.). (2008). *Social network analysis* (Vol. 154). Sage.

Kuklinski, J. H., Quirk, P. J., Jerit, J., Schwieder, D., & Rich, R. F. (2000). Misinformation and the currency of democratic citizenship. *Journal of Politics*, 62(3), 790-816.

Kuklinski, J. H., Quirk, P. J., Jerit, J., & Rich, R. F. (2001). The political environment and citizen competence. *American Journal of Political Science*, 410-424.

Lau, R. R., & Redlawsk, D. P. (1997). Voting correctly. *American Political Science Review*, 585-598.

Lau, R. R., & Redlawsk, D. P. (2001). Advantages and disadvantages of cognitive heuristics in political decision making. *American Journal of Political Science*, 951-971.

Lau, R. R., Andersen, D. J., & Redlawsk, D. P. (2008). An exploration of correct voting in recent US presidential elections. *American Journal of Political Science*, 52(2), 395-411.

Lau, R. R. (2003). "Models of decision-making." In D. Sears et al., eds., *Oxford Handbook of Political Psychology*

Lau, R. & Redlawsk, D.P. (2006). *How Voters Decide: Information Processing during Election Campaigns*. Cambridge University Press.

Lau, R. R., Patel, P., Fahmy, D. F., & Kaufman, R. R. (2014). Correct voting across thirty-three democracies: A preliminary analysis. *British Journal of Political Science*, 44(02), 239-259.

Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., & Gaudet, H. (1948). *The People's Choice. How the Voter Makes up His Mind in a Presidential Campaign [1944]*.

Lazer, D. (2011). Networks in political science: Back to the future. *PS: Political Science & Politics*, 44(01), 61-68.

Lima, R. C. (1996). Modelos de respostas binárias: especificação, estimação e inferência. *Agricultura em São Paulo*, 43, 19-26.

Lodge, M., Steenbergen, M. R., & Brau, S. (1995). The responsive voter: Campaign information and the dynamics of candidate evaluation. *American Political Science Review*, 89(02), 309-326.

Lupia, Arthur. 1994. "Shortcuts versus Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections". *American Political Science Review*, 88(1), 63-76.

Lupia, A., & McCubbins, M. D. (1998). The democratic dilemma. *Can Citizens learn what they need to know*.

Luskin, R. C. (1990). Explaining political sophistication. *Political Behavior*, 12(4), 331-361.

- Luskin, R. C., Fishkin, J. S., & Jowell, R. (2002). Considered opinions: Deliberative polling in Britain. *British Journal of Political Science*, 32(03), 455-487.
- MacKuen, M., & Brown, C. (1987). Political context and attitude change. *American Political Science Review*, 81(02), 471-490.
- McClurg, S. D. (2003). Social networks and political participation: The role of social interaction in explaining political participation. *Political research quarterly*, 56(4), 449-464.
- McClurg, S. D. (2006). The electoral relevance of political talk: Examining disagreement and expertise effects in social networks on political participation. *American Journal of Political Science*, 50(3), 737-754.
- McClurg, S. D., & Sokhey, A. E. (2009). Social networks and correct voting. *Working Papers*, 3.
- McClurg, S. D., & Young, J. K. (2010). A Relational Political Science.
- McClurg, S. D., Sokhey, A., & Seib, J. D. (2011). Examining Mechanisms of Political Disagreement.
- Milbrath, L. W. (1965). Political participation: How and why do people get involved in politics?.
- Miler, K. C. (2009). The limitations of heuristics for political elites. *Political psychology*, 30(6), 863-894.
- Mondak, J. J. (1995). Newspapers and political awareness. *American Journal of Political Science*, 513-527.
- Mondak, J. J. (1993). Public opinion and heuristic processing of source cues. *Political behavior*, 15(2), 167-192.
- Mutz, D. C. (1998). Impersonal influence: How perceptions of mass collectives affect political attitudes. Cambridge University Pr.
- Mutz, D. C. (2002a). The consequences of cross-cutting networks for political participation. *American Journal of Political Science*, 46(4), 838-855.
- Mutz, D. C. (2002b). Cross-cutting social networks: Testing democratic theory in practice. *American Political Science Review*, 96(1), 111-126.
- Mutz, D. C., & Martin, P. S. (2001). Facilitating communication across lines of political difference: The role of mass media. *American Political Science Review*, 95(1), 97-114.
- Mutz, D. C., & Mondak, J. J. (2006). The Workplace as a Context for Cross-Cutting Political Discourse. *Journal of Politics*, 68(1), 140-155.
- Nickerson, D. W. (2008). Is voting contagious? Evidence from two field experiments. *American Political Science Review*, 102(01), 49-57.
- Nicolau, J. M. (2000). *Sistemas eleitorais*. FGV Editora.
- Nicolau, J. (2014). Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, 20(3), 311-325.
- Nir, L. (2005). Ambivalent social networks and their consequences for participation. *International Journal of Public Opinion Research*, 17(4), 422-442.
- Nir, L. (2011). Disagreement and opposition in social networks: does disagreement discourage turnout?. *Political Studies*, 59(3), 674-692.

- Pateman, C. (1992). *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Peixoto, V., & Rennó, L. (2011). Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, 17(2), 304-332.
- Popkin, S. L. (1991). *The reasoning voter: Communication and persuasion in presidential campaigns*. University of Chicago Press.
- Prell, C. (2011). *Social network analysis: History, theory and methodology*. Sage.
- Putnam, R. D. (1966). Political attitudes and the local community. *American Political Science Review*, 60(03), 640-654.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon and Schuster.
- Rabinowitz, G., & Macdonald, S. E. (1989). A Directional Theory of Issue Voting. *American Political Science Review*, 83(01), 93-121.
- Rahn, W. M. (1993). The role of partisan stereotypes in information processing about political candidates. *American Journal of Political Science*, 472-496.
- Rennó, L. (2007). Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002. *Dados*, 50(4), 721-755.
- Renno, L. R. (2004). *Information and Voting: Microfoundations of Accountability in Complex Electoral Environments* (Doctoral dissertation, University of Pittsburgh).
- Rennó, L. (2007). Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002. *Dados*, 50(4), 721-755.
- Rennó, L. (2010). Qualidade da representação de interesses no Brasil. CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA. Brasília-DF.
- Rennó, L., Smith, A., Lloyd, M., Pereira, F. (2011). Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil: uma visão da cidadania. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP.
- Rennó, L. (2009). Atalhos Cognitivos em Contextos Eleitorais Complexos. *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte. Ed. UFMG.
- Rennó, L. R., Soares, G. A. D., & Rennó, L. R. (2006). O dilema do rico: número de candidatos, identificação partidária e accountability nas eleições de 2002 para a Câmara dos Deputados. *Reforma política: lições da história recente*, 47-70.
- Richey, S. (2008). The social basis of voting correctly. *Political Communication*, 25(4), 366-376.
- Ryan, J. B. (2009). Social Networks as a Shortcut to Information and Correct Voting. *annual meeting of the American Political Science Association, Toronto, Ontario, Canada*.
- Riker, W. H. (1982). *Liberalism against populism: A confrontation between the theory of democracy and the theory of social choice*. San Francisco: Freeman.
- Ryan, J. B. (2009). Social Networks as a Shortcut to Information and Correct Voting. *annual meeting of the American Political Science Association, Toronto, Ontario, Canada*.

- Samuels, D. (2004). As bases do petismo. *Opinião Pública*, 10(2), 221-241.
- Schumpeter, J. (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Harper & Row, New York.
- Scott, J. (2012). *Social network analysis*. Sage.
- Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos-CEBRAP*, (85), 83-102.
- Smith, A. E. (2010). Networks and Knowledge: The Simultaneous Impact of Political Discussion Networks and Political Knowledge during Two Presidential Election Campaigns in Brazil.
- Sniderman, P. M. (2000). Taking sides: A fixed choice theory of political reasoning. *Elements of reason: Cognition, choice, and the bounds of rationality*, 67-84.
- Stoker, L. and Jennings, M.K. (2005). "Political Similarity and Influence between Husbands and Wives" In In Zuckerman A. S., *The Social Logic of Politics*. Temple University Press.
- Sokhey, A. E., & Djupe, P. A. (2011). Interpersonal networks and democratic politics. *PS: Political Science & Politics*, 44(01), 55-59.
- Turgeon, M., & Rennó, L. Informação política e atitudes sobre o papel do governo federal brasileiro: evidências à partir de um experimento de opinião pública.
- Turgeon, M., & Cavalcante, P. (2014). Desproporcionalidade da representação dos estados no Congresso Nacional e seus efeitos na alocação dos recursos federais.
- Verva, S., Scholzman, K. L., Burns, N. (2005). "Family Ties: Understanding the Intergenerational Transmission of Political Participation" In Zuckerman A. S., *The Social Logic of Politics*. Temple University Press.
- Walgrave, S., Lefevere, J., Pepermans, K., & Nuytemans, M. (2009). Why representation fails. Determinants of incorrect voting in a crowded party system. *NCCR Democracy Workshop on Political Representation "New Ways of Measuring and Old Challenges"*, Berne, November (p. 12-13).
- Weffort, F. (1978). Os sindicatos na política (Brasil 1955-1964). *Ensaio de Opinião*, 7.
- Zaller, J. (1992). *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge university press.
- Zuckerman, A. S. (Ed.). (2005). *The social logic of politics: Personal networks as contexts for political behavior*. Temple University Press.
- ANEXO I: Perguntas usadas para a construção das variáveis dependentes (voto correto presidencial, voto correto proporcional e aprendizagem político) e independentes (atributos de rede e contexto social):

1. Voto Correto Presidencial

Eixo 1: PREFERÊNCIAS POLÍTICAS

Identificação Partidária

Você simpatiza com algum partido político? Qual?

Agora eu gostaria que você desse notas de 0 a 10 para avaliar os seguintes partidos: PSDB; PT; PMDB; PSB;

Identificação com os grupos sociais

Vou mencionar alguns grupos de pessoas e gostaria que você desse uma nota de 0 a 10 para esse grupo indicando o quanto você gosta dele. Nota zero (0) quer dizer que você não gosta nada do grupo. A nota dez (10) indica que você gosta muito do grupo. Você pode dar notas usando valores entre 0 e 10.

CUT – Central Única dos Trabalhadores
Movimento dos Sem Terra - MST
Evangélicos
Empresários

Atributos dos Candidatos

Gostaria que você desse notas para avaliar os seguintes políticos: Lula; Ciro Gomes; Garotinho; José Serra

Você acha que o Lula/Serra/Ciro/Garotinho é uma pessoa muito inteligente, inteligente, pouco inteligente ou nada inteligente?

Você acha que o Lula/Serra/Ciro/Garotinho é uma pessoa muito honesta, honesta, pouco honesta ou nada honesta?

Você acha que o Lula/Serra/Ciro/Garotinho é uma pessoa muito decidida, decidida, pouco decidida, ou nada decidida?

Você acha que o Lula/Serra/Ciro/Garotinho é uma pessoa muito solidária, solidária, pouco solidária ou nada solidária?

Questões Políticas

Nos últimos dez anos, empresas estatais, que eram dirigidas pelo governo, foram vendidas para empresas particulares, num processo chamado de privatização. Com qual das seguintes afirmações sobre privatização você concorda mais? “A privatização é uma coisa boa,” ou “a privatização é uma coisa ruim.”

Com qual afirmação você concorda mais. “Para ajudar os pobres, o governo deve gastar mais com programas sociais, tipo o bolsa escola ou renda mínima”. Ou “o governo não deve aumentar gastos com programas sociais para não ficar mais endividado.”

Outro importante tema político no Brasil é a reforma agrária. Com qual das seguintes afirmações você concorda mais? “O governo deve dar terras de grandes fazendas para os trabalhadores rurais sem terra.” Ou “o governo não deve dar terras de grandes fazendas para trabalhadores rurais sem terra.”

Em relação ao seu posicionamento político, você se considera de esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, ou de direita?

Decisão do Voto

A última eleição para Presidente da República ocorreu em outubro de 2002. Em quem você votou para presidente no primeiro turno daquela eleição? Ciro Gomes, Lula, José Serra, Anthony Garotinho, algum outro candidato ou não votou em ninguém?

Em que candidato você votou [deputado federal]? Se você não se lembra do nome do candidato, lembra do seu número?

Eixo 2: INFORMAÇÕES DO POSICIONAMENTO DOS CANDIDATOS

Questões Políticas

Agora gostaria de fazer algumas perguntas sobre os candidatos a presidente da República. Você acha que o Lula/Serra/Ciro/Garotinho é um político da esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, ou de direita?

Baseado no que você sabe, para o Lula/Serra/Ciro/Garotinho a privatização é uma coisa boa ou ruim?

Baseado no que você sabe, para o Lula/Serra/Ciro/Garotinho o governo deve aumentar gastos com programas sociais ou não deve aumentar gastos com programas sociais?

Baseado no que você sabe, o Lula/Serra/Ciro/Garotinho pensa que o governo deve dar terras de grandes fazendas para trabalhadores rurais sem terra ou que o governo não deve dar terras.

2. Voto Correto Proporcional

Identificação Partidária

Você simpatiza com algum partido político? Qual?

Agora eu gostaria que você desse notas de 0 a 10 para avaliar os seguintes partidos: PSDB; PT; PMDB; PSB;

Qual o partido do candidato em quem você votou para Deputado Federal?

Voto Retrospectivo (Avaliações do bairro/cidade)

Você diria que está muito satisfeito (a), satisfeito (a), insatisfeito (a) ou muito insatisfeito (a) com a vida no seu bairro?

Você se sente muito seguro (a), seguro (a), pouco seguro (a), ou nada seguro (a) quando anda de noite pelas ruas do seu bairro?

E a situação econômica do seu bairro nos últimos 12 meses? Você diria que ela melhorou muito, melhorou pouco, ficou igual, piorou pouco ou piorou muito?

Com relação à sua situação econômica pessoal, nos últimos 12 meses você acha que ela melhorou muito, melhorou pouco, ficou igual, piorou pouco ou piorou muito?

E quanto à Caxias do Sul/Juiz de Fora? Você diria que a situação econômica melhorou muito, melhorou pouco, ficou igual, piorou pouco ou piorou muito nos últimos 12 meses?

Apreço aos Apoiadores

Agora eu gostaria que você desse notas para avaliar os seguintes políticos: Lula; Olívio Dutra; Germano Rigotto; Aécio; Pepe Vargas;

Agora eu gostaria que você desse notas para avaliar os seguintes candidatos a deputado federal: Ana Corso e José Ivó Sartori; Custodio Mattos e Julio Delgado

3. Aprendizado Político

Para terminar nossa entrevista, temos algumas perguntas específicas sobre conhecimento político. Nem todo mundo sabe as respostas de cada uma das perguntas. Caso você não tenha certeza da resposta, nos dê seu melhor palpite.

Qual é o cargo da Ana Corso? Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, ou Senador?

Qual é o cargo do Paulo Delgado? Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, ou Senador?

Qual é o cargo do José Sartori? Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, ou Senador?

Quem é o presidente da Câmara dos Deputados? Roberto Jefferson, José Genuíno, Aécio Neves ou Miro Teixeira?

Quem é, atualmente, o prefeito da cidade? Ana Corso, Germano Rigotto, José Sartori, ou Pepe Vargas?

Quem é, atualmente, o prefeito da cidade? Alberto Bejani, Newton Cardoso, Custódio Mattos, ou Tarcísio Delgado?

Qual destes é um senador do estado do Rio Grande do Sul? José Fogaça/Paulo Paím, Saturnino Braga, Eduardo Suplicy ou Lindbergh Cury?

Qual destes é um senador do estado de Minas Gerais? José Alencar/Hélio Costa, Saturnino Braga, Eduardo Suplicy ou Lindbergh Cury?

Qual dos seguintes países é membro do Mercosul? Estados Unidos, Argentina, Colômbia ou Peru?

A qual partido pertence Fernando Henrique Cardoso? PTB, PMDB, PSDB ou PFL?

Quem é o Vice-presidente do Brasil? Inocêncio de Oliveira, Marco Maciel, Íris Resende, ou Marcello Alencar?

4. Variável Independente (Atributos de Redes e Contexto Social)

Você pode, por favor, indicar o nome das três (3) pessoas com quem você mais conversa sobre política?

Qual a sua relação com essa pessoa?

Se a eleição para presidente fosse hoje, em quais desses candidatos **você acha** que ele/ela votaria? Anthony Garotinho, Ciro Gomes, José Serra, Lula, ou algum outro candidato?

Bairro em que os indivíduos moram

Anexo II – Tabela Descritiva com as Variáveis Independentes e Dependentes

Variável	Observação	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Voto Correto Presidencial	3621	0,68	0,46	0	1
Voto Correto Proporcional	2270	0,80	0,39	0	1
Aprendizado Político	5796	0,75	0,43	0	1
Diversidade – Redes Sociais	2981	0,98	0,75	0	3
Conflito – Redes Sociais	2281	0,53	0,82	0	3
Diversidade - Bairro	6818	2,30	0,44	1	3,07
Conflito – Bairro	4343	0,55	0,23	0	0,97
Campanha	3940	2,64	1,28	0	4
Televisão	6818	0,53	0,43	0	1
Jornal	6818	0,21	0,34	0	1
Mulher	3940	2,64	1,28	0	4
Branco	4162	0,64	0,48	1	1
Educação	3641	2,56	1,12	1	4
Renda	3751	2,54	2,03	1	4
Idade	4857	52,6	20,3	1	4
Evangélico	4180	0,12	0,33	0	1

Anexo III – Descrição dos comandos STATA. Variáveis Independentes e Dependentes

1. Variáveis Independentes:

1.1 Criar Variável Diversidade (outubro)

/* This variable is the number (from zero to three) of different presidential candidates supported in the main respondent's discussant network in October*/

```
mvdecode v74c_disc1presvote3 v75c_disc2presvote3 v76c_disc3presvote3, mv(17)
mvdecode v74c_disc1presvote3 v75c_disc2presvote3 v76c_disc3presvote3, mv(18)
mvdecode v74c_disc1presvote3 v75c_disc2presvote3 v76c_disc3presvote3, mv(19)
egen nomiss_3=robs(v74c_disc1presvote3 v75c_disc2presvote3 v76c_disc3presvote3)
gen diversidade3=0
replace diversidade3=1 if nomiss_3==1
replace diversidade3=1 if nomiss_3==2 & v74c_disc1presvote3==v75c_disc2presvote3 &
v76c_disc3presvote3==.
replace diversidade3=1 if nomiss_3==2 & v74c_disc1presvote3==v76c_disc3presvote3 &
v75c_disc2presvote3==.
replace diversidade3=1 if nomiss_3==2 & v75c_disc2presvote3==v76c_disc3presvote3 &
v74c_disc1presvote3==.
replace diversidade3=2 if nomiss_3==2 & v74c_disc1presvote3~v75c_disc2presvote3 &
v76c_disc3presvote3==.
replace diversidade3=2 if nomiss_3==2 & v74c_disc1presvote3~v76c_disc3presvote3 &
v75c_disc2presvote3==.
replace diversidade3=2 if nomiss_3==2 & v75c_disc2presvote3~v76c_disc3presvote3 &
v74c_disc1presvote3==.
replace diversidade3=1 if nomiss_3==3 & v74c_disc1presvote3==v75c_disc2presvote3 &
v76c_disc3presvote3==v75c_disc2presvote3 & v74c_disc1presvote3==v76c_disc3presvote3
replace diversidade3=2 if nomiss_3==3 & diversidade3==0
replace diversidade3=3 if nomiss_3==3 & v74c_disc1presvote3~v75c_disc2presvote3 &
v76c_disc3presvote3~v75c_disc2presvote3 & v74c_disc1presvote3~v76c_disc3presvote3
recode diversidade3 .=0
replace diversidade3=. if responsepattern3wave~7
gen nodiscussants3x=0
replace nodiscussants3=1 if v74a1_disc1firstname3=="" & v74_disc1fullname3==""
replace diversidaderate2x=0 if diversidade3==0
gen diversidadezero2x1=0
replace diversidadezero2x1=1 if diversidade3==0
```

```
egen nomiss33=robs(v74c_disc1presvote3 v75c_disc2presvote3 v76c_disc3presvote3)
```

1.2 Criar Variável Conflito

/* this variable is formed by counting the number of discussants (from zero to three) in each main respondent's network who had a vote preference in October differing from the main respondent's August preference. August discussant preferences are measured using main respondents' perception of them */

```
gen temp1=0
gen temp2=0
gen temp3=0
replace temp1=1 if v74c_disc1presvote3~= v22c_presvote3 & v74c_disc1presvote3~=. &
v74c_disc1presvote3<16 & v22c_presvote3~=. & v22c_presvote3<16
replace temp2=1 if v75c_disc2presvote3~= v22c_presvote3 & v75c_disc2presvote3~=. &
v75c_disc2presvote3<16 & v22c_presvote3~=. & v22c_presvote3<16
replace temp3=1 if v76c_disc3presvote3~= v22c_presvote3 & v76c_disc3presvote3~=. &
v76c_disc3presvote3<16 & v22c_presvote3~=. & v22c_presvote3<16
egen numberdisagree3b=rsum(temp1 temp2 temp3)
gen numberdisagree3=numberdisagree3b
replace numberdisagree3=. if changed23presvote==.
replace numberdisagree3=. if responsepattern3wave~=7
drop temp*
rename numberdisagree3 conflito
```

1.3 Criar Variável Diversidade Bairro (AMOB Neighborhood)

/* It is the effective number of presidential candidates supported by each neighborhood's main respondents in October*/

```
gen v22c_presvote3ciro=0
replace v22c_presvote3ciro=1 if v22c_presvote3==1
gen v22c_presvote3lula=0
replace v22c_presvote3lula=1 if v22c_presvote3==2
gen v22c_presvote3serra=0
replace v22c_presvote3serra=1 if v22c_presvote3==4
gen v22c_presvote3garo=0
replace v22c_presvote3garo=1 if v22c_presvote3==5
gen v22c_presvote3total=0
replace v22c_presvote3total=1 if v22c_presvote3<6 & v22c_presvote3~=3 &
v22c_presvote3~=.

egen v22c_presvote3cirosum=sum(v22c_presvote3ciro), by(bairroamob1)
egen v22c_presvote3lulasum=sum(v22c_presvote3lula), by(bairroamob1)
egen v22c_presvote3serrasum=sum(v22c_presvote3serra), by(bairroamob1)
egen v22c_presvote3garosum=sum(v22c_presvote3garo), by(bairroamob1)
egen v22c_presvote3totalsum=sum(v22c_presvote3total), by(bairroamob1)

gen v22c_presvote3ciroprop= v22c_presvote3cirosum/v22c_presvote3totalsum
gen v22c_presvote3lulaprop= v22c_presvote3lulasum/v22c_presvote3totalsum
gen v22c_presvote3serraprop= v22c_presvote3serrasum/v22c_presvote3totalsum
gen v22c_presvote3garoprop= v22c_presvote3garosum/v22c_presvote3totalsum
gen
effcands3bairroamob=1/(v22c_presvote3ciroprop^2+v22c_presvote3lulaprop^2+v22c_presvo
te3serraprop^2+v22c_presvote3garoprop^2)

gen v22c_presvote3cirosumnomr=v22c_presvote3cirosum
replace v22c_presvote3cirosumnomr=v22c_presvote3cirosum-1 if v22c_presvote3==1
gen v22c_presvote3lulasumnomr=v22c_presvote3lulasum
```

```

replace v22c_presvote3lulasumnomr=v22c_presvote3lulasum-1 if v22c_presvote3==1
gen v22c_presvote3serrasumnomr=v22c_presvote3serrasum
replace v22c_presvote3serrasumnomr=v22c_presvote3serrasum-1 if v22c_presvote3==4
gen v22c_presvote3garosumnomr=v22c_presvote3garosum
replace v22c_presvote3garosumnomr=v22c_presvote3garosum-1 if v22c_presvote3==5
gen v22c_presvote3totalsumnomr=v22c_presvote3totalsum
replace v22c_presvote3totalsumnomr=v22c_presvote3totalsum-1 if v22c_presvote3<6 &
v22c_presvote3~=3 & v22c_presvote3~=.
gen
v22c_presvote3ciropropnomr=v22c_presvote3cirosunomr/v22c_presvote3totalsumnomr
gen
v22c_presvote3lulapropnomr=v22c_presvote3lulasumnomr/v22c_presvote3totalsumnomr
gen
v22c_presvote3serrapropnomr=v22c_presvote3serrasumnomr/v22c_presvote3totalsumnomr
gen
v22c_presvote3garopropnomr=v22c_presvote3garosumnomr/v22c_presvote3totalsumnomr

rename effcands3bairroamob diversidade_bairro

```

1.4 Criar Variável Conflito Bairro (AMOB Neighborhood)

/* This variable is measured by the extent to which the balance of neighborhood opinion countervailed the respondent in October. This variable is the share of neighborhood residents that disagree with the main respondent in october */

```

egen temp=rmax(v22c_presvote3ciroprop v22c_presvote3lulaprop v22c_presvote3serraprop
v22c_presvote3garoprop)
gen lulamax=0
replace lulamax=1 if temp==v22c_presvote3lulaprop
gen ciromax=0
replace ciromax=1 if temp==v22c_presvote3ciroprop
gen serramax=0
replace serramax=1 if temp==v22c_presvote3serraprop
gen garomax=0
replace garomax=1 if temp==v22c_presvote3garoprop

egen templulamax=rmax(v22c_presvote3ciroprop v22c_presvote3serraprop
v22c_presvote3garoprop) if lulamax==1
egen tempciromax=rmax(v22c_presvote3lulaprop v22c_presvote3serraprop
v22c_presvote3garoprop) if ciromax==1
egen tempserramax=rmax(v22c_presvote3ciroprop v22c_presvote3lulaprop
v22c_presvote3garoprop) if serramax==1
egen tempgaromax=rmax(v22c_presvote3ciroprop v22c_presvote3lulaprop
v22c_presvote3serraprop) if garomax==1
gen lulamost=v22c_presvote3lulaprop-templulamax
gen ciromost=v22c_presvote3ciroprop-tempciromax
gen serramost=v22c_presvote3serraprop-tempserramax
gen garomost=v22c_presvote3garoprop-tempgaromax

gen bairroamobdisagreeold3=.
replace bairroamobdisagreeold3=temp-v22c_presvote3lulaprop if v22c_presvote3==2
replace bairroamobdisagreeold3=temp-v22c_presvote3ciroprop if v22c_presvote3==1
replace bairroamobdisagreeold3=temp-v22c_presvote3serraprop if v22c_presvote3==4
replace bairroamobdisagreeold3=temp-v22c_presvote3garoprop if v22c_presvote3==5
replace bairroamobdisagreeold3=-lulamost if v22c_presvote3==2 &
bairroamobdisagreeold==0

```

```

replace bairroamobdisagreeold3=-ciromost if v22c_presvote3==1 &
bairroamobdisagreeold==0
replace bairroamobdisagreeold3=-serramost if v22c_presvote3==4 &
bairroamobdisagreeold==0
replace bairroamobdisagreeold3=-garomost if v22c_presvote3==5 &
bairroamobdisagreeold==0
replace bairroamobdisagreeold3=bairroamobdisagreeold*100
gen conflito_bairro=1-v22c_presvote3ciroprop if v22c_presvote3==1
replace conflito_bairro=1-v22c_presvote3lulaprop if v22c_presvote3==2
replace conflito_bairro=1-v22c_presvote3serraprop if v22c_presvote3==4
replace conflito_bairro=1-v22c_presvote3garoprop if v22c_presvote3==5

```

2. Variáveis Dependentes

2.1 Voto Correto Presidencial

*Em quem o eleitor votou?

```

recode v22c_presvote3 (.=0) //Falta de resposta significa que o eleitor não votou naquele
candidato
tab v22c_presvote3, generate(prevoto)
drop prevoto1 prevoto6-prevoto9
rename prevoto2 ciro
rename prevoto3 lula
rename prevoto4 serra
rename prevoto5 garotinho

```

*a) Identificação partidária

```

egen v43a_pidyesorno=rowmin(v43a_pidyesorno1 v43a_pidyesorno2 v43a_pidyesorno3)
recode v43a_pidyesorno (2=0) (8 9 =.), generate(simnaopart) //Essa variável não é problema,
existem poucos DK e NR
egen v43b_pidparty=rowmin(v43b_pidparty1 v43b_pidparty2 v43b_pidparty3)
recode v43b_pidparty (29 28 =.), generate(idpart)
recode idpart (.=0) if simnaopart==0 // considere os missings como zero
tabulate idpart, generate(idpart)
drop idpart1 idpart3 idpart6-idpart13 idpart15-idpart20
//considere: 0 = não possui simpatia por nenhum partido; -1 = possui simpatia por outro
partido; 1 = possui simpatia pelo partido em questão
recode idpart2 (0=-1)
recode idpart2 (-1=0) if idpart==0 //PMDB --> Garotinho
rename idpart2 garopart
recode idpart4 (0=-1)
recode idpart4 (-1=0) if idpart==0 //PSDB --> Serra
rename idpart4 serrapart
recode idpart5 (0=-1)
recode idpart5 (-1=0) if idpart==0 //PT -> Lula
rename idpart5 lulapart
recode idpart14 (0=-1)

```

```
recode idpart14 (-1=0) if idpart==0 //PPS --> Ciro
rename idpart14 ciropart
```

*b) Temas políticos

*Considerando as dimensões a favor (+1); contra (-1) e depende; missing, NR e DK (0)

*b1) Privatização

```
egen v63a_issuespriv=rowmin(v63a_issuespriv1 v63a_issuespriv2 v63a_issuespriv3)
recode v63a_issuespriv (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(privatizacao)
egen v63b_issuesprivlula=rowmin(v63b_issuesprivlula1 v63b_issuesprivlula2
v63b_issuesprivlula3)
recode v63b_issuesprivlula (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(privlula)
egen v63c_issuesprivserra=rowmin(v63c_issuesprivserra1 v63c_issuesprivserra2
v63c_issuesprivserra3)
recode v63c_issuesprivserra (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(privserra)
egen v63e_issuesprivciro=rowmin(v63e_issuesprivciro1 v63e_issuesprivciro2
v63e_issuesprivciro3)
recode v63e_issuesprivciro (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(privciro)
egen v63f_issuesprivgaro=rowmin(v63f_issuesprivgaro1 v63f_issuesprivgaro2
v63f_issuesprivgaro3)
recode v63f_issuesprivgaro (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(privgaro)
```

```
egen lulapriv = diff(privatizacao privlula)
recode lulapriv (0=1) (1=-1) //Lula
egen serrapriv = diff(privatizacao privserra)
recode serrapriv (0=1) (1=-1) //Serra
egen ciopriv = diff(privatizacao privciro)
recode ciopriv (0=1) (1=-1) //Ciro
egen garopriv = diff(privatizacao privgaro)
recode garopriv (0=1) (1=-1) //Garotinho
```

*b2) Gastos sociais

```
egen v69a_issuessocialspend=rowmin(v69a_issuessocialspend1 v69a_issuessocialspend2
v69a_issuessocialspend3)
recode v69a_issuessocialspend (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(gastosocial)
egen v69b_issuessocialspendlula=rowmin(v69b_issuessocialspendlula1
v69b_issuessocialspendlula2 v69b_issuessocialspendlula3)
recode v69b_issuessocialspendlula (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(gastolula)
egen v69c_issuessocialspendserra=rowmin(v69c_issuessocialspendserra1
v69c_issuessocialspendserra2 v69c_issuessocialspendserra3)
recode v69c_issuessocialspendserra (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0),
generate(gastoserra)
egen v69e_issuessocialspendciro=rowmin(v69e_issuessocialspendciro1
v69e_issuessocialspendciro2 v69e_issuessocialspendciro3)
recode v69e_issuessocialspendciro (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(gastociro)
egen v69f_issuessocialspendgaro=rowmin(v69f_issuessocialspendgaro1
v69f_issuessocialspendgaro2 v69f_issuessocialspendgaro3)
recode v69f_issuessocialspendgaro (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0),
generate(gastogaro)
```

```
egen lulagast = diff(gastosocial gastolula)
recode lulagast (0=1) (1=-1) //Lula
egen serragast = diff(gastosocial gastoserra)
recode serragast (0=1) (1=-1) //Serra
egen cirogast = diff(gastosocial gastociro)
recode cirogast (0=1) (1=-1) //Ciro
egen garogast = diff(gastosocial gastogaro)
recode garogast (0=1) (1=-1) //Garotinho
```

```

*b3) Reforma agrária
egen v70a_issueslandreform=rowmin(v70a_issueslandreform1 v70a_issueslandreform2
v70a_issueslandreform3)
recode v70a_issueslandreform (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0),
generate(reformaagraria)
egen v70b_issueslandreformlula=rowmin(v70b_issueslandreformlula1
v70b_issueslandreformlula2 v70b_issueslandreformlula3)
recode v70b_issueslandreformlula (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(reforlula)
egen v70c_issueslandreformserra=rowmin(v70c_issueslandreformserra1
v70c_issueslandreformserra2 v70c_issueslandreformserra3)
recode v70c_issueslandreformserra (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0),
generate(reforserra)
egen v70e_issueslandreformciro=rowmin(v70e_issueslandreformciro1
v70e_issueslandreformciro2 v70e_issueslandreformciro3)
recode v70e_issueslandreformciro (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(reforciro)
egen v70f_issueslandreformgaro=rowmin(v70f_issueslandreformgaro1
v70f_issueslandreformgaro2 v70f_issueslandreformgaro3)
recode v70f_issueslandreformgaro (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(reforgaro)

```

```

egen lularefor = diff(reformaagraria reforlula)
recode lularefor (0=1) (1=-1) //Lula
egen serrarefor = diff(reformaagraria reforserra)
recode serrarefor (0=1) (1=-1) //Serra
egen cirorefor = diff(reformaagraria reforciro)
recode cirorefor (0=1) (1=-1) //Ciro
egen garorefor = diff(reformaagraria reforgaro)
recode garorefor (0=1) (1=-1) //Garotinho

```

*b4) Ideologia

```

egen v50_ideology=rowmin(v50_ideology1 v50_ideology2 v50_ideology3)
recode v50_ideology (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1)(6 8 9 . = 0), generate(ideologia)
egen v61a_candsideologylula=rowmin(v61a_candsideologylula1 v61a_candsideologylula2
v61a_candsideologylula3)
recode v61a_candsideologylula (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(ideolula)
egen v61b_candsideologyserra=rowmin(v61b_candsideologyserra1
v61b_candsideologyserra2 v61b_candsideologyserra3)
recode v61b_candsideologyserra (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(ideoserra)
egen v61d_candsideologyciro=rowmin(v61d_candsideologyciro1 v61d_candsideologyciro2
v61d_candsideologyciro3)
recode v61d_candsideologyciro (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(ideociro)
egen v61e_candsideologygaro=rowmin(v61e_candsideologygaro1 v61e_candsideologygaro2
v61e_candsideologygaro3)
recode v61e_candsideologygaro (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(ideogaro)

```

```

egen lulaideo = diff(ideologia ideolula)
recode lulaideo (0=1) (1=-1) //Lula
egen serraideo = diff(ideologia ideoserra)
recode serraideo (0=1) (1=-1) //Serra
egen ciroideo = diff(ideologia ideociro)
recode ciroideo (0=1) (1=-1) //Ciro
egen garoideo = diff(ideologia ideogaro)
recode garoideo (0=1) (1=-1) //Garo

```

**Resumo dos scores dos temas

*Total //Matriz completa

```

egen cirotema = rowtotal(ciropriv cirogast ciorefor ciroideo)
egen lulatema = rowtotal(lulapriv lulagast lularefor lulaideo)
egen serratema = rowtotal(serrapriv serragast serrarefor serraideo)
egen garotema = rowtotal(garopriv garogast garefor garoideo)
*Médio
egen cirotmam = rowmean(ciropriv cirogast ciorefor ciroideo)
egen lulatemam = rowmean(lulapriv lulagast lularefor lulaideo)
egen serratmam = rowmean(serrapriv serragast serrarefor serraideo)
egen garotmam = rowmean(garopriv garogast garefor garoideo)

```

*c) Identificação com grupos sociais

```

egen v40b_thermCUT=rowmin(v40b_thermCUT1 v40b_thermCUT2 v40b_thermCUT3)
gen cut=1 if v40b_thermCUT > 5 & v40b_thermCUT!=18 & v40b_thermCUT!=19 &
v40b_thermCUT!=.
replace cut=0 if v40b_thermCUT < 5 & v40b_thermCUT!=18 & v40b_thermCUT!=19 &
v40b_thermCUT!=.
egen v40i_thermMST=rowmin(v40i_thermMST1 v40i_thermMST2 v40i_thermMST3)
gen mst=1 if v40i_thermMST > 5 & v40i_thermMST!=18 & v40i_thermMST!=19 &
v40i_thermMST!=.
replace mst=0 if v40i_thermMST < 5 & v40i_thermMST!=18 & v40i_thermMST!=19 &
v40i_thermMST!=.
egen v40g_thermevangelicals=rowmin(v40g_thermevangelicals1 v40g_thermevangelicals2
v40g_thermevangelicals3)
gen evangelico=1 if v40g_thermevangelicals > 5 & v40g_thermevangelicals!=18 &
v40g_thermevangelicals!=19 & v40g_thermevangelicals!=.
replace evangelico=0 if v40g_thermevangelicals < 5 & v40g_thermevangelicals!=18 &
v40g_thermevangelicals!=19 & v40g_thermevangelicals!=.
egen v40h_thermafrobrasilians=rowmin(v40h_thermafrobrasilians1
v40h_thermafrobrasilians2 v40h_thermafrobrasilians3)
gen negros=1 if v40h_thermafrobrasilians > 5 & v40h_thermafrobrasilians!=18 &
v40h_thermafrobrasilians!=19 & v40h_thermafrobrasilians!=.
replace negros=0 if v40h_thermafrobrasilians < 5 & v40h_thermafrobrasilians!=18 &
v40h_thermafrobrasilians!=19 & v40h_thermafrobrasilians!=.
egen v40d_thermbusiness=rowmin(v40d_thermbusiness1 v40d_thermbusiness2
v40d_thermbusiness3)
gen empresario=1 if v40d_thermbusiness > 5 & v40d_thermbusiness!=18 &
v40d_thermbusiness!=19 & v40d_thermbusiness!=.
replace empresario=0 if v40d_thermbusiness < 5 & v40d_thermbusiness!=18 &
v40d_thermbusiness!=19 & v40d_thermbusiness!=.

```

*Cruzamentos //Correlação Tetracórica para variáveis binárias (melhor para visualizar a convergência de opinião)

*CUT

```

tetrachoric ciro cut //- Grupo não endossa o candidato (-1)
tetrachoric lula cut //+ Grupo endossa o candidato (+1)
tetrachoric serra cut //- Grupo não endossa o candidato (-1)
tetrachoric garotinho cut //Não Sig. Não existe relação entre o grupo e o candidato (0)

```

*MST

```

tetrachoric ciro mst //-
tetrachoric lula mst //+
tetrachoric serra mst //-
tetrachoric garotinho mst //Não Sig.

```

*Evangelicos

```

tetrachoric ciro evangelico //Não Sig.
tetrachoric lula evangelico //-

```

```
tetrachoric serra evangelico //-  
tetrachoric garotinho evangelico //+
```

*Negros //A nova abordagem para a mensuração de quem o eleitor votou acarretou pequenas diferenças nessa relação. Retirar da análise essa variável.

```
tetrachoric ciro negros //N,,o Sig.  
tetrachoric lula negros //N,,o Sig. (quase a 10%)  
tetrachoric serra negros //N,,o Sig.  
tetrachoric garotinho negros //+ (marginalmente a 10%)
```

*Empresários

```
tetrachoric ciro empresario //+  
tetrachoric lula empresario //-  
tetrachoric serra empresario //+  
tetrachoric garotinho empresario //Não Sig.
```

*Construção das variáveis identificação com grupos sociais //Considerarei missings, DK e NR como o ponto neutro (=5)

```
recode v40b_thermCUT (18 19 .=5), generate(scorecut)  
recode v40i_thermMST (18 19 .=5), generate(scoremst)  
recode v40g_thermevangelicals (18 19 .=5), generate(scoreevangelico)  
recode v40h_thermafrobrazilians (18 19 .=5), generate(scorenegros)  
recode v40d_thermbusiness (18 19 .=5), generate(scoreempresario)  
egen scoregrupo=rowmean(scorecut scoremst scoreevangelico scorenegros  
scoreempresario) //Score total individual dos grupos
```

*CUT

```
gen cirocut=-1 if scorecut>5 & scorecut>scoregrupo //Cut nãoo endossa o Ciro  
replace cirocut=0 if scorecut==5  
replace cirocut=1 if scorecut<5 & scorecut<scoregrupo  
gen lulacut=1 if scorecut>5 & scorecut>scoregrupo //Cut endossa o Lula  
replace lulacut=0 if scorecut==5  
replace lulacut=-1 if scorecut<5 & scorecut<scoregrupo  
gen serracut=-1 if scorecut>5 & scorecut>scoregrupo //Cut nãoo endossa o Serra  
replace serracut=0 if scorecut==5  
replace serracut=1 if scorecut<5 & scorecut<scoregrupo  
gen garocut=0 //Cut indiferente Garotinho
```

*MST

```
gen ciomst=-1 if scoremst>5 & scoremst>scoregrupo //mst nãoo endossa o Cirro  
replace ciomst=0 if scoremst==5  
replace ciomst=1 if scoremst<5 & scoremst<scoregrupo  
gen lulamst=1 if scoremst>5 & scoremst>scoregrupo //mst endossa o Lula  
replace lulamst=0 if scoremst==5  
replace lulamst=-1 if scoremst<5 & scoremst<scoregrupo  
gen serramst=-1 if scoremst>5 & scoremst>scoregrupo //mst não endossa o Serra  
replace serramst=0 if scoremst==5  
replace serramst=1 if scoremst<5 & scoremst<scoregrupo  
gen garomst=0 //mst indiferente Garotinho
```

*Evangelicos

```
gen ciroevangelico=0 //Evangelico indiferente Ciro  
gen lulaevangelico=-1 if scoreevangelico>5 & scoreevangelico>scoregrupo //Evangelicos não  
endossam o Lula  
replace lulaevangelico=0 if scoreevangelico==5  
replace lulaevangelico=1 if scoreevangelico<5 & scoreevangelico<scoregrupo  
gen serraevangelico=-1 if scoreevangelico>5 & scoreevangelico>scoregrupo //Evangelicos  
não endossam o Serra  
replace serraevangelico=0 if scoreevangelico==5  
replace serraevangelico=1 if scoreevangelico<5 & scoreevangelico<scoregrupo
```

```
gen garoevangelico=1 if scoreevangelico>5 & scoreevangelico>scoregrupo //Evangelicos
endossam o Garotinho
replace garoevangelico=0 if scoreevangelico==5
replace garoevangelico=-1 if scoreevangelico<5 & scoreevangelico<scoregrupo
```

*Empresários

```
gen ciroempresario=1 if scoreempresario>5 & scoreempresario>scoregrupo //Empresarios
endossam o Cirro
replace ciroempresario=0 if scoreempresario==5
replace ciroempresario=-1 if scoreempresario<5 & scoreempresario<scoregrupo
gen lulaempresario=-1 if scoreempresario>5 & scoreempresario>scoregrupo //Empresarios
não endossam o Lula
replace lulaempresario=0 if scoreempresario==5
replace lulaempresario=1 if scoreempresario<5 & scoreempresario<scoregrupo
gen serraempresario=1 if scoreempresario>5 & scoreempresario>scoregrupo //Empresarios
endossam o Serra
replace serraempresario=0 if scoreempresario==5
replace serraempresario=-1 if scoreempresario<5 & scoreempresario<scoregrupo
gen garoempresario=0 //Empresarios são indiferentes ao Garotinho
```

**Resumo dos scores dos grupos

*Total --> Matriz completa

```
egen cirogrupo=rowtotal(cirocut ciromst ciroevangelico ciroempresario)
egen lulagrupo=rowtotal(lulacut lulamst lulaevangelico lulaempresario)
egen serragrupo=rowtotal(serracut serramst serraevangelico serraempresario)
egen garogrupo=rowtotal(garocut garomst garoevangelico garoempresario)
```

*Médio

```
egen cirogrupom=rowmean(cirocut ciromst ciroevangelico ciroempresario)
egen lulagrupom=rowmean(lulacut lulamst lulaevangelico lulaempresario)
egen serragrupom=rowmean(serracut serramst serraevangelico serraempresario)
egen garogrupom=rowmean(garocut garomst garoevangelico garoempresario)
```

*d) Imagem dos candidatos //Considerarei NR, DK e missing como zero

*Inteligência

```
egen v57a_candsintelligentlula=rowmin(v57a_candsintelligentlula1
v57a_candsintelligentlula2 v57a_candsintelligentlula3)
recode v57a_candsintelligentlula (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(intellula)
egen v57b_candsintelligentserra=rowmin(v57b_candsintelligentserra1
v57b_candsintelligentserra2 v57b_candsintelligentserra3)
recode v57b_candsintelligentserra (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(intelserra)
egen v57d_candsintelligentciro=rowmin(v57d_candsintelligentciro1
v57d_candsintelligentciro2 v57d_candsintelligentciro3)
recode v57d_candsintelligentciro (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(intelciro)
egen v57e_candsintelligentgaro=rowmin(v57e_candsintelligentgaro1
v57e_candsintelligentgaro2 v57e_candsintelligentgaro3)
recode v57e_candsintelligentgaro (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(intelgaro)
```

*Liderança

```
egen v58a_candsstrongleaderlula=rowmin(v58a_candsstrongleaderlula1
v58a_candsstrongleaderlula2 v58a_candsstrongleaderlula3)
recode v58a_candsstrongleaderlula (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(lidlula)
egen v58b_candsstrongleaderserra=rowmin(v58b_candsstrongleaderserra1
v58b_candsstrongleaderserra2 v58b_candsstrongleaderserra3)
recode v58b_candsstrongleaderserra (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(lidserra)
egen v58d_candsstrongleaderciro=rowmin(v58d_candsstrongleaderciro1
v58d_candsstrongleaderciro2 v58d_candsstrongleaderciro3)
recode v58d_candsstrongleaderciro (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(lidciro)
egen v58e_candsstrongleadergaro=rowmin(v58e_candsstrongleadergaro1
```

```
v58e_candsstrongleadergaro2 v58e_candsstrongleadergaro3)
recode v58e_candsstrongleadergaro (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(lidgaro)
```

***Honestidade**

```
egen v59a_candshonestlula=rowmin(v59a_candshonestlula1 v59a_candshonestlula2
v59a_candshonestlula3)
recode v59a_candshonestlula (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(honeslula)
egen v59b_candshonestserra=rowmin(v59b_candshonestserra1 v59b_candshonestserra2
v59b_candshonestserra3)
recode v59b_candshonestserra (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(honesserra)
egen v59d_candshonestciro=rowmin(v59d_candshonestciro1 v59d_candshonestciro2
v59d_candshonestciro3)
recode v59d_candshonestciro (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(honesciro)
egen v59e_candshonestgaro=rowmin(v59e_candshonestgaro1 v59e_candshonestgaro2
v59e_candshonestgaro3)
recode v59e_candshonestgaro (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(honesgaro)
```

***Solidário**

```
egen v60a_candscompassionlula=rowmin(v60a_candscompassionlula1
v60a_candscompassionlula2 v60a_candscompassionlula3)
recode v60a_candscompassionlula (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(sollula)
egen v60b_candscompassionserra=rowmin(v60b_candscompassionserra1
v60b_candscompassionserra2 v60b_candscompassionserra3)
recode v60b_candscompassionserra (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(solserra)
egen v60d_candscompassionciro=rowmin(v60d_candscompassionciro1
v60d_candscompassionciro2 v60d_candscompassionciro3)
recode v60d_candscompassionciro (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(solciro)
egen v60e_candscompassiongaro=rowmin(v60e_candscompassiongaro1
v60e_candscompassiongaro2 v60e_candscompassiongaro3)
recode v60e_candscompassiongaro (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . =0), generate(solgaro)
```

***Resumo dos scores da imagem**

***Total --> Matriz completa**

```
egen lulaimage=rowtotal(intellula lidlula honeslula sollula)
egen serraimage=rowtotal(intelserra lidserra honesserra solserra)
egen ciroimage=rowtotal(intelciro lidciro honesciro solciro)
egen garoimage=rowtotal(intelgaro lidgaro honesgaro solgaro)
```

***Total**

```
egen lulaimagem=rowmean(intellula lidlula honeslula sollula)
egen serraimagem=rowmean(intelserra lidserra honesserra solserra)
egen ciroimagem=rowmean(intelciro lidciro honesciro solciro)
egen garoimagem=rowmean(intelgaro lidgaro honesgaro solgaro)
```

***Escore total dos candidatos //Mais confiável do que o escore médio pois os "zeros" não impactam os resultados**

```
egen lulascore=rowtotal(lulapart lulatema lulagrupo lulaimage)
egen serrascore=rowtotal(serrapart serratema serragrupo serraimage)
egen ciroscore=rowtotal(ciopart cirotema cirogrupo ciroimage)
egen garoscore=rowtotal(garopart garotema garogrupo garoimage)
```

***Escore médio dos candidatos //Esse poderia ser seu sumário, cuja nota de cada candidato pode variar entre -1 e 1, no entanto, tenha em mente que os "zeros" impactam os resultados**

```
egen lulascorem=rowmean(lulapart lulatemam lulagrupom lulaimagem)
egen serrascorem=rowmean(serrapart serratemam serragrupom serraimagem)
egen ciroscorem=rowmean(ciopart cirotemam cirogrupom ciroimagem)
egen garoscorem=rowmean(garopart garotemam garogrupom garoimagem)
```

****Definição das preferências dos indivíduos****

```
egen scoremax=rowmax(lulascore serrascore ciroscore garoscore)
```

```

egen scorelula=diff(lulascore scoremax) // (=0) Indivíduos que preferem o Lula
egen scoreserra=diff(serrascor scoremax) // (=0) Indivíduos que preferem o Serra
egen scoreciro=diff(ciroscore scoremax) // (=0) Indivíduos que preferem o Ciro
egen scoregaro=diff(garoscore scoremax) // (=0) Indivíduos que preferem o Garotinho
//Análise dos empates
gen scoresoma=scorelula+scoreserra+scoreciro+scoregaro //Para não haver empate a soma
tem que ser 3
//Nesse caso temos 19% de empates (1, 2 ou 3 empates)

```

*Através dos z scores //minimizar a questão dos empates

*Construção dos z scores

```

egen lulascoresd=rowsd(lulapart lulapriv lulagast lularefor lulacut lulamst lulaevangelico
lulaempresario intellula lidlula honestlula sollula)
egen serrascorerd=rowsd(serrapart serrapriv serragast serrarefor serracut serramst
serraevangelico serraempresario intelserra lidserra honesserra solserra)
egen ciroscoresd=rowsd(ciopart ciopriv cigast ciorefor ciocut ciromst ciroevangelico
ciroempresario intelciro lidciro honesciro solciro)
egen garoscoresd=rowsd(garopart garopriv garogast garorefor garocut garomst
garoevangelico garoempresario intelgaro lidgaro honestgaro solgaro)

```

```

gen lulascorez=lulascorem/lulascoresd
gen serrascorerez=serrascorerm/serrascorerd
gen ciroscorez=ciroscorem/ciroscoresd
gen garoscorez=garoscorem/garoscoresd

```

```

egen scoremaxz=rowmax(lulascorez serrascorerez ciroscorez garoscorez)
egen scorelulaz=diff(lulascorez scoremaxz) // (=0) Indivíduos que preferem o Lula
egen scoreserraz=diff(serrascorerez scoremaxz) // (=0) Indivíduos que preferem o Serra
egen scoreciroz=diff(ciroscorez scoremaxz) // (=0) Indivíduos que preferem o Ciro
egen scoregaroz=diff(garoscorez scoremaxz) // (=0) Indivíduos que preferem o Garotinho
//Análise dos empates
gen scoresomaz=scorelulaz+scoreserraz+scoreciroz+scoregaroz //Para não haver empate a
soma tem que ser 3
//Os empates foram reduzidos para 7%

```

****Voto correto****

* A amostra é reduzida substancialmente porque não há como considerar os indivíduos que votaram em outros candidatos

*Considerando os z-scores e desconsiderando os empates**

```

gen outros=lula+ciro+serra+garotinho //0 --> individuo que votou em outro candidato ou
missing
egen vclulaz=diff(lula scorelulaz) if scoresomaz==3 & outros==1 //1 --> Voto correto
egen vcserraz=diff(serra scoreserraz) if scoresomaz==3 & outros==1
egen vcciroz=diff(ciro scoreciroz) if scoresomaz==3 & outros==1
egen vcgaroz=diff(garotinho scoregaroz) if scoresomaz==3 & outros==1
gen votocorretoz=vclulaz+vcserraz+vcciroz+vcgaroz
recode votocorretoz (2=0) (4=1)

```

****Considerando os scores totais e desconsiderando os empates****

```

egen vclula=diff(lula scorelula) if scoresoma==3 & outros==1 //1 --> Voto correto
egen vcserra=diff(serra scoreserra) if scoresoma==3 & outros==1
egen vcciro=diff(ciro scoreciro) if scoresoma==3 & outros==1
egen vcgaro=diff(garotinho scoregaro) if scoresoma==3 & outros==1
gen votocorreto=vclula+vcserra+vcciro+vcgaro
recode votocorreto (2=0) (4=1)

```

2.2 Voto Correto Proporcional

* Variavel do voto

```
egen v25cjf_feddepvote=rowfirst(v25cjf_feddepvote3 v25cjf_feddepvote2)
tab v25cjf_feddepvote, generate(vcdepjf)
rename vcdepjf1 delgado
rename vcdepjf2 mattos
drop vcdepjf*
```

```
egen v25ccs_feddepvote=rowfirst(v25ccs_feddepvote3 v25ccs_feddepvote2)
tab v25ccs_feddepvote, generate(vcdepcs)
rename vcdepcs1 corso
rename vcdepcs2 sartori
drop vcdepcs*
```

* Identificação Partidária

/* O voto correto se concretiza quando há a combinação do voto, da identificação e do sentimento partidário, além do fato do indivíduo saber o partido do candidato Assim, codifica-se como +1 e as combinações negativas -1.
*/

```
tab v43a_pidyesorno // Você simpatiza com algum partido político?
tab v43b_pidparty // Qual?
```

```
tab v42a_pidthermpsdb // Agora eu gostaria que você desse notas de 0 a 10 para avaliar os seguintes partidos: PSDB; PT; PMDB;
tab v42c_pidthermpt
tab v42d_pidthermpmdb
```

```
tab v25h_feddepvoteparty3 // Qual o partido do candidato em quem você votou para Deputado Federal?
```

```
egen v42a_pidthermpsdb=rowmin(v42a_pidthermpsdb1 v42a_pidthermpsdb2
v42a_pidthermpsdb3 v42a_pidthermpsdb4 v42a_pidthermpsdb5 v42a_pidthermpsdb6)
recode v42a_pidthermpsdb (18 19 =.), generate(psdbscore)
egen v42c_pidthermpt=rowmin(v42c_pidthermpt1 v42c_pidthermpt2 v42c_pidthermpt3
v42c_pidthermpt4 v42c_pidthermpt5 v42c_pidthermpt6)
recode v42c_pidthermpt (18 19 =.), generate(ptscore)
egen v42d_pidthermpmdb=rowmin(v42d_pidthermpmdb1 v42d_pidthermpmdb2
v42d_pidthermpmdb3 v42d_pidthermpmdb4 v42d_pidthermpmdb5 v42d_pidthermpmdb6)
recode v42d_pidthermpmdb (18 19 =.), generate(pmdbscore)
```

```
egen maxscorepart=rowmax(psdbscore ptscore pmdbscore)
```

```
egen psdbpref=diff(maxscorepart psdbscore)
recode psdbpref (1=-1)(0=1)
recode psdbpref (1 -1 = 0) if psdbscore==.
egen ptpref=diff(maxscorepart ptscore)
recode ptpref (1=-1)(0=1)
recode ptpref (1 -1 = 0) if ptscore==.
egen pmdbpref=diff(maxscorepart pmdbscore)
recode pmdbpref (1=-1)(0=1)
recode pmdbpref (1 -1 = 0) if pmdbscore==.
```

```
gen sartoriaval=pmdbpref
gen mattosaval=psdbpref
```

```
gen delgadoaval=ptpref
gen corsoaval=ptpref
```

```
*Escore total da identificação partidária //Missing=0
```

```
egen sartoripartt = rowtotal(sartoripart sartoriaval)
egen mattospartt = rowtotal(mattospart mattosaval)
egen delgadopartt = rowtotal(delgadopart delgadoaval)
egen corsopartt = rowtotal(corsopart corsoaval)
```

```
* Avaliação Retrospectiva (indecisão/missing/DK/NR=0)
```

```
// situação econômica pessoal nos últimos 12 meses --> Se piorou ponto negativo para os
candidatos incumbentes
```

```
egen v5a_econpastego=rowmin(v5a_econpastego1 v5a_econpastego2 v5a_econpastego)
recode v5a_econpastego (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(sitpessoal)
```

```
gen delgadositpes=sitpessoal
```

```
gen mattossitpes=sitpessoal
```

```
gen corsositpes=sitpessoal
```

```
gen sartorisitpes=sitpessoal
```

```
recode sartorisitpes (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Sartori não é um candidato
incumbente!!
```

```
// situação econômica do bairro nos últimos 12 meses --> Se piorou ponto negativo para os
candidatos incumbentes
```

```
egen v5b_econpastbairro=rowmin(v5b_econpastbairro1 v5b_econpastbairro2
v5b_econpastbairro3)
```

```
recode v5b_econpastbairro (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(sitbairro)
```

```
gen delgadositbar=sitbairro
```

```
gen mattossitbar=sitbairro
```

```
gen corsositbar=sitbairro
```

```
gen sartorisitbar=sitbairro
```

```
recode sartorisitbar (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Sartori não é um candidato
incumbente!!
```

```
// situação econômica da cidade nos últimos 12 meses --> Se piorou ponto negativo para os
candidatos incumbentes
```

```
egen v5c_econpastcity=rowmin(v5c_econpastcity1 v5c_econpastcity2 v5c_econpastcity3)
```

```
recode v5c_econpastcity (1 2 = 1) (3 = 0) (4 5 = -1) (8 9 . = 0), generate(sitcity)
```

```
gen delgadositcity=sitcity
```

```
gen mattossitcity=sitcity
```

```
gen corsositcity=sitcity
```

```
gen sartorisitcity=sitcity
```

```
recode sartorisitcity (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Sartori não é um candidato
incumbente!!
```

```
// sentimento de segurança no bairro (não existe indecisão. muito seguro e seguro = +1 e
pouco seguro e nada seguro = -1) --> mas considere os missing/DK/NR = 0
```

```
// --> Se pouco seguro e nada seguro ponto negativo para os candidatos incumbentes
```

```
egen v2_bairrosafe=rowmin(v2_bairrosafe1 v2_bairrosafe2)
```

```
recode v2_bairrosafe (1 2 = 1) (3 4 = -1) (8 9 . = 0), generate(safebairro)
```

```
gen delgadosafe=safebairro
```

```
gen mattossafe=safebairro
```

```
gen corsosafe=safebairro
```

```
gen sartorisafe=safebairro
```

```
recode sartorisafe (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Sartori não é um candidato
incumbente!!
```

```

*Escore total da avaliação retrospectiva //Missing=0

egen sartorisit = rowtotal(sartorisitpes sartorisitbar sartorisitcity sartorisafe)
egen mattossit = rowtotal(mattossitpes mattossitbar mattossitcity mattossafe)
egen delgadosit = rowtotal(delgadositpes delgadositbar delgadositcity delgadosafe)
egen corsosit = rowtotal(corsositpes corsositbar corsositcity corsosafe)

* Apreço aos Apoiadores //Considerarei os missing/DK/NR/Indecisão = 0
// Lula candidato apoiou a Ana Corso e Paulo Delgado
egen v41a_thermlula=rowmin(v41a_thermlula1 v41a_thermlula2 v41a_thermlula3)
recode v41a_thermlula (18 19 .=5), generate(lulanota)
replace lulanota=-1 if lulanota < 5
replace lulanota=1 if lulanota > 5
replace lulanota=0 if lulanota==5

gen delgadolula=lulanota
gen mattoslula=lulanota
gen corsolula=lulanota
gen sartorilula=lulanota
recode mattoslula (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Mattos não é apoiado pelo Lula
recode sartorilula (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Sartori não é apoiado pelo Lula

// FHC Presidente até 2002 --> Apoiou a Custodio Mattos
egen v41b_thermfhc=rowmin(v41b_thermfhc1 v41b_thermfhc2 v41b_thermfhc3)
recode v41b_thermfhc (18 19 .=5), generate(fhcnota)
replace fhcnota=-1 if fhcnota < 5
replace fhcnota=1 if fhcnota > 5
replace fhcnota=0 if fhcnota==5

gen delgadofhc=fhcnota
gen mattosfhc=fhcnota
recode delgadofhc (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Delgado não é apoiado pelo FHC

*Caxias do Sul
// Olivio Dutra Governador do RS --> Apoiou a Ana Corso //Essa variável pode ser problema
devido os baixos valores de respostas nas ondas

egen v41kcs_thermolivio=rowmin(v41kcs_thermolivio1 v41kcs_thermolivio2
v41kcs_thermolivio3)
recode v41kcs_thermolivio (18 19 .=5), generate(dutranota)
replace dutranota=-1 if dutranota < 5
replace dutranota=1 if dutranota > 5
replace dutranota=0 if dutranota==5

gen corsodutra=dutranota
gen sartoridutra=dutranota
recode sartoridutra (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Sartori não é apoiado pelo Dutra

// Rigotto Candidato eleito ao governo do RS em 2002 --> Apoiou a Sartori
egen v41pcs_thermrigotto=rowmin(v41pcs_thermrigotto2 v41pcs_thermrigotto3)
recode v41pcs_thermrigotto (18 19 .=5), generate(rigottonota)
replace rigottonota=-1 if rigottonota < 5
replace rigottonota=1 if rigottonota > 5
replace rigottonota=0 if rigottonota==5

gen corsorigotto=rigottonota
gen sartorigotto=rigottonota
recode corsorigotto (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Ana Corso não é apoiada pelo
Rigotto

```

// Pepe Prefeito de Caxias do Sul é marido da candidata Ana Corso --> Apoiou a Ana Corso

```
egen v41ocs_thermpepe=rowmin(v41ocs_thermpepe1 v41ocs_thermpepe2  
v41ocs_thermpepe3)  
recode v41ocs_thermpepe (18 19 .=5), generate(pepenota)  
replace pepenota=-1 if pepenota < 5  
replace pepenota=1 if pepenota > 5  
replace pepenota=0 if pepenota==5
```

```
gen corsopepe=pepenota  
gen sartoripepe=pepenota  
recode sartoripepe (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Sartori não é apoiado pelo Pepe
```

* Juiz de Fora

// Aécio Candidato eleito ao governo de MG em 2002 (altamente popular) --> Apoio a Custódio Mattos

```
egen v41mjf_thermaecio=rowmin(v41mjf_thermaecio2 v41mjf_thermaecio3)  
recode v41mjf_thermaecio (18 19 .=5), generate(aecionota)  
replace aecionota=-1 if aecionota < 5  
replace aecionota=1 if aecionota > 5  
replace aecionota=0 if aecionota==5
```

```
gen delgadoaecio=aecionota  
gen mattosaecio=aecionota  
recode delgadoaecio (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Delgado não é apoiado pelo Aécio
```

//Tarcisio Prefeito de Juiz de Fora --> O prefeito é inimigo dos dois principais candidatos da cidade, Custodio Mattos e Paulo Delgado

```
egen v41ojf_thermtarcisio=rowmin(v41ojf_thermtarcisio1 v41ojf_thermtarcisio2  
v41ojf_thermtarcisio3)  
recode v41ojf_thermtarcisio (18 19 .=5), generate(tarcisionota)  
replace tarcisionota=-1 if tarcisionota < 5  
replace tarcisionota=1 if tarcisionota > 5  
replace tarcisionota=0 if tarcisionota==5
```

```
gen delgadotarcisio=tarcisionota  
gen mattostarcisio=tarcisionota  
recode delgadotarcisio (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Delgado não é apoiado pelo Tarcisio  
recode mattostarcisio (-1=1) (1=-1) //Inversão dos sinais pois Mattos não é apoiado pelo Tarcisio
```

*Escore total do apreço

```
egen sartoriapreco = rowtotal(sartorilula sartoridutra sartoririgotto sartoripepe)  
egen corsoapreco = rowtotal(corsolula corsodutra corsorigotto corsopepe)  
egen mattosapreco = rowtotal(mattoslula mattosfhc mattosaecio mattostarcisio)  
egen delgadoapreco = rowtotal(delgadolula delgadofhc delgadoaecio delgadotarcisio)
```

*Avaliação dos candidatos //Considerarei os missing/DK/NR/Indecisão = 0

```
egen v41tcs_thermanacorso=rowmin(v41tcs_thermanacorso2 v41tcs_thermanacorso3)  
recode v41tcs_thermanacorso (18 19 .=5), generate(corsonota)  
replace corsonota=-1 if corsonota < 5  
replace corsonota=1 if corsonota > 5  
replace corsonota=0 if corsonota==5
```

```
egen v41vcs_thermsartori=rowmin(v41vcs_thermsartori2 v41vcs_thermsartori3)
```

```

recode v41vcs_thermsartori (18 19 .=5), generate(sartorinota)
replace sartorinota=-1 if sartorinota < 5
replace sartorinota=1 if sartorinota > 5
replace sartorinota=0 if sartorinota==5

egen v41tjf_thermcustodiomattos=rowmin(v41tjf_thermcustodiomattos2
v41tjf_thermcustodiomattos3)
recode v41tjf_thermcustodiomattos (18 19 .=5), generate(mattosnota)
replace mattosnota=-1 if mattosnota < 5
replace mattosnota=1 if mattosnota > 5
replace mattosnota=0 if mattosnota==5

egen v41rjf_thermpaulodelgado=rowmin(v41rjf_thermpaulodelgado2
v41rjf_thermpaulodelgado3)
recode v41rjf_thermpaulodelgado (18 19 .=5), generate(delgadonota)
replace delgadonota=-1 if delgadonota < 5
replace delgadonota=1 if delgadonota > 5
replace delgadonota=0 if delgadonota==5

*Escore total do total
egen sartoriscore = rowtotal(sartoripartt sartorisit sartoriapreco sartorinota)
egen corsoscore = rowtotal(corsopartt corsosit corsoapreco corsonota)
egen mattosscore = rowtotal(mattospartt mattosnit mattosapreco mattosnota)
egen delgadoscore = rowtotal(delgadopartt delgadosit delgadoapreco delgadonota)

**Definição das preferências dos indivíduos**
*Através dos scores médios
//Juiz de Fora
egen scoremaxjf=rowmax(delgadoscore mattosscore)
egen delgadopref=diff(delgadoscore scoremaxjf) // (=0) Indivíduos que preferem o Delgado
egen mattospref=diff(mattosscore scoremaxjf) // (=0) Indivíduos que preferem o Mattos
//Caxias do Sul
egen scoremaxcs=rowmax(corsoscore sartoriscore)
egen corsopref=diff(corsoscore scoremaxcs) // (=0) Indivíduos que preferem Ana Carso
egen sartoripref=diff(sartoriscore scoremaxcs) // (=0) Indivíduos que preferem o Sartori

//Análise dos empates
gen prefjf=delgadopref+mattospref //Juiz de Fora -->
//Nesse caso temos 16,82% de empates/missing
gen prefcs=corsopref+sartoripref //Caxias do Sul -->
//Nesse caso temos 9,62% de empates//missing

**Voto correto**
// Considerando os score totais e desconsiderando os empates**
// Desconsiderando todos os indivíduos que votaram em outros candidatos
egen outrosdep=rowtotal(delgado curso sartori mattos) //0 --> indivíduos que votaram em
outros candidatos ou missing
//Juiz de Fora
egen vcjf=diff(delgado delgadopref) if outrosdep==1 & prefjf==1 //1 --> Voto correto
egen vcjfcheck=diff(mattos mattospref) if outrosdep==1 & prefjf==1 //1 --> Voto correto
//Caxias do Sul
egen vccs=diff(sartori sartoripref) if outrosdep==1 & prefcs==1 //1 --> Voto correto
egen vccscheck=diff(curso corsopref) if outrosdep==1 & prefcs==1 //1 --> Voto correto
//Voto correto total (deputado federal)
egen vcdep=rowmin(vcjf vccs)

**Voto correto**
// Considerando os score totais e desconsiderando os empates**
// Considerando todos os indivíduos que votaram em outros candidatos
//Juiz de Fora

```

```

egen vcjf2=diff(delgado delgadopref) if prefjf==1 //1 --> Voto correto
egen vcjfcheck2=diff(mattos mattospref) if prefjf==1 //1 --> Voto correto
//Caxias do Sul
egen vccs2=diff(sartori sartoripref) if outrosdep==1 & prefcs==1 //1= --> Voto correto
egen vccscheck2=diff(corso corsopref) if prefcs==1 //1= --> Voto correto
//Voto correto total (deputado federal)
egen vcdep2=rowmin(vcjf2 vccs2)

```

2.3 Aprendizado Político

```

gen correct1=0 // Wave 1
replace correct1=1 if s14acs_know1cargo1==1
* I'm giving half a point to people who said Ana Corso was a Fed. Dep. because she was a
suplente for 8 months
replace correct1=.5 if s14acs_know1cargo1==2
replace correct1=1 if s14ajf_know1cargo1==2
gen correct2=0
replace correct2=1 if s14b_know2vicepres1==2
gen correct3=0
replace correct3=1 if s14c_know3fhcparty1==3
gen correct4=0
replace correct4=1 if s14d_know4mercosul1==2
gen correct5=0
replace correct5=1 if s14ecs_know5senator1==1
replace correct5=1 if s14ejf_know5senator1==1
gen correct6=0
replace correct6=1 if s14f_know6preschamber1==3
gen correct7=0
replace correct7=1 if v22b1_prescandsknowciro1==1
gen correct8=0
replace correct8=1 if v22b2_prescandsknowlula1==1
gen correct9=0
replace correct9=1 if v22b4_prescandsknowserra1==1
gen correct10=0
replace correct10=1 if v22b5_prescandsknowgaro1==1

egen aware1= rsum(correct1-correct10)
replace aware1=aware1/10
replace aware1=. if respond1==0
drop correct*

gen correct1=0 // Wave 2
replace correct1=1 if s14acs_know1cargo2==1
* I'm giving half a point to people who said Ana Corso was a Fed. Dep. because she was a
suplente for 8 months
replace correct1=.5 if s14acs_know1cargo2==2
replace correct1=1 if s14ajf_know1cargo2==2
gen correct2=0
replace correct2=1 if s14b_know2vicepres2==2
gen correct3=0
replace correct3=1 if s14c_know3fhcparty2==3
gen correct4=0
replace correct4=1 if s14d_know4mercosul2==2
gen correct5=0
replace correct5=1 if s14ecs_know5senator2==1
replace correct5=1 if s14ejf_know5senator2==1
gen correct6=0
replace correct6=1 if s14f_know6preschamber2==3
gen correct7=0

```

```

replace correct7=1 if v22b1_prescandsknowciro2==1
gen correct8=0
replace correct8=1 if v22b2_prescandsknowlula2==1
gen correct9=0
replace correct9=1 if v22b4_prescandsknowserra2==1
gen correct10=0
replace correct10=1 if v22b5_prescandsknowgaro2==1

egen aware2=rsum(correct1-correct10)
replace aware2=aware2/10
replace aware2=. if responsepattern3wave==1 | responsepattern3wave==3 |
responsepattern3wave==5 | responsepattern3wave==6 | responsepattern3wave==7
drop correct*

gen correct2=0 // Wave 3
replace correct2=1 if s14b_know2vicepres3==2
gen correct3=0
replace correct3=1 if s14c_know3fhcparty3==3
gen correct4=0
replace correct4=1 if s14d_know4mercosul3==2
gen correct5=0
replace correct5=1 if v22b1_prescandsknowciro3==1
gen correct6=0
replace correct6=1 if v22b2_prescandsknowlula3==1
gen correct7=0
replace correct7=1 if v22b4_prescandsknowserra3==1
gen correct8=0
replace correct8=1 if v22b5_prescandsknowgaro3==1
egen aware3=rsum(correct2-correct8)
replace aware3=aware3/7
replace aware3=. if responsepattern3wave~3
drop correct*

egen aware=rmax(aware1 aware2 aware3) // Containing the maximum within an observation
(z y x)
summ aware, d
tab aware
egen maware1 = mean(aware1)
egen maware2 = mean(aware2)
egen maware3 = mean(aware3)
tab1 maware1 maware2 maware3
egen awarediff = diff(aware1-aware3) // Diferença das médias entre a var aware3-aware1 //
Não está certo

gen aware_experts=0
replace aware_experts=1 if aware >= .75 // grupo que acertou 75% ou mais do 'quiz'
tab aware_experts
gen aware_per = recode(aware,(.25),(.50),(.75),(1))
tab aware_per

hist aware1
gr7 aware1, hist xlabel ylabel bin(10) normal freq

```